

Subsecretaria de Análise
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 153

TERÇA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 197ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

Nº 525/75, de autoria do Sr. Senador Wilson Gonçalves e outros Srs. Senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Manoel Rodrigues. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Mauro Benevides, Ruy Santos e Benjamim Farah.

1.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

— Referente à Ata da 191ª Sessão, realizada em 11-11-75.

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Dinarte Mariz, proferido na sessão de 14-11-75.

— Do Sr. Senador Itamar Franco, proferido na sessão de 14-11-75.

4 — REGULAMENTO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS PARA CONCESSÃO DO 2º PRÊMIO PODER LEGISLATIVO (1976)

5 — COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO MOBRAL

— Ata da 3ª Reunião, realizada em 2-10-75.

— Termo de depoimento.

— Notas taquigráficas (partes 1ª e 2ª).

6 — ATAS DAS COMISSÕES

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 197ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu

Cardoso — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 525, DE 1975

Pelo falecimento do Deputado Manoel Rodrigues requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Ceará;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975. — **Wilson Gonçalves** — **Mauro Benevides** — **Virgílio Távora** — **Adalberto Sena** — **Ruy Santos** — **Ruy Carneiro** — **Benjamim Farah** — **Dinarte Mariz** — **Alexandre Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em votação o requerimento.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — Ceará. Para encaminhar a votação.) — Srs. Senadores:

O Movimento Democrático Brasileiro, por meu intermédio, associa-se à manifestação de pesar desta Casa pelo falecimento, ocorrido às primeiras horas de hoje, do Deputado Federal Manoel Rodrigues dos Santos.

Para mim, Sr. Presidente, conterrâneo e amigo de extinto, privando de sua amizade pessoal, a notícia do seu desaparecimento constituiu impacto verdadeiramente traumatizante.

Desde 1963, quando Manoel Rodrigues, deixando o seu torrão natal, o Município de Cariré, na Zona Norte do Estado e iniciando o desempenho do mandato de Deputado à Assembléia Legislativa, eleito sob a legenda da União Democrática Nacional, passei a conviver com ele, aferindo as suas qualidades de pai de família exemplar, de cidadão honrado, de parlamentar identificado com as aspirações mais justas de seus coestaduanos.

Por sua projeção no seio da Bancada que integrava, chegou a ocupar uma das Secretarias da Mesa Diretora do Poder Legislativo cearense, fazendo-o com absoluta correção e dignidade.

Vinculado à liderança política do saudoso Senador Paulo Sarazate, Manoel Rodrigues, no pleito de 1966, foi instado a disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, contando, para

isso, com o apoio dos seus correligionários de Sobral e comunas adjacentes, elegendo-se, pela ARENA, com ponderável contingente de votos.

No Congresso, impôs-se, gradativamente, à admiração de seus pares, levando a efeito um trabalho dos mais dinâmicos, estimulando a instalação de educandários e hospitais nos municípios dos quais se tornou representante em razão da chancela popular.

Missões, inclusive, no Exterior, foram-lhe cometidas nos dois primeiros mandatos de Deputado Federal, bem assim outras na esfera das Comissões Permanentes, especialmente a de Agricultura, de cujos problemas se mostrava perfeito conhecedor.

O seu prestígio entre os convencionais da agremiação a que pertencia foi patenteado ao ensejo da última Convenção, quando o seu nome se viu incluído entre os que passaram a compor o Diretório Nacional arenista.

Sr. Presidente:

Ainda ontem, Manoel Rodrigues, a sua dedicada esposa, D. Alaise, e alguns de seus filhos participaram, comigo, de um encontro social na mansão do Senador Virgílio Távora.

Ali, descontraído e tranqüilo, conversou demoradamente conosco, reportando-se especialmente, a possíveis perspectivas de alteração na legislação eleitoral em vigor.

Não sabíamos — nem ele, nem nós — que, hora depois, deixaria o nosso convívio, em busca da Eternidade.

O seu corpo inanimado, após comovente homenagem prestada no Salão Negro deste Edifício, deve estar sendo velado, agora, no plenário da Assembléia Legislativa do Ceará para, posteriormente, ser sepultado na sua cidade natal.

Ao suspender hoje os seus trabalhos, Senado e Câmara reverenciarão a memória de um homem público que procurou honrar a confiança coletiva, da qual tantas vezes foi merecidamente depositário. (Muito bem!)

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos, para encaminhar a votação.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Há indivíduos em quem, por mais desejemos deles nos aproximarmos, encontramos qualquer coisa que deles nos afasta. Manoel Rodrigues era o oposto. Quando ele chegou à Câmara dos Deputados, ali já me encontrou. Por uma atração irresistível da sua personalidade, tornei-me dele grande admirador e amigo. Era o que

podemos chamar, Sr. Presidente — digo isto sem desdouro, porque uso também a meu respeito — um político profissional. Político profissional no sentido de gostar da política, de amar a política e de exercer a política como instrumento normal do bem público. E ele o exercia como uma profissão. Desempenhou o seu mandato de olhos voltados para o Ceará e para os seus Municípios — e com que dedicação ele serviu ao seu povo!

Hoje, Sr. Presidente, assisti à saída do seu corpo, e vi sua Senhora e seus sete filhos. E a primeira pergunta que me fiz, cuja resposta procurei obter de outros elementos cearenses, fora a de que Manoel Rodrigues deixa a política mais pobre do que quando para ela entrou. A política foi, pouco a pouco, forçando-o a ir descapitalizando o que tinha construído antes dela, e, embora não tenha deixado a família em situação das piores, não fora a política deixá-la em situação bem melhor.

Esse o companheiro que perdemos, Sr. Presidente, companheiro ao lado de quem vivi desde o tempo da antiga União Democrática Nacional, porque de lá ele veio, e sempre o admirando, sempre querendo este bem que a gente costuma querer às pessoas boas como Manoel Rodrigues, porque ele era bom por sangue, tinha como que a bondade nos seus glóbulos, um homem de uma simplicidade e de uma dedicação que a todos nós, de outros Estados, comovia, e se interessava — quando nos via interessados por um problema estadual — igualmente por esse problema, como se estivesse defendendo um problema do seu Ceará.

Perde o Ceará, perde a Política brasileira, elemento admirável, Sr. Presidente. E o perdem no instante em que mais carecemos, na classe política e no meio político, de valores como Manoel Rodrigues.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — Maranhão) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia) — Pois não.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — Maranhão) — Nobre Senador Ruy Santos, o Deputado Manoel Rodrigues era, em nosso entender, excepcional figura humana. Afável, esmerava-se em fazer de cada colega um amigo. Era apenas o homem bom, o parlamentar dedicado, ora a sua atenção voltada para os problemas das finanças nacionais, ora se norteava para a problemática da Agricultura brasileira, e tantas vezes aquela inteligência era toda dedicação à política externa. Por este motivo, como V. Ex^a, ao sentir a dor profunda que marcava o comportamento da sua esposa e dos seus filhos, todos nós dela nos contaminamos, nós que fomos seus colegas por tantos anos. Tive a ventura, como V. Ex^a, de ser um amigo dele de longa data. Assim, receba e permita que, no seu discurso, o meu aparte se incorpore, numa homenagem a um querido companheiro que se foi, um saudoso Deputado que nos deixou e cuja falta há de se fazer sentir, de vez que era um dedicado, um estudioso, um eficiente parlamentar.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia) — Obrigado, nobre Senador Henrique de La Rocque, pelo seu aparte.

É mais um depoimento de quem privou, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, com Manoel Rodrigues. Estou certo de que o depoimento que acabo de dar, como o que acaba de dar o ilustre representante pelo Estado do Maranhão, é o mesmo em toda a Câmara dos Deputados, na ARENA, como no MDB, porque havia aquela força, aquela vontade de se fazer amigo e se fazer unido, de se fazer fraternal, de parte de Manoel Rodrigues, para com todos nós.

Sr. Presidente, em nome da Aliança Renovadora Nacional, em que Manoel Rodrigues militou desde a sua constituição, deixo, aqui, expressão de pesar e a saudade de nós todos, pelo companheiro que nos deixou tão cedo. (Muito bem!)

O Sr. Benjamim Farah (MDB — Rio de Janeiro) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — Rio de Janeiro. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Falou o nobre Senador Mauro Benevides em nome da nossa Bancada, do Movimento Democrático Brasileiro e, depois, ouvimos a palavra do nobre Senador Ruy Santos com o aparte do nobre Senador Henrique de La Rocque e, assim, nada mais teria eu que acrescentar ao perfil do saudoso e querido Deputado Manoel Rodrigues dos Santos.

Nada teria que acrescentar no rol das atividades do Deputado do Ceará que a Nação acaba de perder, causando a mais profunda consternação no seu Estado, no Congresso e no País. Em verdade, Manoel Rodrigues, devotado ao seu povo, bem assim, aos problemas do Nordeste e do Brasil, com o seu desaparecimento abre um vazio enorme, que nos causa a mais profunda tristeza.

Eficiente, dedicado ao mister de representar bem o Ceará, simples, humilde, fidalgo, bondoso, desaparece Manoel Rodrigues, quando ainda estava em plena atividade, de quem se esperava a continuidade de um mandato federal, já agora o terceiro, laborioso, honesto e digno.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — Rio Grande do Norte) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — Rio de Janeiro) — Acolho o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — Rio Grande do Norte) — Quero associar-me às homenagens que já foram prestadas em nome dos dois Partidos e, agora, por V. Ex^a, à memória do Deputado Manoel Rodrigues. Tive o privilégio de ser um dos seus amigos e com ele conviver durante muitos anos. Logo que chegou à Câmara dos Deputados, apesar de eu ser Senador, tanto me identifiquei ao seu convívio que rara a semana em que não mantínhamos contato, mais por suas visitas, ao meu gabinete. Quinta-feira foi um dia em que ele, ali, se demorou longamente em palestra e, ontem, no almoço, na granja do Senador Virgílio Távora, com tantos outros amigos, parece que estava, realmente, vendendo saúde, como costumamos dizer. Alegre como sempre, comunicativo, passou momentos de convívio com todos e o deixei como se estive me despedindo de quem se encontrava no começo da vida, de quem tinha muitos caminhos ainda a palmilhar. Hoje, quero acentuar, fiquei profundamente traumatizado, quando soube da sua morte. Assim, em nome do Rio Grande do Norte, quero associar-me às homenagens prestadas por V. Ex^a ao Deputado Manoel Rodrigues, pois ele era um desses nordestinos cujo convívio jamais poderemos esquecer, pela dedicação a sua terra, a amabilidade e o devotamento aos seus amigos, que constituíam traços de sua personalidade. Estou certo de que o Ceará saberá guardar, da sua luta e da sua passagem pela vida pública, um exemplo construtivo para os que chegarem e desejarem ingressar na vida pública.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — Rio de Janeiro) — Muito obrigado, nobre Senador Dinarte Mariz, pelas suas palavras em homenagem ao Deputado Manoel Rodrigues, cujo espírito público sempre nos encantou e que, por isso mesmo, desfrutava sempre as maiores simpatias dos seus pares e do seu povo.

Morre em pleno exercício. Não em agonia lenta, em ostracismo, esquecido e abandonado. Ao contrário, teve sempre, até os últimos instantes, que foram de surpresa e inesperados, o desvelo da sua dedicada esposa, o carinho dos seus filhos e a solidariedade e as lágrimas dos seus amigos.

Estas são as palavras de saudade de um dos seus mais modestos amigos, cuja amizade é também dos seus familiares, que ora se irmanam no sofrimento, nas lágrimas e na dor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Mesa se solidariza com as homenagens de pesar que o Plenário acaba de tributar à memória do Deputado Manoel Rodrigues.

Integrante da Bancada arenista do Ceará na Câmara dos Deputados, Manoel Rodrigues, pelas qualidades pessoais e pela vocação política já testemunhadas pelos ilustres oradores, granjeou com facilidade uma posição de prestígio e de relevo nos meios políticos e sociais da minha terra.

Seu passamento, assim tão brusco e inesperado, comoveu a todos os que privavam de sua amizade e aos integrantes da outra Casa do Congresso Nacional, tal a sua personalidade e a tendência, que o caracterizava, de aumentar o círculo de seus amigos, a quem sempre se dedicava com uma prestimosidade inextinguível.

Manoel Rodrigues, que foi Deputado Estadual e exercia o terceiro mandato na Câmara dos Deputados, era, sem favor, uma liderança que ascendia progressivamente, e se tornou, sem nenhuma dúvida, uma das personalidades políticas de mais destaque no meu Estado, representando, principalmente, o povo da Zona Norte do Ceará.

Seu falecimento, assim tão prematuro, colheu de surpresa a todos que com ele conviviam e abriu uma lacuna impreenchível nos meios sociais e políticos do Ceará.

Neste instante, na qualidade de seu amigo e correligionário, interpretando o pensamento da Mesa e os meus sentimentos pessoais, deixo aqui a homenagem de saudade e o preito de amizade, para que a sua memória, não só na outra Casa, mas também no Senado Federal, seja perpetuada como um político que se entregou de corpo e alma à representação popular e se destacou, principalmente, pela atuação de cada dia em favor dos interesses da gente cearense. (Pausa.)

De acordo com a deliberação do Plenário, irei levantar a presente sessão.

Para a sessão ordinária de amanhã, terça-feira, designo a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas.

ATA DA 191ª SESSÃO, REALIZADA EM 11-11-75 (Publicada no DCN — Seção II — de 12-11-75)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei do Senado nº 214/75, que “estabelece restrições à comercialização de drogas e medicamentos, na forma que especifica”:

Na publicação do projeto, na página 6.776, 1ª coluna, após o art. 4º,

Onde se lê:

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
A sociedade de consumo, em que estamos a viver, ...

Leia-se:

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A sociedade de consumo, em que estamos a viver, ...
Na página 6.809, 2ª coluna,

Onde se lê:

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, EM RECIFE, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 404/75, DE AUTORIA DO SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, APROVADO NA SESSÃO DE 11-11-75:

Leia-se:

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, EM RECIFE, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 494/75, DE AUTORIA DO SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, APROVADO NA SESSÃO DE 11-11-75:

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ NA SESSÃO DE 14-11-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — Rio Grande do Norte. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Li, há poucos dias, uma notícia vinda do Vaticano, no *Jornal do Brasil* do dia 10 deste mês, sob o título “Paulo VI adverte o leitor católico contra o comunismo”:

Cidade do Vaticano — O Papa Paulo VI, falando em sua qualidade de Bispo de Roma, apoiou as recentes declarações do Cardeal Ugo Poletti, advertindo os católicos para um eventual controle da Capital italiana pelo Partido Comunista.

Interrompido com aplausos pelos 50 mil fiéis, o Papa exortou os católicos a “readquirirem o zelo, a coerência e o espírito de sacrifício que nosso vigário-cardeal não cessa de pregar-vos, com sabedoria pastoral e preocupação, para colocá-los de sobreaviso, como o fez recentemente, contra fórmulas inadmissíveis para membros da comunidade da Igreja.”

Sem Concessão

O Cardeal Ugo Poletti declarou na sexta-feira que “apesar da tendência do conselho ecumênico de respeitar a diversidade política, os católicos jamais poderiam ser cúmplices dos comunistas. Como cristãos não podem ceder àqueles que falam de respeito ignorando Deus”, disse o Cardeal, numa entrevista à rádio do Vaticano.

No mês passado, o Cardeal indicou que a vitória dos comunistas nas próximas eleições municipais não somente significaria assumir o controle de uma cidade (Roma), por mais prestígio que possa ter, mas também seria um confronto com a Igreja Católica em sua própria capital espiritual.” As declarações do Cardeal provocaram acalorados debates.

Disse também o Cardeal Poletti, de 61 anos, que afirmava, “sem temor algum de me contradizer que qualquer concessão aos comunistas ou ao marxismo jamais receberá minha aprovação, em nenhuma forma ou ocasião.”

O PC evita criticar a Igreja para não perder votos católicos, mas em troca pronunciou-se a favor do “respeito mútuo entre a Igreja e o Estado”. Sua política, aparentemente visa conseguir um acordo entre marxistas e católicos no que vem recebendo o nome, na Itália, de “compromisso histórico.”

A praça em frente à catedral, onde Paulo VI pronunciou seu discurso, é frequentemente palco de manifestações comunistas. Os fiéis compareceram na praça como os comunistas tantas vezes o fizeram, apesar da chuva e do futebol.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, *essa é a palavra do Pastor Maior, de Sua Santidade o Papa Paulo VI. Não sei se poderia haver advertência mais oportuna para nós, brasileiros, do que neste momento se ouvir, ou se ler, através da Imprensa, a palavra da Igreja, na pessoa do seu Chefe, Sua Santidade o Papa Paulo VI.*

Todos devem voltar as vistas para a situação nacional, cada dia mais confusa nas diretrizes que precisamos adotar para levar este País ao seu grande destino, lutando pelo seu desenvolvimento e pela sua institucionalização política. Institucionalizar politicamente o Brasil representa, sem dúvida, nos dias em que vivemos, a maior luta, aquela que exige de todos os homens públicos deste País maior patriotismo, maior idealismo e, sobretudo, coragem de assumir responsabilidades, pois a História não perdoa e julgará o comportamento cívico de cada um.

Podemos classificar a situação política do nosso País como destinada a uma luta ideológica. Por muito que queiramos tapar as nossas vistas, não poderemos, jamais, escapar às conseqüências dos dias que nos aguardam.

Sr. Presidente, depois de derrotados pelas nossas Forças Armadas na guerra revolucionária, procuram eles, os comunistas, hoje, desenvolver sua ação no campo político. Estamos vivendo em plena guerrilha política. Já agora o Partido Comunista, dentro das nossas fronteiras, tenta infiltrar-se em todos os setores de nossas atividades: seja no Executivo, no Legislativo, nas Universidades, nos sindicatos, nas Forças Armadas ou no religioso, procurando provocar, por todos os meios, a divisão da família brasileira, para implantar, no seu seio, a anarquia, a desordem, a incompreensão, e impor a escravização ao povo brasileiro.

Advirto, daqui, mais uma vez, àqueles que ainda têm condições de lutar e de acreditar na realidade em que vivemos: ou nos unimos, nós, os que não somos comunistas, em torno da palavra do Santo Padre, ou nada se salvará!

Os comunistas de todas as partes do mundo se unem, e os que adotam ideologias opostas, notadamente a democrática, vivem divididos por lutas estêreis e impatrióticas.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — Pará) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — Rio Grande do Norte) — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — Pará) — Senador Dinarte Mariz, acho que V. Ex^a presta, realmente, um serviço à Casa, no momento em que se refere a esse documento papal. É um debate que, como sabemos, já vem de algumas décadas, quando os católicos, ingenuamente, utilizaram o processo de mãos estendidas, supondo que, com isso, conseguiram o apaziguamento com os comunistas. Os Papas, todos eles, desde então — e aí estão as encíclicas papais para provar — condenam essa união por considerá-la taticamente errada, além de ser, até certo ponto, imoral do ponto de vista político e cujas conseqüências são sempre danosas para os católicos. Eu gostaria de trazer a V. Ex^a um adendo: há dias, o nobre Líder do MDB — e todos sabemos que tem uma filiação doutrinária ao pensamento da Democracia Cristã — foi provocado por um ouvinte, por um assistente de uma de suas palestras, com esta pergunta: "eu queria que V. Ex^a me dissesse se é ou não a favor da existência do Partido Comunista no Brasil." E o nobre Líder Franco Montoro preferiu dar resposta indireta da seguinte maneira: "eu sou, como todo mundo sabe, partidário da Democracia Cristã". Minha resposta lhe vai ser dada de maneira indireta: onde a Democracia Cristã está no poder, os comunistas existem livremente; onde os comunistas estão no poder, os católicos da Democracia Cristã estão na cadeia. Era esse o argumento que eu queria trazer a V. Ex^a

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — Rio Grande do Norte) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, significativo e oportuno.

Tenho a convicção de que, sendo o Brasil um País católico na sua quase totalidade, a palavra do Santo Padre calará, profundamente

te, no coração e no espírito do povo brasileiro. O comunismo nega Cristo e a sua obra. Logo, os cristãos de todo o mundo devem estar alertas para o combate à ideologia negativista. Fez bem Sua Santidade quando advertiu que a tendência da Igreja não significa transigência com o comunismo. Foi mais longe Sua Santidade, abordou o problema político-eleitoral, advertindo que um católico não deveria votar no Partido Comunista e nos seus adeptos.

Aqui no Brasil, onde não existe o Partido Comunista legalmente organizado, os católicos não deverão votar no Partido que der acolhida a candidatos sabidamente esquertizantes comunistas. Estas, as deduções da palavra de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu desejava pronunciar, e tenho certeza que elas calarão profundamente no espírito cristão do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 14-11-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — Minas Gerais. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente,

O Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1975, de iniciativa do Senhor Presidente da República é de real importância e visa, sobretudo, uniformizar a incidência do Imposto de Renda sobre as empresas sob controle governamental, principalmente as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Poderíamos estranhar que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, bem como nas subsidiárias viessem a recolher seu imposto de renda com a dispensa de multas, juros moratórios e correção monetária. Mas é o próprio governo que se justifica face a complexidade da legislação urgente.

A Oposição estranha esta urgência no plenário. Tal projeto, a nosso ver, precisaria um maior debate. O Líder da Maioria, o nobre Senador Petrônio Portella, deu-nos a explicações necessárias do porque desta urgência, razão pela qual o MDB vai votar favorável a matéria, Senhor Presidente.

REGULAMENTO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS PARA CONCESSÃO DO 2º PRÊMIO PODER LEGISLATIVO (1976)

1. Da finalidade

1.1 O Prêmio Poder Legislativo, instituído pelo Ato nº 7, de 1971, da Mesa da Câmara dos Deputados, visa a difundir e ressaltar a importância do Poder Legislativo na vida institucional brasileira e estimular a pesquisa sobre o Parlamento brasileiro.

1.2 Transcorrendo em 1976 o Sesquicentenário de Instalação da Câmara dos Deputados, a concessão do 2º Prêmio Poder Legislativo será relacionada com sua comemoração.

2 Dos temas

2.1 São os seguintes os temas sobre os quais se desenvolverão as monografias concorrentes ao concurso:

A Câmara dos Deputados e o sistema parlamentar de governo no Brasil. Representação e sociedade no Brasil do Século XX. A Câmara dos Deputados e as instituições políticas brasileiras. A Câmara dos Deputados como fator de unidade nacional.

3 Das inscrições

3.1 As inscrições no concurso de monografias para o 2º Prêmio Poder Legislativo serão encerradas às 18 (dezoito) horas do dia 30 de junho de 1976.

3.2 Os trabalhos deverão ser encaminhados, sob pseudônimo, à Diretoria do Centro de Documentação e Informação da Câmara

dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Praça dos Três Poderes, 70.000 Brasília, DF, ou remetidos pelo Correio, sob registro, preferencialmente por via aérea. Para a validade da inscrição será considerada a data do registro postal.

4. Do Prêmio

4.1 Serão conferidos prêmios às monografias que melhor corresponderem aos objetivos deste concurso.

4.1.1 O valor do primeiro prêmio será de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros); o do segundo, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); e o do terceiro, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

4.1.2 A Comissão Julgadora poderá sugerir que se confira Menção Honrosa a monografias não premiadas, mas que mereçam divulgação.

4.1.3 Os autores das monografias premiadas e os das classificadas com Menção Honrosa receberão 100 exemplares impressos de seus trabalhos.

4.2 Dependendo do nível dos trabalhos apresentados e a critério da Comissão Julgadora, os prêmios, ou um dos prêmios, poderão deixar de ser conferidos.

4.3 Os prêmios são indivisíveis.

4.4 Os prêmios serão entregues em Brasília pelo Presidente da Câmara dos Deputados, em solenidade a ser oportunamente divulgada em órgão oficial.

4.4.1 Os candidatos que não comparecerem à solenidade de entrega dos prêmios terão 60 (sessenta) dias para recebimento da importância a eles destinada.

5. Do Concorrente

5.1 Poderão concorrer ao Prêmio todos os brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, exceção feita ao estabelecido no item 5.4 deste Regulamento.

5.2 Cada concorrente poderá apresentar mais de um trabalho com pseudônimos diferentes, e inscrevê-los independentemente uns dos outros.

5.3 As monografias poderão ser em colaboração, mas o prêmio será entregue ao autor mencionado em primeiro lugar na ficha de identificação.

5.4 Não poderão concorrer ao Prêmio os membros da Comissão Julgadora.

6. Da Monografia

6.1 A monografia será inédita.

6.2 Deverá ter no mínimo 80 (oitenta) páginas.

6.3 Os originais deverão ser datilografados numa só face de papel tamanho ofício, em espaço dois, tipo paica, com todas as páginas numeradas e em 4 (quatro) vias, indicando o título do trabalho e o pseudônimo do autor, também datilografados.

6.3.1 As quatro (4) vias serão acompanhadas, em sobrecarta separada, igualmente fechada e lacrada, de: a) cédula ou ficha de identificação com o título do trabalho e o nome completo, o pseudônimo, o endereço e a assinatura do autor; b) fotocópia ou xerocópia autenticada de documento de identidade. O envelope deverá trazer externamente apenas o título da monografia e o pseudônimo do autor.

6.4 Para facilitar o processo de julgamento, os candidatos deverão seguir o seguinte roteiro na execução de seus trabalhos: a) Sumário (enumeração das principais divisões e seções do trabalho, na mesma ordem da apresentação da matéria); b) Introdução; c) Desenvolvimento do tema; d) Conclusão; e) Bibliografia consultada.

6.5 Os direitos autorais das monografias premiadas ou distinguidas com Menção Honrosa pertencerão à Câmara dos Deputados até a primeira edição, cuja tiragem será de 2.000 (dois mil) exemplares para as premiadas, e de 1.000 (hum mil) exemplares para as classificadas com Menção Honrosa. Esses direitos ficarão liberados aos respectivos autores a partir da segunda edição.

7. Da Comissão Julgadora

7.1 A Comissão julgadora constará de 5 (cinco) membros escolhidos pela Mesa da Câmara dos Deputados, dentre brasileiros de comprovada competência.

7.2 A Comissão Julgadora, em sua primeira reunião, elegerá o seu Presidente, estabelecerá os critérios básicos a serem adotados para exame, julgamento e classificação dos trabalhos apresentados e fixará as normas de suas atividades.

7.3 A Comissão Julgadora terá plena autonomia de julgamento e de suas decisões não caberão recursos.

7.4 Para efeito do cumprimento das normas deste Regulamento, a Comissão Julgadora consignará em relatório todas as suas decisões, devendo os originais, assinados pelos 5 (cinco) membros, ficar arquivados no Centro de Documentação e Informação.

7.5 Os votos dos membros da Comissão Julgadora não poderão ser dados por procuração.

7.6 A Comissão Julgadora dará a classificação final dos trabalhos, em relatório conclusivo, contendo os pareceres relativos a cada monografia selecionada.

7.7 Em reunião pública, a ser anunciada no *Diário do Congresso Nacional* e nos principais órgãos de imprensa da Capital Federal e dos Estados, a Comissão Julgadora identificará as monografias classificadas.

7.8 A Comissão Julgadora dará conhecimento à Mesa da Câmara dos Deputados dos Relatórios das suas decisões e da classificação final das monografias.

7.9 Cada membro da Comissão Julgadora receberá um *pro labore* de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), para exame, julgamento e classificação das monografias, de acordo com os critérios baixados pela Comissão e para um mínimo de 30 (trinta) monografias. Para cada monografia excedente desse número, ser-lhes-á concedido o acréscimo de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

7.10 A Comissão Julgadora terá prazo até 31 de agosto de 1976 para apresentação do relatório final, ocasião em que será dissolvida.

8. Considerações Finais

8.1 A Diretoria do Centro de Documentação e Informação designará funcionário para secretariar a Comissão Julgadora e a realização do concurso.

8.2 Os interessados poderão obter informações na Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (ADIRP) e no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, ou pelos telefones 24-4805 (Ramais 409, 510, 511), 24-1569 e 24-8848.

8.3 Os trabalhos não classificados serão devolvidos aos interessados, mediante requerimento sob o pseudônimo adotado para concorrer ao concurso.

8.3.1 Serão incinerados os trabalhos não retirados até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final.

8.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 48/75)

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 1975

Às dez horas do dia dois de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Senhores Senadores Gilvan Rocha, José Lindoso, Helvídio Nunes, Virgílio Távora, Lázaro Barboza, Eurico Rezende, João Calmon, Evelásio Vieira, Cattete Pinheiro, Ruy Santos, Augusto Franco e Saldanha Derzi, reúne-se, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 48, de 1975.

Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Mendes Canale, Jarbas Passarinho e Amaral Peixoto, não pertencentes à Comissão.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A seguir, o Senhor Presidente, após assinalar a presença do Senhor Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a quem convida para ocupar lugar junto aos Senhores Senadores, franqueia a palavra aos componentes do órgão, para breves comunicações.

Pronunciam-se, pela ordem, os seguintes Senhores Senadores:

Eurico Rezende, manifestando a conveniência de convidar-se as autoridades abaixo relacionadas:

— Dom Luciano José Duarte, Presidente do MEB;

— Dr. Roberto de Oliveira Campos, Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha;

— Prof. Frederico La Macchia, ex-Secretário de Educação do Rio Grande do Sul;

— Dr. Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda;

— General Carlos de Meira Mattos.

Esclarece S. Ex^a que sugeriu o comparcimento através de convite, visto que a convocação implicaria no atendimento a determinadas praxes regimentais, pela fato de constar, dentre os citados, um Ministro de Estado, o que forçaria o encaminhamento do expediente ao Plenário, e lá, para obter aprovação, dependeria do apoio de 1/3 da composição do Senado.

Discutida e votada, a proposta é, sem restrições, considerada aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Senador Eurico Rezende e ao Assistente que façam entrar no recinto o Senhor Doutor Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do MOBRAF.

Após as apresentações e cumprimentos de praxe, o Senhor Presidente lê a Resolução nº 48/75 e solicita ao Relator que oriente a qualificação do depoente. Solicita S. Ex^a, também, que, na ordem das interpelações, seja dado prioridade aos quesitos dos Senhores Senadores João Calmon e Jarbas Passarinho, autores dos discursos que deram motivo à Resolução e que, expressamente, nela são citados.

É iniciada a tomada de termos, sob o comando do Senhor Relator, que vai orientando as perguntas no sentido de ordenamento do aspecto formal.

Durante as interpelações do Senhor Senador João Calmon, o Senhor Senador levanta Questão de Ordem no que se refere ao prazo de duração da resposta do depoente, obtendo informação que leva S. Ex^a a arguir a impossibilidade de aguardar o tempo anunciado, vez que tem compromissos inadiáveis. Conclui S. Ex^a, informando que, diante do fato, enviará, por escrito, as perguntas que deseja formular e solicita licença para se retirar.

Após a Questão de Ordem, continuam os trabalhos em seu ritmo normal, prolongando-se até às 14:00 horas, oportunidade em que o Senhor Presidente suspende a reunião.

Na reabertura, às 16:00 horas, o Senhor Senador João Calmon lê carta assinada pelo Senhor Senador Jarbas Passarinho, que, viajando para São Paulo, viu-se impossibilitado de estar presente para a leitura.

Em aparte, o Senhor Senador Eurico Rezende diz não entender porque se fala na tentativa de esvaziar-se a Comissão. Argumentando, S. Ex^a recorda opinião que deu em relação à criação da CPI, mas curvando-se à decisão da Presidência e que, juntamente com os outros Membros, está colaborando com o objetivo de encontrar-se soluções.

Decidindo, o Senhor Presidente, ao determinar que referida carta será incorporada aos autos, declara que acolhe as palavras do Senhor Senador Eurico Rezende como explicação pessoal.

Logo após, o Senhor Relator retoma o comando da tomada de termos, usando da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Eurico Rezende, Evelásio Vieira, Cattete Pinheiro, João Calmon e, finalmente, José Lindoso.

Ao término da fase de interpelações, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Dr. Arlindo Lopes Corrêa e declara esgotada a pauta de trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipperdt, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2-10-75, ÀS 10:00 HORAS.

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 48, de 1975.

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, SENADOR GILVAN ROCHA.

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA À COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL O SR. DR. ARLINDO LOPES CORRÊA, ENGENHEIRO, RESIDENTE À AVENIDA DL. 122, RIO DE JANEIRO, PRESIDENTE DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO.

Às 10:00 horas do dia dois de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala "Rui Barbosa", reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, instituída pela Resolução nº 48, de 1975, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, e do artigo 170, alínea a, do Regimento Interno, para investigar e analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF — especialmente no que concerne à celebração de convênios com municípios para a alfabetização dos excedentes das escolas primárias. Abertos os trabalhos pelo Presidente da Comissão, Senador Gilvan Rocha, este deu informações sobre medidas de interesse administrativo para o funcionamento desta reunião, estabelecendo, como critério para documentação da mesma, que o presente termo seria complementado pelo registro taquigráfico e pelos elementos gravados pelo Serviço de Som do Senado que, desse modo, integrariam, para todos os efeitos, os depoimentos e documentariam os trabalhos da presente reunião. É dada a palavra ao Dr. Arlindo Lopes Corrêa, que, qualificado nos termos acima mencionados, fez exposição seguida de interpelações por parte dos Srs. Senadores. Suspende-se a reunião às 14:00 horas, reabrindo-se os trabalhos às 16:00 horas, quando então reinicia-se a fase destinada às interpelações. Encerrada a reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Cândido Hipperdt, Assistente da Comissão, lavrei o presente termo, que vai assinado por mim, pelo depoente, pelo Sr. Presidente, Relator e demais Senadores presentes. Brasília, 2 de outubro de 1975. — Arlindo Lopes Corrêa, Depoente — Senador Gilvan Rocha, Presidente — Senador Cattete Pinheiro, Vice-Presidente — Senador José Lindoso, Relator — Senador Virgílio Távora — Senador Eurico Rezende — Senador João Calmon — Senador Evelásio Vieira — Cândido Hipperdt, Assistente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Há número regimental. Declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 48/75.

Solicito ao Sr. Assistente que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

(O Sr. Secretário lê a Ata.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em discussão a Ata. Se nenhum dos nobres Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

Esta Presidência deseja fazer previamente algumas comunicações. Inicialmente, sobre algumas providências já tomadas pela Presidência. Mas, antes disso, em virtude da presença muito honrosa, neste recinto, do nobre Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da

Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, solicito a S. Exª que tome assento junto aos Srs. Senadores.

As providências que esta Presidência já tomou são as seguintes: anexando ao dossier dos Srs. Senadores discursos solicitados pelo Sr. Senador João Calmon, enquanto está providenciando a correspondência recebida de Porto Alegre, do Vereador Glênio. Estamos, também, anexando algumas folhas do livro *Elementos de Direito Constitucional*, de Wolgran Junqueira Ferreira, relativo especificamente a Comissões Parlamentares de Inquéritos. Ainda anexamos ao dossier dos Srs. Senadores dados sobre a Loteria Esportiva e um quadro comparativo de participação do Ministério da Educação e Cultura e, ainda, um quadro comparativo a respeito dos convênios do MOBRAL.

Comunicamos, também, providências que estão em andamento, quais sejam: Obtenção do exemplar da revista da Fundação Carlos Chagas, solicitada pelo Sr. Senador João Calmon, e que está sendo feita por gentileza de um jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Estamos providenciando, ainda, e disso daremos ciência aos Srs. Senadores, do calendário das reuniões com os respectivos depoentes, como também, estamos diligenciando para a obtenção do Relatório Final do Grupo Interministerial sobre Pesquisa da UNESCO.

Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores para alguma comunicação que desejarem fazer. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, adotamos o critério na Comissão de recrutar as opiniões de pessoas e autoridades que possam contribuir para o esclarecimento do fato motivador da Comissão e, também, de outros aspectos doutrinários que interessem ao MOBRAL. Pediria a V. Exª que submetesse à apreciação da Comissão o pedido que faço de convite para prestarem declarações as seguintes pessoas: Mario Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, que foi o primeiro Presidente do MOBRAL; Dom Luciano José Duarte, Presidente do MEB — Movimento de Educação de Base; Embaixador Roberto de Oliveira Campos, que se encontra no Brasil e aqui deverá ficar por uns dez dias. Se a Comissão formalizar o convite pediria a V. Exª que o colocasse logo numa pauta prioritária para apressar o seu depoimento; Frederico Lamachia, ex-Secretário de Educação de Porto Alegre, onde segundo o eminente Senador João Calmon, teriam ocorrido desvios das finalidades do MOBRAL e é membro da Comissão Nacional incumbida de implantar os Centros Sociais Urbano, como representante do Ministério de Educação e Cultura; E também o General Carlos Meira Matos, que atuou, durante algum tempo, na área do MEC e é versado em Ciência de Educação.

São essas as indicações que faço ao Plenário por intermédio de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta Presidência submete ao Plenário, de acordo com a praxe e com o Regimento, as indicações do Sr. Senador Eurico Rezende, chamando a atenção de que no caso de convocação do Sr. Ministro de Estado, Mário Henrique Simonsen, deverá ser observada toda aquela sistemática regimental tendo que, inclusive referida convocação ser aprovada pelo Plenário do Senado.

O SR. EURICO REZENDE — Eu coloquei em termos de convite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Justamente para evitar essa sistemática.

O SR. EURICO REZENDE — Assim sendo, acredito que ele atenderá ao convite da Comissão. Caso o Sr. Ministro alegue preceito regimental, então, V. Exª procederá como de direito.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Perfeito. Acho que a sua solicitação está bem fundamentada. Faremos então o convite a essas personalidades.

Os Srs. Senadores que aprovam este convite, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o convite, será diligenciado, então, com a prioridade requerida pelo Sr. Senador Eurico Rezende, um calendário para que esta Comissão possa ouvir esses ilustres convidados.

Esta Comissão reúne-se, hoje, extraordinariamente, para ouvir o depoimento do Dr. Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do MOBRAL, que já se encontra aqui no Senado Federal.

A Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos a fim de que ao Sr. Assistente da CPI, acompanhado do nobre Senador Eurico Rezende, faça chegar a este recinto o Dr. Arlindo Lopes Corrêa.

(Levanta-se a sessão por três minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está reaberta a reunião.

Para a reunião de hoje, que possui características especiais, esta Presidência convocou o Serviço de Mecanografia e Taquigrafia para que sejam tomados devidamente os termos do depoimento.

Antes de passar a palavra ao Relator, que comandará a Tomada de Termos, esta Presidência deseja esclarecer, mais uma vez, sobre a finalidade dessa CPI, que foi fundamentada na Resolução nº 48, de 1975, com o objetivo de investigar e analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), especialmente, no que concerne à celebração de convênios com os municípios para a alfabetização dos excedentes das escolas primárias. Esta explicação seria absolutamente inócua se, ultimamente, esta Presidência não tivesse recebido telefonemas acusando esta Comissão de inquisitorial e destrutiva do MOBRAL. É preciso que fique bem claro que esta Comissão pretende, apenas, fazer um levantamento no que regimental e constitucionalmente o Legislativo tem por direito e por dever. Não tem essa nem poderia ter, nenhuma razão preconcebida contra o MOBRAL. Em assim sendo, quero colocar o Sr. Presidente do MOBRAL perfeitamente à vontade, chamando a atenção de S. Sª no sentido de que nós, não pretendendo ser inquisidores, possamos conversar a respeito das atividades do MOBRAL para que encontremos a solução para possíveis desvios.

Dito isso, passo a palavra ao Sr. Relator, Senador José Lindoso, para que comande a Tomada de Termos e proceda à qualificação do Depoente. Será feita uma exposição pelo Dr. Arlindo Lopes Corrêa, que solicito seja breve, uma vez que terá condições de responder a quaisquer dúvidas durante as inquirições dos Srs. Senadores. As declarações serão gravadas, taquigrafadas e, posteriormente, reduzidas a termo, que será assinado pelo depoente, pelo Assistente e por todos os Srs. Senadores presentes.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador José Lindoso.

O SR. RELATOR (José Lindoso) (Procede à qualificação.)

(Tomada em Termos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta Presidência comunica ao Sr. Presidente do MOBRAL que pode fazer a exposição espontânea e tranquilamente, e, depois, os Srs. Senadores farão as perguntas que desejarem.

Com a palavra o Sr. Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do MOBRAL.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Emª Sr. Presidente desta Comissão, Senador Gilvan Rocha, Exmªs Srs. Membros da Comissão; Senhoras e Senhores:

• A oportunidade de vir ao Senado Federal, para qualquer homem público brasileiro, é sempre grata.

Aqui, encontramos algumas das mais altas expressões políticas de nosso País, representantes do nosso povo. Esta Casa é uma caixa de ressonância da opinião pública brasileira e, por isso, merece todo o nosso respeito.

Para um homem que, há dez anos, se dedica à educação, esta possibilidade de aqui vir é ainda mais importante.

Milita, nesta Casa, um ex-Ministro da Educação e Cultura que, quando de sua passagem por aquele Ministério, marcou um ponto de inflexão, altamente positivo, na nossa vida educacional; trata-se do Senador Gustavo Capanema. Militam aqui, também, os dois últimos Ministros da Educação e Cultura, e o atual, Senador Ney Braga, a quem devemos, nós do MOBRAL, todo o apoio para a realização de nossa obra.

Ainda, nesta Casa, encontram-se homens dedicados à causa da educação, desde o início de sua vida pública; reitores; grandes cruzados da educação; criadores de movimentos de conscientização a respeito desse importantíssimo problema de nossa vida etc.

Se, para o homem da educação é importante vir ao Senado Federal, o que dizer, então, para o Presidente do MOBRAL? É a criatura que, de certa forma, vem ao Criador.

O Senador Tarso Dutra, hoje licenciado, foi quem teve a inspiração de trazer ao Congresso Nacional o projeto que redundou na Lei nº 5.379, da qual surgiu o MOBRAL; e o Ministro Jarbas Passarinho foi quem corporificou a idéia, dando-nos as condições para que este movimento gigantesco empolgasse este País e conquistasse, no plano internacional, para o Brasil, um renome do qual nos orgulhamos: o de termos hoje, o maior movimento de educação de adultos do mundo.

Srs. Senadores, estou certo de que, destes trabalhos, sairemos todos ganhando alguma coisa.

O MOBRAL, porque não teme a crítica e a inovação, é o sucesso que, hoje, podemos apresentar ao mundo. E só por isso! Porque se não fosse a crítica aperfeiçoadora que nos fazemos e a que nós mesmos nos fazemos, internamente, não poderíamos, cada vez mais, atingir os objetivos a que nos propusemos desde o início de nossos trabalhos. Se não fosse a ousadia em inovar, não poderíamos, também, construir tão gigantesca obra.

Esta Comissão será, certamente, um momento para reflexão que nos levará ao aperfeiçoamento.

Parco em recursos retóricos e expositivos, só me resta pedir que a fortuna me inspire para ser bastante claro e poder colocar a nu, diante de V. Ex^{as}, aquilo que é, e continuará sendo — espero — uma gigantesca e inigualável obra no campo educacional, o MOBRAL.

O MOBRAL está à disposição dos Srs. Senadores.
Muito obrigado.

OSR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — De acordo com as normas regimentais que norteiam esta CPI, os Srs. Senadores farão inquirições, que serão encaminhadas ao depoente pelo Ex^{mo} Sr. Relator, Senador José Lindoso.

Para evitar maiores dificuldades burocráticas de inscrição dos Srs. Senadores, esta Presidência passará a palavra a qualquer um dos Membros da Comissão que dela queiram fazer uso para inquirir o depoente, e apenas por uma questão — diremos — de harmonia com os termos em que foi calçada a Comissão Parlamentar de Inquérito que, textualmente, na sua justificação, diz: "A Constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito justifica-se pelas razões apontadas nos discursos dos Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho e Luiz Viana", e que anexamos a este depoimento, esta Presidência houve por bem passar, primeiramente, a palavra, pela ordem, aos Srs. Senadores referidos e que fazem parte desta Comissão.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Senador João Calmon, e, depois, se S. Ex^a desejar fazer alguma pergunta, ao Senador Jarbas Passarinho, também citado na justificação da constituição desta CPI.

Lembro, entretanto, aos Srs. Senadores que as suas perguntas serão reduzidas a termo pelo Sr. Relator, que as passará ao Sr. depoente.

Concedo a palavra ao Senador João Calmon.

OSR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, preliminarmente, definir a minha posição pessoal em relação ao MOBRAL e ao seu eminente Presidente, Professor Arlindo Lopes Corrêa.

Ao longo de todo o meu esforço em favor da educação, tenho sistematicamente, procurado exaltar o trabalho do MOBRAL.

Em discursos proferidos no mês de setembro, no Senado Federal, referi-me ao MOBRAL, destacando tratar-se de "uma benemérita instituição".

Nessa mesma oportunidade, afirmei que o MOBRAL conseguiria "uma proeza rara neste País: a empolgação do povo e a mobilização comunitária". Por outro lado, tomei a iniciativa de erguer a minha voz no plenário do Senado contra uma discriminação injusta de que fora vítima o MOBRAL, na cidade de Persépolis, quando a Conferência Mundial de Alfabetização conferira o Prêmio Mundial de Alfabetização ao Professor Paulo Freire, que apenas dirigira uma campanha de alfabetização de adultos em nosso País, durante alguns meses. Adiantei que esse Prêmio deveria ter sido conferido ao MOBRAL que, já àquela época, havia alfabetizado alguns milhões de brasileiros: 6,7 ou 8 milhões.

De maneira que em tempo algum houve afirmações partidas de mim ou de qualquer colega do Senado Federal contra o MOBRAL, contra o magnífico esforço que essa Instituição tem realizado nos últimos 5 anos.

Evidentemente, não é fácil evitar distorções de palavras proferidas na base da boa fé.

Nunca, repito, houve alguma palavra contra a Fundação MOBRAL. Houve apenas protestos ou manifestações de estranheza em face do que alguns Senadores consideram um desvio da finalidade do MOBRAL, que é basicamente a alfabetização de adolescentes e adultos. Entretanto, quando são reproduzidas palavras, podem ocorrer distorções ou más interpretações.

Estou, absolutamente, certo de que o meu eminente amigo Professor Arlindo Lopes Corrêa jamais procurou jogar o Senado Federal contra o povo brasileiro. S. Ex^a é um educador da mais alta categoria, um servidor admirável deste País e se, eventualmente, cometeu à frente do MOBRAL algum erro, esse erro foi provocado por excesso de zelo ou pelo desejo de prestar serviços cada vez mais relevantes ao nosso País.

Para comprovar concretamente que palavras podem ser distorcidas, aqui está num matutino, *Jornal de Brasília*, atribuída ao eminente Presidente do MOBRAL a seguinte afirmação: "O povo apóia o MOBRAL". Numa outra fotografia aparece a legenda: "E se o Senado está contra o MOBRAL, está logicamente contra o povo". Ora, nem o Senado está contra o MOBRAL, nem evidentemente o povo ficará contra o Senado.

Quero colocar, com a maior clareza, minha posição em face dessa declaração. Deve ter sido uma má interpretação das palavras do Professor Arlindo Lopes Corrêa.

Em relação ao Presidente do MOBRAL apresento neste momento uma desvantagem: gostaria que o Sr. Arlindo Lopes Corrêa fosse para mim um estranho. Acontece que sou, com muita honra para mim, amigo pessoal do Professor Arlindo Lopes Corrêa, muito mais do que amigo pessoal, um admirador das suas extraordinárias qualidades, conforme destaquei num dos meus pronunciamentos, quando me referi ao convite feito pelo Professor Mário Henrique Simonsen para que o Professor Arlindo Lopes Corrêa assumisse a Secretaria Executiva do MOBRAL.

Sou amigo e admirador do Professor Arlindo Lopes Corrêa, mas, como Senador, tenho de cumprir os meus deveres, aqueles tão bem definidos pela Academia Política que visitei na Alemanha, em fins de 1964.

Segundo aprendi nessas Academias Políticas, o homem público tem três deveres: o primeiro, mais importante, é ficar em paz com sua consciência; o segundo, defender os interesses de seu País; e, em terceiro lugar, ser fiel às diretrizes de seu partido.

Neste momento, estou, acima de tudo, procurando ficar em paz com a minha consciência. Lamento profundamente terem resultado infrutíferos meus esforços durante quase um ano, entre 13 de setembro de 1974 e 8 de setembro de 1975, para evitar um debate no plenário do Senado sobre o MOBRL Infante-Juvenil.

No dia 13 de setembro de 1974, o eminente colega que tanto nos honra com a sua presença, nesta CPI, Senador Helvídio Nunes, numa reunião da Comissão de Educação e Cultura, fez os mais merecidos elogios ao MOBRL que estava, então, comemorando o seu quarto aniversário de atuação efetiva. Imediatamente fiz minhas as palavras de S. Ex^a. Entretanto, na base da maior humildade, porque me considero apenas um aprendiz de Educação, manifestei perplexidade em face das notícias que estavam chegando ao meu conhecimento, segundo os quais o MOBRL estaria admitindo, em seus cursos, crianças na faixa etária dos 9 aos 14 anos. Pedi, então, à Comissão que convocasse o Professor Arlindo Lopes Corrêa para prestar um depoimento e expor as razões que o levaram a admitir crianças no MOBRL. Na mesma oportunidade creditei ao nosso eminente colega, Senador Jarbas Passarinho, o fato de ter sido condenado, na sua gestão, o MOBRL Infante-Juvenil. Imediatamente o Senador Jarbas Passarinho, que, conforme destaquei no meu pronunciamento, no dia 8 de setembro do corrente ano, no plenário do Senado Federal, é a própria imagem da honestidade, pediu-me um aparte, para declarar que não aceitaria esse crédito que eu lhe estava atribuindo. Quem condenara, quem vetara o Plano do MOBRL Infante-Juvenil fora "um Congresso de Secretários da Educação, reunidos em Brasília. Esse Congresso, congregando todos os Secretários da Educação do País, fulminara aquele plano.

Aprovada a minha proposta de convocação do Professor Arlindo Lopes Corrêa, no dia 13 de setembro, surgiu um problema facilmente compreensível. Estávamos às vésperas das eleições. De comum acordo, fixamos o dia do comparecimento do Professor Arlindo Lopes Corrêa à nossa Comissão, 24 de novembro do ano passado. Como sou amigo pessoal do Professor Arlindo Lopes Corrêa, com quem mantenho contatos frequentes, abordei o assunto diretamente com S. Ex^a no Rio de Janeiro.

O Professor Arlindo Lopes Corrêa, entre as qualidades que ostenta — diria que — possui uma, que não chega a ser rara. Ele se apega muito às suas convicções, defendendo-as com muito ardor e não é com facilidade que muda as suas opiniões, os seus pontos de vista já firmados. Ele não se convenceu em entendimentos pessoais comigo, da inconveniência do programa do MOBRL Infante-Juvenil. Naquele momento, detectei entre os meus amigos do MOBRL a falsa impressão de que o movimento que estava surgindo contra o MOBRL Infante-Juvenil era de iniciativa do ex-Ministro Jarbas Passarinho. Procurei esclarecer aos meus queridos amigos do MOBRL de que a iniciativa de fazer um comentário em torno do programa Infante-Juvenil havia partido exclusivamente de mim. Até porque jamais seria aqui ou em qualquer outro lugar um instrumento para insinuações de qualquer pessoa, mesmo que fosse um cidadão de extraordinário valor e de tantos serviços prestados ao País como o nobre Senador Jarbas Passarinho.

Foi marcado o dia do depoimento do Professor Arlindo Lopes Corrêa para 27 de novembro. O Prof. Arlindo Lopes Corrêa não cometeu nenhum ato de descortesia para com esta Casa. Segundo fui informado, antes do dia 27 de novembro, ele recebeu uma carta do então Presidente da Comissão de Educação e Cultura que o desconvocava, tornando sem efeito o convite para seu comparecimento. O Professor Arlindo Lopes Corrêa me comunicara anteriormente que teria grande honra em comparecer ao Senado para expor aos Membros da Comissão de Educação e Cultura os seus pontos de vista favoráveis ao programa do MOBRL Infante-Juvenil ou de Recuperação de Excedentes da Escola Primária.

Apesar desse contratempo, continuei a realizar um esforço enorme para não focalizar o problema do MOBRL Infante-Juvenil no plenário do Senado.

Eu pertenço orgulhosamente aos quadros da Aliança Renovadora Nacional — e tenho tamanho apreço pela obra do MOBRL que entendia que se eu fosse abordar um desvio, verdadeiro ou suposto das finalidades do MOBRL no Plenário da Câmara Alta, isto poderia provocar uma repercussão que se refletiria de maneira talvez um pouco desfavorável sobre a imagem da benemérita instituição que deveria e deve ser preservada.

O Professor Arlindo Lopes Corrêa, posteriormente, confirmará que eu lhe disse, várias vezes, que gostaria imensamente de resolver este problema fora da área do Plenário do Senado.

Procurei, então, o Ministro Ney Braga e lhe expus a minha perplexidade em face do programa do MOBRL Infante-Juvenil. S. Ex^a que é uma das figuras mais notáveis da vida pública deste País, e que tanto dignificou o Senado Federal, agradeceu-me muito o que ele chamou de delicadeza de sentimento: o Senador ter a preocupação de não falar do plenário da Câmara Alta sobre determinado tema, preferindo abordá-lo apenas no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, cujos trabalhos normalmente não merecem uma ampla cobertura da imprensa, pelo menos, não na mesma proporção da cobertura dos trabalhos do plenário do Senado.

Disse-me, então, o Ministro Ney Braga que convocaria o Professor Arlindo Lopes Corrêa para que nós três debatêssemos o problema do MOBRL Infante-Juvenil, tendo, desde logo, S. Ex^a o titular da Pasta da Educação adiantado que era contra esse programa. Não chegou nunca a realizar-se esse encontro a três.

Entretanto, o Professor Arlindo Lopes Corrêa, com a intimidade que tem comigo, telefonou-me e me convidou para ir à sede do MOBRL Central para ouvir uma exposição que ele me faria juntamente com seus assessores. Com a maior humildade e com o maior prazer, eu me dirigi à sede do MOBRL para atender ao convite do Professor Arlindo Lopes Corrêa. Lá, durante mais de duas horas, ouvi a exposição do Presidente do MOBRL e de seus auxiliares. Quando terminou a exposição, eu lhes reafirmei a minha posição contrária ao MOBRL Infante-Juvenil. Voltei à Comissão de Educação e Cultura, expus esse contato aos nossos colegas e ao Presidente Senador Tarso Dutra e, então, o ex-Ministro da Educação, que hoje tanto honra a nossa Casa, comunicou-nos que procuraria o Ministro Ney Braga, a fim de tratar especificamente daquele assunto.

Dias depois, o Senador Tarso Dutra comunicou oficialmente à Comissão a decisão final do Ministro Ney Braga: condenação do Programa MOBRL Infante-Juvenil ou do Programa de Recuperação de Excedentes.

Diante da comunicação feita pelo Senador Tarso Dutra, a Comissão de Educação e Cultura, aprovou por proposta minha e por unanimidade, um voto de congratulações ao Ministro Ney Braga, pela sua decisão.

No dia 11 de agosto, enviamos carta ao Ministro Ney Braga, comunicando-lhe a aprovação, por unanimidade, do nosso voto de congratulações.

No dia 2 de setembro li nos jornais do Recife a notícia de que haviam sido assinados na véspera dois Convênios entre a Prefeitura Municipal do Recife e o MOBRL Municipal: um, destinado à alfabetização de 8.600 adultos e outro, destinado à alfabetização de 5.550 crianças. Declarei, no meu discurso de 8 de setembro, no Senado — como sou um homem de boa fé — que a minha primeira reação foi a de não acreditar no que estava lendo. Diante das afirmações tão categóricas feitas pelo Ministro Ney Braga, não poderia acreditar que aquela notícia fosse, integralmente, verdadeira.

Com permissão do nobre Presidente e dos demais colegas, devo prestar, ainda, um esclarecimento sobre um outro episódio ocorrido anteriormente. No dia 16 de junho do corrente ano, o Ministro Ney Braga comunicou ao Senador Tarso Dutra que o Professor Arlindo Lopes Corrêa viria à Comissão de Educação e Cultura, para ter um contato informal com o Presidente daquela Comissão e alguns membros, para transmitir, de viva voz, aos Senadores a decisão do Titular da Pasta da Educação de condenar o MOBRL Infante-Juvenil e

de considerar este assunto encerrado. O encontro se realizaria no dia 19 de junho, às 11 horas. Quinze minutos antes, o Professor Arlindo Lopes Corrêa, certamente por ter mais facilidade de contato comigo, telefonou-me, deplorando o que ocorreria: o avião que o traria a Brasília sofrera uma pane e ele não poderia vir à Comissão de Educação e Cultura. Esclareci ao Professor Arlindo Lopes Corrêa que ele poderia vir no dia seguinte, porque todos nós, membros da Comissão, estaríamos presentes, aqui, em Brasília. Infelizmente, não foi possível ao Presidente do MOBRL, não sei por que motivo, comparecer no dia seguinte.

Jamais acusei o Presidente do MOBRL de ter cometido um desrespeito ao Senado, deixando de comparecer à reunião do dia 27 de novembro, já que ele fora desconvocado. Estranhei, apenas, que um homem polido como o Professor Arlindo Lopes Corrêa não tivesse sequer telefonado, mais tarde, ao Senador Tarso Dutra ou, se a sua agenda estivesse tão sobrecarregada que não lhe permitisse, sequer, este telefonema, não tivesse enviado uma carta ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, lamentando a impossibilidade de cumprir a missão a ele confiada pelo Ministro Ney Braga.

Voltarei a comentar o noticiário publicado nos jornais de Recife, no dia 2 de setembro: como eu tinha um compromisso no dia 5 de setembro, em João Pessoa, para agradecer uma homenagem da Assembléia Legislativa da Paraíba, escalei no Recife e procurei apurar no Diário de Pernambuco maiores detalhes dos Convênios. Com a maior facilidade, foram-me fornecidas cópias xerográficas desses dois Convênios — um destinado à alfabetização de 8.600 alfabetizando-adolescentes e adultos e, o outro, também destinado ostensivamente à alfabetização de mais de 5.500 adolescentes e adultos. Nenhum dos Convênios faz referência a crianças. Estranhei que o jornal tivesse aludido a 5.500 crianças, e procurei saber a fonte dessa informação. Foi-me dado, então, o esclarecimento: a nota havia sido enviada aos jornais pela Secretaria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Recife. Perguntaram-me: por que essa estranheza com relação ao Convênio celebrado no dia 1º de setembro? Vários outros Convênios foram assinados, este ano, em Pernambuco. Um dos nossos companheiros foi à sede do MOBRL, em Recife, e obteve, então, uma relação de todos os Convênios assinados em 1975, naquele Estado, especificamente para crianças, embora sistematicamente se referissem a adolescentes e a adultos. Por que? Como o MOBRL Infanto-Juvenil, não existe oficialmente, é provável que os dirigentes municipais do MOBRL tenham encontrado esta fórmula de manter o programa condenado pelo Ministro Ney Braga: assinar Convênios para alfabetização de adolescentes e adultos, mas que, na realidade, se destinavam à alfabetização de crianças.

Num dos meus pronunciamentos no plenário do Senado, no dia 19, referi-me, especificamente, ao Presidente do MOBRL Municipal do Recife. Acontece que não foi o da capital pernambucana o único Convênio. Foram assinados, também, dois Convênios com os Municípios de Jupi e Capoeiras e nesses dois Municípios ainda há cursos do MOBRL Infantil, em pleno funcionamento. O jornal O Estado de S. Paulo, realizou uma reportagem nessas cidades e comprovou a existência daqueles cursos que se prolongaram, um até novembro e o outro, até dezembro.

Qual foi o destino do Convênio para o curso destinado a 5.500 crianças na cidade de Recife? Sua execução foi sustada. O Convênio foi assinado no dia 1º e, no dia 8, fiz o meu primeiro pronunciamento no Senado, recebendo logo o apoio do eminente Senador Jarbas Passarinho, do Sr. Senador Luiz Viana Filho e de numerosos outros companheiros, alguns aqui presentes, inclusive, do Sr. Senador Helvídio Nunes que afirmou a certa altura do seu aparte, que me emocionou: "o Sr. Senador João Calmon está falando neste momento, em nome da unanimidade do Senado". Ora, esses Convênios — e levantei essa hipótese — teriam sido celebradas à revelia do Presidente do MOBRL-Central, Professor Arlindo Lopes Corrêa? Os Convênios não são assinados pelo Professor Arlin-

do Lopes Corrêa, que não poderia deslocar-se do Rio de Janeiro para cada um dos Municípios do Brasil. Ele tem procuradores, que, em cada Município, assinam os Convênios em seu nome. Em Recife, por exemplo, a Procuradora do Dr. Arlindo Lopes Corrêa é D^a Zulmira Maria de Carvalho que firmou o documento juntamente com o Presidente da Comissão Municipal do MOBRL, Sr. Sebastião de Holanda Cavalcante, com o Prefeito de Recife e com a Secretária de Educação.

Fora comprovada a existência dos Convênios sem alusão às crianças. O documento assinado em 1º de setembro não fora celebrado devido a uma emergência: as enchentes em Recife, que teriam levado o MOBRL a tomar a decisão de acolher crianças em seus cursos, em caráter excepcional. Em março, entretanto, muito antes das enchentes, fora assinado um Convênio para alfabetização de adultos, mas que se destinava à alfabetização de três mil crianças. Esses contratos foram cumpridos normalmente, até o mês de agosto, em dezenas de posto frequentados exclusivamente por alunos entre 9 a 14 anos, de acordo com o Programa de Recuperação de Excedentes. Havia, ainda, dois Convênios em plena execução nos Municípios de Jupi e Capoeiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante da comprovação da existência desses Convênios, diante da comprovação da existência dos cursos condenados pelo Ministro Ney Braga, vivi um drama de consciência. Eu teria de cumprir, a contragosto, o meu dever de focalizar, depois de 1 ano de silêncio, no Plenário do Senado, o problema do MOBRL Infanto-Juvenil. Então, no dia 8 de setembro assinaei, em discurso, o aniversário do MOBRL, e fiz referência à existência do MOBRL Infanto-Juvenil. Aconteceu, então, o que eu previra: recebi apartes de apoio de eminentes colegas da ARENA e do MDB e, dias depois, o Líder do Movimento Democrático Brasileiro, o eminente Senador Franco Montoro, apresentou um pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu me encontrava na cidade de Ipatinga, a convite do Governador Aureliano Chaves, chefiando a Comissão de Minas e Energia, na qualidade de seu Presidente, quando esse pedido da formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi apresentado pelo Senador Franco Montoro, obtendo 12 assinaturas de Senadores da ARENA e 10 assinaturas de Senadores do MDB.

Tomei conhecimento da aprovação automática dessa CPI pelos jornais, no Aeroporto do Galeão, no dia seguinte.

Ao chegar a Brasília, como o pedido de constituição da CPI se baseara, expressamente, "em pronunciamentos feitos no plenário pelos Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho e Luiz Viana Filho", eu me senti no dever de assinar o requerimento de iniciativa do Líder do MDB.

O pedido de constituição da CPI, foi subscrito por 13 Senadores da ARENA e 10 Senadores do MDB, portanto esta Comissão é predominantemente arenista, contando com 5 Senadores do nosso partido e com 2 da oposição. Por isso, jamais poderia transformar-se num órgão inquisitorial — para usar a expressão empregada pelo nosso eminente Presidente — para colocar o MOBRL ou seu Presidente, num pelourinho.

Só temos, nesta CPI, uma preocupação: procurar apurar os desvios verdadeiros ou supostos do MOBRL. Como os pronunciamentos de eminentes Senadores provocaram outros discursos na Câmara dos Deputados, o tema se ampliou. Por exemplo, um homem de extraordinária autoridade, considerado um expoente mundial da educação, o Deputado Flexa Ribeiro, contratado pela UNESCO para ser Diretor-Geral de Educação daquela entidade, ligada à Organização das Nações Unidas, proferiu, na Câmara um discurso da maior importância, chamando a atenção do País para os altos índices de regressão ao analfabetismo, apurado pela UNESCO, em vários países, em curso de duração de cinco meses.

Diante desses pronunciamentos, diante de novos subsídios chegados ao conhecimento do Senado, foi necessário ampliar o objetivo inicial de debate, não ficando restrito ao MOBRL Infanto-Juvenil.

Outra apuração que se impõe, e que será objeto de nossas indagações é a declaração feita, já depois do pronunciamento do Ministro Ney Braga, pelo eminente Presidente do MOBRL, numa entrevista ao jornal *O Globo*, no dia 8 do mês passado: "O Professor Arlindo Lopes Corrêa se referiu ao Programa de Recuperação de Excedentes, acrescentando que esse programa,

"Visa ao atendimento dos analfabetos de 9 a 14 anos que se encontram fora da rede escolar, e assim estancar uma das fontes do analfabetismo do País. As bases da recuperação de excedentes serão fixadas dentro em breve, depois que for realizado um debate sobre a matéria na Câmara Federal, conforme estabeleceu o Ministro Ney Braga."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Ney Braga já havia comunicado oficialmente, em junho, à Comissão de Educação e Cultura, que o MOBRL Infante-Juvenil era assunto encerrado. Como no dia 8 de setembro o Presidente do MOBRL ainda se referia ao Programa de Recuperação de Excedentes, cujas bases seriam estabelecidas após um debate da matéria na Câmara?

Anteriormente, o Professor Arlindo Lopes Corrêa, que sonha (e não é proibido sonhar) declarara à Comissão de Educação e Cultura, com a maior seriedade e com a maior sinceridade que, dentro de alguns anos, o MOBRL iria da alfabetização à Universidade. (página 36 do livro "A Educação e o Milagre Brasileiro.)

Precisamos, inclusive, cumprimentar o Professor Arlindo Lopes Corrêa pela permanente fidelidade às suas convicções. Ele alimentou o sonho, tem a ambição que algumas pessoas podem considerar desvairada ou infeliz de levar o MOBRL desde a alfabetização até a Universidade. Ainda não conseguiu concretizar o seu sonho de levar o MOBRL à Universidade, mas como continua fiel à sua convicção sobre o MOBRL Infante-Juvenil, ou Programa de Recuperação de Excedentes, ele já está de certo modo, levando o MOBRL à Escola Primária.

Depois do pronunciamento do Ministro Ney Braga e da missão que lhe foi confiada pelo titular da Pasta da Educação para comparecer à Comissão de Educação e Cultura, e confirmar, de viva voz, que o programa do MOBRL Infante-Juvenil era assunto encerrado, o eminente Presidente do MOBRL concedeu numerosas entrevistas aos jornais, inclusive uma gravada pelo jornal — *O Estado de S. Paulo*, declarando também a *O Globo* e ao *Jornal do Brasil* — que continuaria a admitir nos cursos do MOBRL qualquer pessoa que os procurasse, sem exibição de certidão de nascimento.

O problema se agravou, sem dúvida nenhuma, por que os jornais publicaram a seguinte reafirmação do ponto-de-vista do Ministro da Educação, que passo a ler:

Jornal do Brasil, 16 de setembro de 1975. "Ney Braga diz que MOBRL é só para adolescentes e adultos, nunca para crianças."

"Diversos técnicos e Assessores do MEC declararam-se, ontem, também, surpresos com os debates surgidos em torno de um "imaginário programa infante-juvenil do MOBRL."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda se qualifica de "imaginário" esse programa! Eu mostrei ao Senado o relatório do MOBRL referente ao ano de 1974, assinado pelo eminente Presidente do MOBRL, Professor Arlindo Lopes Corrêa, com uma referência expressa ao Programa de Recuperação de Excedentes. Esse programa não é "imaginário". Os Convênios também não são "imaginários": eles existem, estão, em meu poder, e um deles, precisamente o que se destina a 5.500 crianças, foi publicado por mim no "Diário do Congresso Nacional", embora, fraudulentamente, se refira a adolescentes e adultos.

Estamos, realmente perplexos diante da afirmação e da reafirmação do Ministro Ney Braga num sentido, e da afirmação e da reafirmação do Presidente do MOBRL num outro sentido.

Sinceramente, eu não compartilho da afirmação feita, no Plenário do Senado, pelo Sr. Senador Luis Viana, de que encara, com muita apreensão, a existência de uma nova entidade no Brasil, paralela ao Ministério da Educação; um super-Ministério do MOBRL. Tenho a impressão que o nosso brilhante colega "carregou um pouco nas tintas", mas de qualquer forma estamos diante de uma estranha "situação; um conflito de orientação entre o Ministro da Educação e o Presidente do MOBRL.

Eu ainda admito que tenha ocorrido um abuso de confiança. O Presidente do MOBRL outorga uma procuração a alguém para assinar um Convênio destinado à alfabetização de adultos. À sua revelia, o Convênio é utilizado para outra finalidade: alfabetização de crianças, em mais de 100 postos não freqüentados por adultos.

Teremos oportunidade de ouvir dentro de alguns minutos, um homem de bem, que merece confiança, que, até hoje, não praticou um ato capaz de abalar a sua credibilidade, que é o Professor Arlindo Lopes Corrêa. Os esclarecimentos de Sua Senhoria não serão precedidos, como acontece rotineiramente nos Estados Unidos, de um juramento feito com a mão sobre a Bíblia.

No Brasil, nas Comissões Parlamentares de Inquéritos, não há essa exigência. Estou absolutamente certo, entretanto, de que o Professor Arlindo Lopes Corrêa, amigo a quem muito admiro, vai prestar seus esclarecimentos como se estivesse falando com a mão sobre a Bíblia.

Gostaria antes de encerrar minha intervenção, pois não desejaria, de forma nenhuma, monopolizar para mim esta primeira parte da reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, quando o Presidente do MOBRL respondesse às indagações já formuladas, se referisse também ao episódio de Porto Alegre. O Vereador Glênio Peres enviou à nossa Comissão uma documentação sobre um crédito pedido à Câmara Municipal de Porto Alegre, de 100.000,00, 200.000,00, e, mais tarde, de 400.000,00, destinado à MOBRLPA.

Confesso que até então eu conhecia o MOBRL, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, mas ignorava a existência de uma pessoa jurídica chamada MOBRLPA, que pudesse receber verbas dos Poderes Públicos, por exemplo, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me proporcionou de ser o primeiro interpelante da manhã de hoje. Desejo fazer outra observação, ditada pela doutrina da Escola Superior de Guerra. Frequentei cursos da nossa Sorbonne e lá ouvi a seguinte afirmação que muito me impressionou, proferida pelo Ministro Carlos Veras:

"A doutrina da Escola Superior de Guerra procura alertar os brasileiros contra a euforia estatística e a euforia desenvolvimentista que podem levar o nosso País a um neo-ufanismo altamente indesejável."

Sr. Presidente, o MOBRL foi criado no Governo do Presidente Costa e Silva quando era Ministro da Educação o Senador Tarso Dutra, e as linhas gerais da sua atuação foram traçadas por um Grupo Interministerial de Trabalho presidido pelo então Ministro Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil.

O Presidente Costa e Silva era um homem da maior seriedade, o Ministro Rondon Pacheco sempre inspirou integral confiança e o Grupo Interministerial do Trabalho compunha-se de elementos do mais alto gabarito, de acordo com os padrões da Revolução de 1964, que livrou nosso País do caos, da hiperinflação, da desordem e do comunismo.

Portanto sem nenhuma intenção demagógica, mas, como às vezes há uma certa tendência para a euforia estatística ou para um otimismo exagerado, o Grupo Interministerial de Trabalho apresentou o seu relatório geral, afirmando que ao longo do Governo Costa e Silva, seriam alfabetizados onze milhões e quatrocentos mil adolescentes e adultos, e que o analfabetismo no Brasil estaria virtualmente erradicado, até fins do corrente ano de 1975.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa previsão, excessivamente otimista, evidentemente não foi cumprida. Agora, dentro da mesma

linha de otimismo, na base da mesma "euforia estatística", volta-se a fazer, com a maior seriedade, e acreditado com a maior sinceridade, outra previsão: de que o analfabetismo estará virtualmente erradicado em nosso País, em 1980.

O IBGE, em 1970, constatou a existência no Brasil, de mais de dezenove milhões de analfabetos acima de quinze anos e de mais de trinta milhões de analfabetos a partir da idade de cinco anos porque, no mundo desenvolvido, crianças de cinco a seis anos já sabem ler, porque frequentam a escola maternal e o jardim da infância.

O Brasil portanto, tinha, em 1970, trinta milhões de analfabetos a partir da idade de cinco anos. Segundo o Professor Flexa Ribeiro — e permitam-me repetir, sem querer lisonjear S. Ex^a, expoente mundial da educação — no seu pronunciamento na Câmara dos Deputados, existiam, ainda, vinte e cinco milhões de semi-analfabetos. De acordo com a concepção dos Países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, é semi-analfabeto quem não tenha frequentado durante quatro anos a escola primária.

A situação seria mais aterradora, mais catastrófica, se admitíssemos a concepção de analfabetismo do mundo desenvolvido, onde se considera funcionalmente analfabeta criatura que tenha menos de sete anos de escola.

Li, no estatuto do MOBRL, aprovado em 1967, que o MOBRL daria assistência aos analfabetos entre dez e quatorze anos. Essa assistência seria financeira, na base de cinquenta cruzeiros, por cabeça, para encaminhamento da criança à escola primária, para sua integração à escola convencional.

Costumo repetir *ad nauseam*, juntamente com o Senador Jarbas Passarinho, Senador Luis Viana e tantos outros colegas do MDB e da ARENA, que o Brasil tem uma destinação de grandeza: o Brasil será, antes do ano dois mil, uma grande Nação, ou uma grande potência, mas não poderemos concretizar esse ideal de grandeza se admitirmos a condenação de milhões de crianças a um curso primário reduzido a apenas cinco ou nove meses. Chego a repetir, aqui, uma afirmação feita por mim no plenário do Senado: "Deus escreve certo por linhas tortas".

É possível que o episódio do MOBRL Infante-Juvenil, ou do Programa de Recuperação de Excedentes seja um episódio providencial, abençoado, porque, através desta CPI, o País vai sofrer um traumatismo, ao tomar conhecimento dos detalhes da situação calamitosa, catastrófica do ensino primário em quase todas as unidades da Federação.

A preocupação principal do Senador Jarbas Passarinho, quando titular da Pasta da Educação era "Operação Escola", o esforço para conseguir a universalização da escola primária.

O Ministro Ney Braga, por sua vez, ao definir as diretrizes da sua gestão, de acordo com a orientação do eminente Presidente Geisel, declara que a prioridade absoluta caberá ao ensino de Primeiro Grau.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós não admitimos, nem como solução precária ou temporária, o artifício de tentar resolver o problema do ensino primário ou do 1º grau com a admissão de crianças em curso de cinco ou de 9 meses, sob o rótulo de Programa de Recuperação de Excedentes.

Todos os Senadores, de ambos os Partidos, deixaram claro que, se os Prefeitos do interior, e até das capitais, chegarem à conclusão de que é possível resolver o problema da escola primária, que é de sua responsabilidade, através da matrícula das crianças entre nove e quatorze anos, em curso com a duração de cinco ou de nove meses, evidentemente, eles não irão cumprir o seu dever constitucional.

Devo lembrar ainda que a Revolução de 1964, graças à iniciativa do Presidente Castello Branco, aumentou a faixa de obrigatoriedade e gratuidade do ensino de sete aos quatorze anos, que antes se limitava a quatro anos, dos 7 aos 11.

Como poderemos creditar à Revolução o passo gigantesco e altamente auspicioso da ampliação da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino dos sete aos quatorze anos se formos obrigados a lhe debi-

tar esse crime contra o Brasil que é reduzir o curso primário, de quatro anos para cinco ou nove meses, em vários Estados da Federação, principalmente do Norte e do Nordeste, transformando este País em dois Brasis, um Brasil pobre, miserável, subdesenvolvido, condenado a ver suas criancinhas em cursos primários tipo relâmpago, e um Brasil desenvolvido, razoavelmente rico, com escolas do 1º grau, com cursos de 8 anos?

Encerro estas considerações renovando a minha confiança em que o Professor Arlindo Lopes Corrêa está animado das melhores intenções e vai procurar esclarecer a esta Casa os fatos que aqui foram expostos sem a preocupação inquisitorial, mas com o mesmo objetivo que anima S. Ex^a — servir ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Ao Relator para que dirija ao depoente as indagações e observações do Sr. Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — O nobre Senador João Calmon fugiu da técnica, realmente, da Comissão de Inquérito numa homenagem ao Presidente do MOBRL.

S. Ex^a fez uma exposição situando alguns problemas graves que o nobre Presidente do MOBRL anotou todas as situações levantadas pelo Sr. Senador João Calmon.

Solicito, então, seguindo esse estilo que peço que não seja reproduzido com relação a outros Senadores, para que a Comissão ganhe objetividade.

Toda vez que no curso da exposição qualquer dos nobres Senadores, desejar fazer com relação ao problema e que encerrar uma indagação, seja então formulada a indagação, destacadamente, para a posterior resposta, facilitando assim o trabalho do Relator e com muito mais propriedade a responsabilidade das respostas do Sr. Presidente do MOBRL.

Desse modo passo a palavra, com permissão do Sr. Presidente, ao Presidente do MOBRL para responder às situações de indagação levantadas na exposição do Sr. Senador João Calmon.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sr. Presidente, estou certo de que o Senador João Calmon levantou esse problema, ou estes problemas, com o intuito — "cruzado da educação" que é e que mencionei ao me dirigir inicialmente aos Srs. Senadores — de lograr um aperfeiçoamento do MOBRL.

Nossa amizade, o reconhecimento da sua luta perene em favor deste setor tão importante da nossa vida, só poderiam levar-me a este tipo de conclusão e raciocínio.

Vou procurar, ponto por ponto, atender às indagações de V. Ex^a.

O primeiro ponto que me parece muito importante e que quis deixar claro, Sr. Presidente, ao dirigir-me aos Srs., pela primeira vez, foi o de que o meu respeito ao Senado jamais me permitiria, em qualquer momento, ter um ato de descortesia para com os seus Membros. E para tentar desfazer qualquer dúvida que porventura ainda pairasse sobre tal circunstância gostaria de, rapidamente, fazer um histórico do que aconteceu em relação aos convites que recebi para aqui comparecer.

No dia 12 de setembro de 1974 fui informado por um telex interno do MOBRL, de que a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal havia aprovado requerimento do Sr. Senador João Calmon convocando-me para prestar esclarecimentos sobre o Programa Infante-Juvenil. Imediatamente respondi ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, a 23 de setembro de 1974, nos seguintes termos:

"Ficamos muito honrados com a notícia, através de seu telex, de que a Comissão de Educação e Cultura do Senado teria aprovado uma convocação para que comparecêssemos à essa eminente Casa, a fim de prestarmos esclarecimentos sobre o Programa Infante-Juvenil. Comunicamos o fato ao Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Bra-

ga e S. Ex^a nos disse que seu Gabinete fará as gestões necessárias para marcarmos essa data."

Não cheguei a concluir esta publicação que mostro neste instante mas àquela época, em novembro de 1974, a minha Assessoria preparou um rascunho de pronunciamento que eu faria nesta Casa sobre o assunto.

Enfim estávamos totalmente engajados na aceitação do convite e eu inclusive contactara o Senador João Calmon pelo telefone, agradecendo a oportunidade que me dava.

A 21 de novembro — meu comparecimento seria no dia vinte e sete — recebi uma comunicação de que não mais se efetuariam a visita, e no dia 22 recebi um telegrama do Senador Gustavo Capanema, cancelando a minha vinda à Comissão de Educação e Cultura, nos seguintes termos:

"Comunico ilustre amigo que sua conferência, marcada para o dia 26 deste mês perante a Comissão Educação e Cultura do Senado Federal em torno problema MOBRL Infanto-Juvenil não poderá ser efetuada naquela data por motivo dos intensos trabalhos parlamentares destes dias finais da Legislação. Marcaremos, de comum acordo, nova data para o seu importante pronunciamento. Receba expressões meu afetuosamente apreço."

Posteriormente, no dia 26 de junho de 1975, ao fim da tarde, numa quarta-feira, o Ministro Ney Braga deu-me instruções para que eu comparecesse no dia seguinte, às onze horas da manhã, a Brasília, para um encontro informal com o Senador Tarso Dutra, o Senador João Calmon e o Senador Gustavo Capanema para dizer-lhes da decisão que fora tomada em relação ao programa de recuperação de excedentes.

Tive dificuldade de conseguir um avião, fiquei na lista de espera de um deles, não consegui, e o segundo avião teve uma pane.

Retornei ao MOBRL e telefonei para o Ministro Ney Braga, falando com o seu secretário particular; telefonei para o Senador João Calmon, falei com o Senador, desculpei-me, o Senador disse-me que viesse no dia seguinte; telefonei para o Senador Tarso Dutra, não falei com S. Ex^a mas com o seu Secretário, Benigno Teixeira, que ficou de marcar, após consulta ao Senador Tarso Dutra, uma nova data para o meu comparecimento.

Sendo S. Ex^a o Presidente da Comissão de Educação e Cultura julguei, talvez erroneamente, que devesse aguardar uma instrução de S. Ex^a. Não recebi resposta, provavelmente porque o Senador não foi encontrado, pois aqueles dias eram extremamente importantes no Senado. Inclusive, o Senado iria, no sábado e no domingo, trabalhar e havia uma grande movimentação.

Posteriormente, talvez porque o Senador Tarso Dutra se licenciara, não recebi novo convite.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Sr. Presidente, pediria ao Dr. Arlindo Corrêa que desse uma palavra relativamente ao problema da entrevista concedida ao jornal e pediria ao Senador João Calmon que nos passasse o jornal para os esclarecimentos que o assunto merece.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, não sei se seria permitido apenas fazer um reparo em relação às palavras do Professor Arlindo Corrêa: ele não recebeu convite da Comissão. Ele não iria à nossa Comissão a convite nosso. Ele iria cumprir uma determinação do Ministro Ney Braga. Ao longo dos debates travados aqui, estranhei apenas que um homem polido, como o Professor Arlindo Corrêa, não tivesse, pelo menos, escrito uma carta ao presidente Tarso Dutra, porque recados telefônicos, mesmo transmitidos a um secretário, não constituem uma solução para o problema criado com o não-comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Nobre Senador, apenas para observar uma questão de ordem e tentar ordenar os nos-

sos trabalhos, estimaria que o nobre Senador se reservasse para o fim da exposição do depoente, para fazer algum reparo que julgar procedente. Ao mesmo tempo, aproveitando a oportunidade, se bem que esta Presidência não deseja cercear a parte expositiva do depoente nem a que se refere às perguntas, faço um apelo, para que tanto os Srs. Senadores como o depoente procurem dar, dentro do possível, maior objetividade às perguntas e às respostas.

O SR. ARLINDO CORRÊA — O segundo ponto, ainda em relação à minha posição quanto ao Senado e que é um tanto constrangedor para mim, é para dizer que, absolutamente, em nenhum momento usei essa série encadeada de expressões. Mencionei que "o povo apóia o MOBRL" (esta usei e tenho usado sempre, porque também o Senado apóia o MOBRL e espero que apóie cada vez mais) mas não usei as expressões: "Se o Senado está contra o MOBRL, está logicamente contra o povo".

Concedi uma entrevista coletiva no Ministério da Educação e Cultura, com a presença de várias pessoas que poderão eventualmente ser chamadas a esta Comissão e que, sem dúvida nenhuma, desfarão esse equívoco; considero até uma acusação, para um homem público, o fato de colocar-se em seus lábios esse tipo de afirmação.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Para dar uma conclusão às observações do Presidente, poderemos anotar que S. Ex^a nega peremptoriamente o contexto da entrevista naquilo que é desprimoroso no seu relacionamento com o Senado.

O SR. ARLINDO CORRÊA — O terceiro ponto, diz respeito à minha lealdade e à observância de minha subordinação hierárquica ao Ministro Ney Braga.

Desde que S. Ex^a, o Sr. Ministro, decidiu que não mais se implementaria, o Programa de Recuperação de Excedentes, paramos de tomar qualquer medida no sentido de fazê-lo.

Creio que isso ficará claro ao longo do tempo em que permanecer aqui, a depor perante esta Comissão.

Gostaria, porém, de já abordar certos itens que anotei da fala do Senador João Calmon.

Um deles diz respeito ao fato de que no Relatório do MOBRL relativo a 1974 e apresentado a S. Ex^a, o Ministro da Educação, se fala no Programa de Recuperação de Excedentes.

O problema aí é meramente cronológico: o Relatório foi elaborado em janeiro deste ano, quando não havia ainda uma decisão desfavorável acerca do Programa de Recuperação de Excedentes e, inclusive, o MOBRL ainda preparava um projeto no qual consubstanciava um pedido de financiamento — que deveria ser inicialmente aprovado inteiramente no Ministério da Educação e Cultura, para depois ser encaminhado ao Fundo de Apoio e Desenvolvimento Social — pleiteando a quantia de Cr\$ 100.000.000,00, para atender a um milhão e quinhentas mil pessoas abaixo de 15 anos, durante o exercício de 1975.

No que concerne à entrevista a *O Globo*, saída a 8 de setembro, num suplemento em que se comemorava o 5º Aniversário do MOBRL, lá há a menção, com certo destaque, ao fato de que o Programa de Recuperação de Excedentes seria levado ao exame de um seminário que se efetivaria na Câmara dos Deputados, sobre a reforma do ensino de 1º e 2º Graus.

O fato de o Ministro Ney Braga ter, antes dessa data, vetado a realização do programa, é uma questão interna do Ministério da Educação e Cultura. Portanto, se foi pedido a S. Ex^a que o problema fosse levado ao seminário, isso independia de sua vontade. S. Ex^a que tem um grande apreço por esta Casa e pela Câmara dos Deputados, certamente ficaria numa posição delicada caso se negasse a fazê-lo. E, realmente, havia ainda um outro fato cronológico importante: é que esse seminário fora previsto para em agosto e o pedido já houvera sido formulado anteriormente e a preparação para apresentação à Câmara dos Deputados da problemática em foco já estava totalmente encaminhada e concretizada. Então, há

ainda essa diferença de datas que, talvez, tenha acarretado a interpretação do Senador Calmon. O Seminário, numa primeira informação que recebemos — quando solicitaram que nos preparássemos para apresentar essa tese — realizar-se-ia em agosto. Posteriormente, soubemos que ele seria efetivado, em outubro.

Insistindo em relação a esse problema, é necessário mencionar a afirmação que fiz, sobre o fato de que continuaria a admitir, no MOBRAL, qualquer pessoa, independentemente de certidão de nascimento. Aí há uma certa interpenetração com outro assunto, que foi abordado por S. Ex.^a: a existência de convênios, nos quais se atende a menores de 15 anos, em Recife, Jupi, Capoeiras e em Porto Alegre. E há, também, um imbricamento com toda a problemática que o MOBRAL vive, desde o seu surgimento. E, quanto à alegação básica, ponto essencial para o estabelecimento desta Comissão, de que há um desvio na atuação do MOBRAL, eu vou ter que me alongar um pouco, talvez, sobre este assunto, para dizer que — com todo o respeito que me merece o Senador João Calmon — discordo da utilização da palavra desvio porque, etimologicamente, ela não corresponde ao que está ocorrendo no MOBRAL, hoje, no que concerne ao atendimento de crianças. Não houve desvio, porque o MOBRAL sempre atendeu a crianças! E aí nós precisamos começar a fazer uma ampla exposição talvez um pouco mais alongada, sobre a situação em foco.

Srs. Senadores, o episódio de Recife, Jupi e Capoeiras não é seção a expressão — talvez a mais eloquente — de um fenômeno disseminado pelo País que ocorre com o MOBRAL desde que ele surgiu. O Movimento Brasileiro de Alfabetização surgiu por um ato de extrema ousadia, permita-me o Senador Jarbas Passarinho, dizê-lo — porque pouquíssimas pessoas no mundo acreditavam que pudessemos atingir o ponto que chegamos. Creio que o próprio Senador Jarbas Passarinho devia, com o seu fervor de homem público, ter presente aquela emoção em seu íntimo ao pensar na ousadia do seu empreendimento. Mas vários fatores a conjugaram. Existia no Brasil, já, a consciência da importância da educação no progresso do nosso País. E abro um parêntese para dizer que o Senador João Calmon contribuiu para fortalecer essa consciência ao lançar o MONAPE. Mas, não foi apenas a sua voz: foram inúmeras as vozes que, antes, levaram a todos os recantos deste País esta consciência, a certeza de que o futuro do Brasil dependeria de uma ação enérgica no campo educacional. Havia a consciência nacional e havia a decisão política do Governo Revolucionário de resolver o problema do analfabetismo. E deu-se então o ato de criação do MOBRAL, seguido da concessão dos meios para que a sua operação pudesse frutificar. A seguir, veio a concepção, da qual participam o Ministro Jarbas Passarinho e o seu primeiro Presidente nesta fase de operações, iniciada a 8 de setembro de 1970, o atual Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen: a concepção de descentralizar e criar, ao nível de cada município, a célula básica para a nossa operação — a Comissão Municipal; a decisão de dar-lhe autonomia para que, seguindo algumas normas de caráter nacional, essas Comissões, constituídas de voluntários — homens que visam ao bem comum e que recebem em troca do seu trabalho, apenas a satisfação da missão bem cumprida — para que esses homens mobilizassem intensamente as suas comunidades e o MOBRAL pudesse operar com sucesso. E aí deu-se o desabrochar maravilhoso de toda uma população envolvida num movimento de amor ao próximo. O MOBRAL floresceu e superou todas as expectativas, mesmo visto pela UNESCO com ceticismo — às vezes, até irritante — porque nós lançáramos ao trabalho com uma metodologia totalmente distinta da preconizada por aquele organismo. Optamos por um movimento de massa, enquanto a UNESCO, timidamente, dava assistência técnica e, junto ao Fundo Especial das Nações Unidas, concedia financiamento para 11 projetos que atendiam a pequenos grupos, vinculando à alfabetização ao treinamento para o trabalho. E nós, brasileiros, ousávamos atender ao problema de 18 milhões e 100 mil pessoas que, em setembro de 1970, eram analfabetos e tinham mais de 15 anos de idade. Mas o

MOBRAL teve um sucesso espetacular! Em pouco tempo, partindo dos 500 mil alunos “conveniados” em 1970, passando pelos 2 milhões e 500 mil “conveniados” em 1971, chegava, em 1972 a 4 milhões e 300 mil alunos; em 1973, o número ainda subia e chegava a 5 milhões; e, em 1974, já dentro de nossas previsões, caía para 4 milhões e 800 mil, queda ocasionada pelo sucesso mesmo do empreendimento. Ao mesmo tempo, ocorria uma reforma na educação brasileira; e nessa reforma o ponto essencial era o fortalecimento do ensino supletivo. Não mais como o recolher dos naufragos do ensino formal; não mais para retirar, do gueto da frustração, aqueles que não tinham sido bem sucedidos na educação formal, quando crianças; não mais para recuperar os naufragos, mas criando um promissor subsistema de educação que, aliado ao subsistema formal, já então existente, constituiria um grande sistema de educação permanente em nosso País. Educação para todos, durante toda a vida! Atingimos assim, em termos de filosofia educacional, o ponto mais avançado, a vanguarda do pensamento internacional.

Nesta reforma, na Lei nº 5.692, o ensino supletivo não é mais um ensino emendativo. O ensino supletivo, o ensino formal são agora partes integrantes e coordenadas de um único sistema — grande sistema educacional brasileiro. E como partes de um único sistema, como vasos comunicantes, eles se comunicam; as debilidades de um acarretam novas debilidades ao outro, e isso é verdadeiro biunivocamente, num e noutro sentido. Assim, da mesma forma que o ensino supletivo deve, talvez tardiamente, atender àqueles que naufragaram no ensino formal, o mesmo ensino supletivo, por uma exigência da realidade brasileira, acaba por receber aqueles que não sobroam porque conseguiram embarcar!

Srs. Senadores, o MOBRAL recebe crianças desde a sua criação! E por que as recebe? Em 1970, existiam no Brasil mais de seis milhões de pessoas entre 7 e 14 anos fora da escola. Dessas, três milhões e dois mil eram analfabetos. A situação melhorou. O levantamento do IBGE para 1973, em sua Pesquisa Nacional de Amstras Domiciliares, demonstrou que a realidade já não é a mesma; mas, ainda assim, temos mais de 5 milhões de brasileiros nessa faixa etária dos 7 aos 14 anos — fora da escola. Como impedir que essas crianças freqüentem as nossas salas de aula? Dentro do espírito não burocrático e flexível, dentro do princípio de respeito à autonomia e à liberdade das Comissões Municipais do MOBRAL, vamos analisar de alto a baixo os personagens desse drama, desde o Presidente do MOBRAL Central, que lhes fala, até o Presidente da Comissão Municipal.

Ora, o Presidente da Comissão Municipal um voluntário, um líder local, um mobilizador, um homem voltado para o bem comum. Imaginem o drama e as tensões desse homem que, tem que o seguir da comunidade a ajuda para seu empreendimento, uma ajuda que, às vezes, é modesta do nosso ponto de vista, mas que para aquele ambiente constitui um grande sacrifício: a obtenção de um lampião; a demolição de uma parede da casa de um homem do povo para que os dois cômodos, juntos, possam abrigar uma sala de classe do MOBRAL; a obtenção de que dê uma carona à noite, para um alfabetizador; e uma infinidade de outros problemas. Esse homem tem que conseguir, às vezes, até o lápis e o caderno para os alunos do MOBRAL. E quando é muito feliz, consegue um pequeno auxílio da prefeitura, quando ela tem condições, para despesas gerais. Esse homem tem uma posição ímpar na sua pequena comunidade. E como se poderá exigir de que explique, ao homem simples do povo, que ele, por ser adulto, pode freqüentar as classes do MOBRAL, mas que o seu filho não pode fazê-lo, devendo ficar em casa, a cuidar dos afazeres domésticos e continuar analfabeto, fazendo seus biscates. Acho, sinceramente — e todos os Senhores Senadores por certo, concordarão comigo — que isso é impossível para esse homem. E se não existir esse homem, o MOBRAL não existe! Como vou pedir-lhe que negue a alfabetização a quem bate às nossas portas, se ele tem ao mesmo tempo, exigir da comunidade tudo o que é necessário para fazer funcionar essa máquina fabulosa que, a cada dia, tem o poder

de levar, a 120 mil pontos deste País, em média, 23 pessoas cansadas, famintas às vezes, mas sedentas do saber. Como se pode exigir tal sacrifício desse homem? E o Prefeito, pressionado pela comunidade para dar escolas às crianças, e do qual o MOBRAL pede um apoio muito grande, sem o qual não poderá sobreviver? Como poderá resistir às pressões? Como poderá assumir esse papel burocrático, impedindo que menores de 15 anos entrem no MOBRAL?

Senhores, eu talvez vá fazer, agora, um paralelo não muito feliz: lembremo-nos de que antes das medidas do Sr. Ministro Nascimento e Silva morria-se de enfarte à porta de um hospital porque se puxava uma carteira correspondente ao serviço de assistência de uma outra rede que não aquele hospital pertencia. A imagem talvez seja forte, mas quero dar essa ênfase, porque, na realidade, ao negar esta migalha, que custa à Nação brasileira 45 cruzeiros, que o custo do aluno atendido no MOBRAL, hoje, nós poderemos estar negando todo um futuro a um ser humano. O aperfeiçoamento político das sociedades assegurou a todos nós o direito de existir, o direito de estar; mas é preciso saúde, assistência social e educação para assegurar o direito de ser! Como vamos pedir a esse homem, da Comissão Municipal e ao Prefeito, que neguem aquilo que pode vir a ser o direito de ser? O direito de ter felicidade e de ter direito ao lazer? Ora, dirão, cinco meses... isso não é nada!...

Srs. Senadores, o perfil educacional da população brasileira é de tal ordem que, em 1970, a escolaridade média de nossa população era de dois anos e meio, sendo que 64% da nossa população tinha menos do que 4 anos de educação terminada. Dentro desse contexto, ousar afirmar que esse cinco meses são importantes. E porque são importantes. Porque permitem relações interpessoais, férteis, que provavelmente, de outra forma não estariam à disposição dessas pessoas; porque permitem um contato com material didático de excelente qualidade; porque permitem aprender a escrever, contar e usar esses instrumentos na vida cotidiana de modo vinculado às necessidades básicas do homem, porque o MOBRAL não se limita a ensinar a ler, a escrever e contar, acrescentando o ministrar de conhecimentos de saúde, de higiene, de civismo. Esses cinco meses podem ser muito importantes!

Se o Sr. Presidente me permitir usar o quadro, eu gostaria de, a título ilustrativo, mostrar aos Senhores, desde suas origens, o porque a atribuição de uma importância muito grande, no campo político e social à educação. A partir de 1944, o Instituto de Estudos Pedagógicos da França e o grande Alfred Sauvy acompanharam, durante 6 anos, crianças que haviam classificados de acordo com a profissão do pai, porque a profissão do pai define, com rara felicidade — dificilmente se encontra outro indicador melhor — a posição da criança na sociedade. Testaram essas crianças antes da escolarização, aos 6 anos de idade, e classificaram-nas segundo o seu QI. Para as classes de crianças filhos de camponeses, de trabalhadores de pequenas cidades, de trabalhadores de grandes cidades e filhos de profissionais liberais e intelectuais, calcularam qual era o QI médio, ou seja, a contagem média obtida nesses testes pelos representantes dessas várias classes. Aos 6 anos de idade encontraram uma diferença, nessa contagem, entre as classes extrínsecas, ou seja, entre os filhos de profissionais liberais e os filhos de camponeses, de 70%; acompanharam-nos e, aos 7 anos de idade, todos já escolarizados — estamos na França — verificaram qual tinha sido a mudança nessas contagens médias; constataram, então, que com a exposição à escola, ocorrera uma melhoria relativa na classe, menos favorecida. Uma surpreendente melhoria... Esse acompanhamento foi feito durante 6 anos, e ao fim desses 6 anos verificou-se que o gap — a diferença de contagens, que aqui, evidentemente, não serve para quantificar nada, na realidade, porque índices médios de QI são como escalas de temperaturas — de qualquer maneira, esse gap tinha se reduzido a cerca de 25%. Provava-se o papel democratizante da escola! E esse papel democratizante verificara-se desde o início! Não sei se algum dos Srs. Senadores nasceu numa família culturalmente desfavorecida, porque se a fez senti, ao longo da sua própria vida, intensamente, esse fenômeno.

Aqui, na entrada, há a humilhação de não se saber nada. Mas se as potencialidades existem, rapidamente a diferença é descontada, e é possível após certo tempo, chegar-se, inclusive, a falar aos Srs. Senadores, como o faço aqui, neste momento. Depois de reprovado no teste ABC — que àquela época era, em verdade, um vestibular para a entrada no ensino primário — por imaturo, intelectual e afetivamente, 9 meses bastaram para descontar essa diferença. Talvez eu possa dizer isso com tamanha convicção porque vivi pessoalmente esse problema...

Sob o ponto de vista político, o que representa dar, àqueles que batem às nossas portas, a oportunidade de transpô-lo. É a presença do Estado brasileiro, e todos nós, ali ao lado de quem necessita, com o remédio de que carece. Talvez, não o ideal, mas o início o permite, a muitos, deixar essa situação totalmente incompatível com as aspirações de progresso individual.

Eu poderia falar também sob o ponto de vista cultural e social, e econômico. Um ano de escolaridade, o que representa isso? Os estudos têm mostrado que a inversão, em educação, é altamente benéfica, mesmo para obter apenas um primário incompleto. E esses estudos eu os fiz em 1965, quando trabalhávamos no Ministério do Planejamento e coordenava a realização do Plano Decenal de Educação do Governo Castello Branco. O primeiro estudo mostrava que 43% ao ano era a taxa de retorno de um investimento para dar a alguém um curso primário incompleto no Brasil. Hoje, com simplicidade, quero enfatizar: 100 cruzeiros é o preço para que um aluno se alfabetize no MOBRAL. Custa ao País, atualmente, quarenta e cinco cruzeiros para um aluno frequentar os cursos de alfabetização. Mas se nós dividirmos nossas despesas pelo número de alunos que alfabetizamos, efetivamente, e eles são, hoje, 43 em cada 100 atendidos por nós — o preço disso é de 150 cruzeiros. Mesmo superestimando a contribuição, em termos materiais, da comunidade, do Estado e do Município, chegar-se-ia a uma cifra, creio de 150 cruzeiros. Essa é a quantia correspondente ao custo para resgatar, do analfabetismo, um brasileiro.

Srs. Senadores, se isso acarretasse, sob o ponto de vista econômico, um aumento, na renda desse indivíduo, de 10 cruzeiros por mês, isto corresponderia a uma taxa de retorno de quase 100% anuais. Qual o investimento economicamente mais produtivo do que esse que se faz no MOBRAL?

Como deveria, então, proceder o Presidente do MOBRAL?

O Presidente do MOBRAL deve ter, necessariamente, um bom corpo de assessores no campo pedagógico. E se alguma virtude mostra o Presidente do MOBRAL é precisamente a de ter sabido e podido, afortunadamente, reunir um grupo altamente selecionado, para a realização dessa gigantesca tarefa. Esse grupo, certamente, inquietou-se desde logo com o comparecimento maciço dessas crianças às nossas salas e procurou as soluções.

Mas a solução já partira, voluntariamente, sem que tivéssemos tomado conhecimento prévio, de uma operosa Comissão Municipal. Aqui preciso abrir um parêntese para frisar que o MOBRAL é um movimento extremamente rico em criatividade porque, dando autonomia às Comissões Municipais suscita, nesses homens de boa vontade um empenho, um engajamento, u'a motivação excepcionais, e eles — nos Municípios mais pobres — se desdobram para conseguir atingir os seus objetivos, ou seja, fazer do MOBRAL essa gigantesca obra educacional.

Em Porto Alegre então, numa feliz coincidência, pelo fato de o Secretário Municipal da Educação ser, ao mesmo tempo, o Secretário Executivo do MOBRAL, num determinado momento da viagem de um grupo de técnicos do MOBRAL Central àquela cidade, lhes foi entregue um relatório em cuja capa está escrito "MOBRAL Infante-Juvenil" — nome que surgiu da iniciativa dessa Comissão — e que mostrava o atendimento, feito com a metodologia, com o material didático do MOBRAL e com uma adaptação elaborada pelos técnicos da própria Secretaria, ajudados pelos técnicos de uma das universidades gaúchas, a adaptação do processo MOBRAL, ao

atendimento de repetentes reincidentes; crianças de 9, 10, 11, 12, 13 e 14 anos que, frequentando o sistema formal de ensino, já haviam sido reprovadas, por duas ou mais vezes, sem lograrem alfabetizar-se.

Ao final de 5 meses, quase todos haviam sido alfabetizados. Se não me engano, a porcentagem alfabetizada era de 68% do total. A esses 5 meses, a Comissão e o grupo de técnicos adicionaram 4 novos meses, para preparar essas crianças para o reingresso no sistema formal de ensino, ao nível de 3ª série. Chamaram essa etapa de "fase de integração", e assim foi feito.

Outra vez, com a realização dos testes, um número elevadíssimo — mais de 60%, de novo lograra ultrapassar testes que lhes davam a condição de ingressar, não na 2ª série, mas na 3ª! E a pesquisa prosseguiu, acompanhando essas crianças na 3ª série do ensino formal e foi nesse momento que nos chegou esse relatório.

O MOBREAL-Central procurou absorver o know-how desse grupo porto-alegrense e se propôs a fazer um experimento: o mesmo tipo de projeto aplicado em outros Estados, com a assistência desse grupo de professores gaúchos que, já então, passara a experiência para a equipe pedagógica do MOBREAL-Central. Assim, foram atendidos vários Estados do Nordeste e o Território do Amapá. Essas experiências envolveram cerca de 20.000 alunos, com resultados semelhantes.

Esta é a história da gênese de uma idéia; a idéia de que o MOBREAL poderia ser, também, um elemento importante na política de erradicação do analfabetismo, não somente do ponto de vista do ensino supletivo, mas na transfertilização de idéias, na cooperação, no trabalho conjunto com aqueles que têm a liderança na tarefa de escolarizar na faixa dos 7 aos 14 anos.

Iniciados os experimentos procuramos, já então em 1974, quando estavam em andamento, aperfeiçoar o surgido em Porto Alegre: criamos um material didático, específico para Matemática, para Comunicação e Expressão além de um manual para o alfabetizador, que seria treinado de modo diferente daquele alfabetizador usual do MOBREAL. Esses materiais, que nunca chegaram a ser impressos, mas que estão disponíveis — e eu poderia trazê-los a esta Comissão, em seus originais datilografados. Ao mesmo tempo, apresentamos essa idéia ao Ministério da Educação e Cultura.

Tínhamos também, a alicerçar a nossa convicção de que esse programa seria útil ao Brasil, a avaliação feita pelas Secretarias de Educação e com as quais, aí sim, firmamos convênios para realizar a experiência do MOBREAL Infante-Juvenil, convênios esses que também podem ficar à disposição da Comissão para exame.

Trazíamos, também, o pedido de vários Secretários de Educação. Se não me engano, temos pedidos escritos de onze Secretários de Educação no sentido de levarmos a seus Estados o Programa do MOBREAL Infante-Juvenil, pedidos esses formulados no decorrer do ano de 1974.

Aí tangencio um ponto levantado pelo Senador João Calmon, quando se refere a uma reunião de Secretários de Educação, que haviam condenado o MOBREAL Infante-Juvenil, esclarecendo que isso foi anterior à minha ida para o MOBREAL, que creio, deve ter ocorrido em 1974 ou no início de 1972, porque lá ingressei apenas em abril de 1972.

A idéia de usar o MOBREAL para menores de 15 anos talvez tenha sido rejeitada, mas creio que dentro de um contexto muito diferente: primeiro, porque o MOBREAL, apesar de já ser um sucesso era ainda um movimento com um ano e meio, no máximo dois anos de vida; segundo, porque em decorrência disso, o MOBREAL não pudera apresentar uma metodologia adaptada ao ensino das crianças, que convencesse os Secretários de Educação. Todavia, como acabo de dizer, quando lançamos a idéia do MOBREAL Infante-Juvenil, o fizemos alicerçados em pedidos de vários Secretários de Educação, que passarei a esta Comissão sem falar nos Secretários de Educação do Município, dos quais recebemos inúmeros pedidos.

Mas o que é o MOBREAL Infante-Juvenil? Será um concorrente do sistema de ensino formal, ou será o auxiliar de que ele necessita

para vencer uma tendência secular? Creio que estamos no segundo caso, porque estudos realizados pela Universidade de Brasília e levados ao último encontro de Secretários, projetando as tendências de matrículas no antigo ensino primário brasileiro e no atual ensino fundamental, incluindo o antigo ginásio, chegam por concluir, afinal, que para regularizarmos a situação da primeira e da segunda séries primárias brasileiras, seguindo a tendência de 1950 até os dias presentes precisaríamos chegar ao ano dois mil e duzentos!

Esse trabalho também está disponível: deixá-lo-ei para utilização desta Comissão.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Pediria ao expositor, Doutor Arlindo, todos os trabalhos referidos, com relação aos documentos: fossem devidamente ordenados e encaminhados à Comissão para fundamentar o relatório que teremos que fazer posteriormente, com relação ao assunto da Comissão.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Peço desculpas se estou me alongando, mas como foram tocados vários pontos e pretendo ser o mais esclarecedor possível.

O SR. PRESIDENTE (*Gilvan Rocha*) — Devido à procedência de sua observação, gostaria de fazer, também, uma observação ao plenário.

Acho que essa Comissão não pode ser desviada, porque isto não é um seminário sobre Educação.

Peço aos Srs. Componentes que as discussões de ordem doutrinária sejam transformadas, no máximo, na avaliação da doutrina, mesmo porque é a partir disso que a Comissão tirará as conclusões que, posteriormente, discutirá.

O Sr. Presidente do MOBREAL fez uma ampla exposição sobre a doutrina do MOBREAL, que eu peço torne definitiva, para que possamos, a seguir, em nome da objetividade da própria Comissão, no máximo avaliar a doutrina, mas nunca discuti-la, porque não cabe, evidentemente, a uma CPI discutir uma doutrinação e sim avaliar essa doutrina.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª que permita ao Dr. Arlindo concluir a observação que iniciara, com relação à colocação do Programa Infante-Juvenil face à escola regular.

O SR. PRESIDENTE (*Gilvan Rocha*) — Perfeitamente concedido o pedido, de acordo com a Ordem do Dia.

Apenas para justificar a minha intervenção, o Professor Arlindo tem todo o direito de fazer uma exposição doutrinária do assunto, do objeto em questão.

O apelo é no sentido de que isso se resuma numa exposição doutrinária única, após o que discutiremos, em termos de Comissão Parlamentar de Inquérito, os possíveis desvios da doutrina, mas nunca a doutrina em si.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Sr. Presidente, gostaria de assinalar, como Relator, o seguinte: considero satisfatória a condução da exposição do Presidente do MOBREAL.

Entendo que ele está respondendo à exposição promotorial, digamos assim, que o Senador João Calmon fez, com relação ao assunto e como é um assunto fundamental para a nossa orientação o problema do MOBREAL Infante-Juvenil, considero que as explicações que ele oferece à Comissão são pertinentes.

Adoto, realmente, esta angústia, que temos de nos intercomunicar, relativamente ao problema da objetividade, mas como o estilo do trabalho foi inicialmente feito numa tendência de se deferir, com justiça, uma cortesia ao Presidente do MOBREAL, fora feito sem quesitos objetivos e sim considerações sublinhando posições tidas pelo Senador João Calmon, em face dos textos da Lei e da sua visão do MOBREAL, como desvios da atividade do MOBREAL. Eu gostaria que ele continuasse; efetivamente, a responder às inquirições, para que possamos ter uma nítida idéia daquilo que está sendo objeto de nossas preocupações nesta Comissão.

Era a posição que o Relator desejaria ressaltar, considerando que o nosso trabalho final deverá ser feito em face dos discursos, em face das observações e mesmo das acusações e teria então que ser checado com a resposta que ele está tendo. Por isso mesmo, talvez até com gesto de impertinência, quis que ele desse inteiramente no início a suas satisfações ao Senado, porque fora objeto de argumentações do nobre Senador João Calmon.

De forma que gostaria que o trabalho fosse continuado, embora estivéssemos diante do problema da premência do tempo mas, só perdendo tempo se pode construir, sempre digo isso na linha de Lebrez, e eu estaria inteiramente disposto, à mesma noite, e o Presidente também pensa isso, a continuar a reunião conciliando o nosso trabalho com o Regimento, relativamente, ao plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Perfeitamente. Apenas acrescentaria que a posição do Relator coincide, perfeitamente, com a posição desta Presidência, tanto que não interrompemos.

O sentido da minha intervenção é apenas uma observação em benefício da objetividade e, inclusive, chamando a atenção dos Srs. Senadores que essa Comissão terá conclusões, que efetivamente depois serão discutidas.

Não é este nem o local nem a ocasião para se discutir doutrinas e sim ocasião para que se faça um levantamento, vamos dizer, de avaliação doutrinária.

Evidentemente que é da maior utilidade que conheçamos, para usar a expressão do próprio depoente, o espírito do MOBREAL.

Mas faço um apelo a S. S^a para que, concluindo a exposição doutrinária do MOBREAL, ele se restrinja a responder às perguntas do Sr. Relator.

A intervenção foi nesse sentido.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente pediria permissão a V. Ex^a para levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Perfeitamente.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pedi permissão porque sou, aqui objeto de uma delicadeza pessoal de V. Ex^a; não sou membro nem suplente desta Comissão. Mas tendo V. Ex^a anunciado que me daria a palavra, também, me sinto obrigado a aqui permanecer para poder aproveitar a oportunidade de dirigir muito brevemente a palavra a esta Comissão e particularmente ao Presidente da Fundação MOBREAL.

Já deixei de relatar projetos na manhã de hoje na Comissão de Legislação Social, que era o meu dever precípuo.

Receio apenas, que, como este assunto é merecedor da profundidade com que o Professor Arlindo está tratando, que eu não tenha chance de acompanhar o trabalho da Comissão, e como não serei nem inquiridor, nem inquisidor, me permitiria pedir, através de V. Ex^a, ao Professor Arlindo se ele me poderia dar uma idéia de tempo de que ainda usará para esta resposta preliminar e, em seguida, levantaria a questão de ordem.

Se V. Ex^a me permitiria que antes da contradita do Senador João Calmon eu pudesse usar a palavra, se o prazo que S. S^a vai utilizar para concluir a sua primeira resposta for compatível com a minha presença na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passo ao Sr. depoente pergunta do nobre Senador Jarbas Passarinho ao mesmo tempo indago do Senador João Calmon se S. Ex^a permite essa inversão de prioridade sobre o assunto.

O SR. JOÃO CALMON — Como disponho de tempo integral cederia a oportunidade ao Senador Jarbas Passarinho e, posteriormente, à noite, quando estivéssemos na outra reunião, então, faria comentários em relação à exposição do Professor Arlindo Lopes Corrêa.

Daria com o maior prazer prioridade ao Senador Jarbas Passarinho.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sr. Presidente, tenho uma certa dificuldade em "cronogramar" — para usar o "economês" — o que me resta ainda para responder. Mas procurarei ser o mais breve possível. Mesmo deixando indeterminado o tempo, farei um esforço de síntese.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas eu não gostaria de prejudicar nada da participação do Professor Arlindo Lopes Corrêa. Neste caso, Sr. Presidente, prefiro me retirar e depois, por escrito, mandarei aquele que corresponderia à minha parte.

O SR. EURICO REZENDE — Bem, assim o Professor Arlindo Lopes Corrêa ficará com o tempo que desejar. Podemos até suspender os trabalhos a reatá-los mais tarde, porque a sua exposição está interessando profundamente a Comissão, que ele não se sinta coagido nem pelo relógio, nem pela folhinha.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E nem pela questão de ordem levantada, não é, nobre Senador? Também não foi uma forma de coagir. Pergunto se V. Ex^a concorda que a questão de ordem levantada por mim, também, não foi uma forma de coagir?

O SR. EURICO REZENDE — A resposta seria desnecessária porque concordo em gênero, número e grau, com V. Ex^a aqui, lá fora, na História e na Geografia. De modo que V. Ex^a vai me permitir não responder a sua pergunta.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Somente, permito-me, como Relator, dizer: a liberdade de palavra e de depoimento deve se circunscrever, realmente, à posição do MOBREAL é o Programa Infante-Juvenil. Há sempre uma subordinação ao tema e ao interesse de objetividade, já assinalado pelo Presidente.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O nobre Senador Cattete Pinheiro, muito gentilmente, pediu ao Presidente que eu pudesse concluir sobre as relações entre programa de recuperação de excedentes do MOBREAL, e o sistema de ensino formal.

Vou aproveitar para tentar retomar o fio da meada e dizer o seguinte: há uma nova idéia-força na educação mundial. A idéia guia do livro "Aprender a Ser", em que a Comissão Edgard Faure, resumiu sua exposição sobre as tendências, a prospectiva da Educação: é a idéia da educação permanente. E é dentro desse contexto que as relações entre o Ensino Supletivo, do qual o MOBREAL é parte, e o Sistema de Ensino Formal, têm que ser entendidos. Primeiro, analisemos o por que da idéia: em resumo, a idéia da educação permanente é uma resposta ao mundo cambiante em que vivemos.

A Ciência e a Tecnologia, cotidianamente, aumentam o estoque do conhecimento, aceleram a transformação do conhecimento novo em objetos, métodos, processos e equipamentos novos e afora esse grande impacto na vida econômica, sacodem até as nossas escalas de valores. A educação permanente é aquela que permite dotar o homem da capacidade de adaptar-se às mudanças: no campo econômico, com a obsolescência das ocupações, das habilidades adquiridas e dos conhecimentos; no campo político, com a necessidade, cada vez mais intensa, de participação de todas as camadas da população no processo de decisão acerca da sociedade e, portanto, da sua vida no campo cultural, porque a cultura, entendida como herança social, que dá ao homem e à sociedade a sensação de continuidade e a sensação de segurança, está exposta a crises violentas neste mundo, que muda tão rapidamente.

Em todas as áreas se faz sentir a necessidade de o homem adaptar-se a novas circunstâncias. Já é passado o tempo em que se pensava ser possível, num determinado período da vida, dos 7 anos aos 14 ou dos 7 aos 23 anos de idade, dotar o homem de todo o equipamento de conhecimentos, habilidades, valores de que ele necessitava para viver no futuro. Hoje, isso não é mais julgado possível. A transitoriedade a qual Alvin Tetter se refere no seu livro de "O choque do Futuro", é o fenômeno que torna inexistível que a educação se esgote, num período da vida do indivíduo, devendo ela,

durante toda a existência do ser humano, dar-lhe condições de resistir à mudança e a ela adaptar-se. E é dentro do contexto de educação permanente que o sistema de ensino formal e o sistema de ensino supletivo se complementam, para propiciar a realização dessa meta. Mas, até chegarmos a esse ponto, necessariamente, passaremos por três fases.

Numa primeira fase, os países se conscientizam da necessidade da educação de adultos. Os educadores de adultos, nessa fase, também a rejeitam todas as práticas de educação usadas para as crianças. Radicalmente, procuram inovar. Há um isolamento nítido entre educação para as crianças e a educação para adultos; não só o isolamento, mas até uma certa rivalidade.

Numa segunda fase, ambos conscientizam-se do fato de que as coisas não são bem assim, e que, afinal — como eu disse antes — uns e outros têm a lucrar numa integração de esforços. O sistema de ensino supletivo, com sua flexibilidade, é altamente inovador e suas inovações, podem, muito bem, servir à solução de certos problemas do ensino formal. O ensino formal, também muito tem no que contribuir para a educação de adultos; aliás, a educação de adultos, por mais que tente rejeitar os princípios da educação formal, acaba por seguir-lhe os passos em muitas de suas facetas. Nesse período começa a surgir a integração para numa terceira fase, então, desabrochar a idéia da educação permanente. E quando ela se impõe, não mais usamos a expressão educação permanente, e sim, apenas a palavra educação, porque, intrinsecamente, a educação há de ser, a partir dessa conscientização, um dos modos de viver, uma atividade de toda a vida. Nesse momento a integração é total. E nesse momento, pela integração total, nenhum dos dois há de perder, quando qualquer um dos dois avança mais celeremente em sua trajetória.

Creio que a idéia de se ter o MOBRL Infante-Juvenil alicerça-se, também, numa visão prospectiva, pois que, inevitavelmente, marcharemos para um sistema de educação permanente no Brasil. E o MOBRL, em seu Programa de Recuperação de Excedentes, como idéia, surgiu para facilitar, ao sistema de ensino formal, a solução de um problema que, como já disse, é secular.

No Brasil, na escola primária formal, existem lugares suficientes para atender, em número, a todos aqueles que estão na faixa de 7 a 10 anos porque a escola de quatro anos, idealmente, deve atender a quatro grupos etários: os de sete anos na primeira série, os de 8 anos na segunda, os de 9 na terceira e os de 10 na quarta série. O problema é que, havendo no Brasil um brutal estrangulamento ao nível da primeira série primária, esse estrangulamento não permite, a todos aqueles que chegam à idade de 7 anos, ingressar na escola primária por falta de vagas. Existem no Brasil, hoje, menos de três milhões de crianças com 7 anos de idade, e existem quase 7 milhões de alunos na primeira série mas, ainda assim, existem brasileiros de 7 anos fora da escola! Isso porque a escola, na sua primeira série, abriga crianças, que vão dos 7 anos aos 14 anos. Não basta dar a oportunidade de entrar! É preciso dar oportunidade de fluir pelo sistema! A obrigatoriedade constitucional, de escolarizar a todos entre 7 a 14 anos, precisa ser complementada por leis, por decretos, por medidas que permitam essa fluidez, pois a escolarização pura e simples não conduz ao objetivo a que nós nos propomos como Nação, ao objetivo de democratizar oportunidades. Não basta receber o aluno na escola; é preciso dar condições para que o desempenho de todos, independentemente de condição social, de proveniência, em termos de raça, religião, etc, seja adequado.

Uma política de democratização de oportunidades a rigor, deve começar, Sr. Presidente — médico, V. Ex^a bem o sabe — ainda antes do nascimento. A gestante deve ser atendida, pois o seu futuro filho pode sofrer lesões cerebrais por subnutrição da mãe, já seis semanas antes de nascer. E preciso gerar brasileiros com todas as suas potencialidades. E o dano irreversível ao cérebro, por subnutrição, ocorre principalmente até aos 4 anos, quando 90% do cérebro se forma. Mas, se não podemos, ainda, dar o atendimento completo de que o Brasil necessita, mesmo nas seis semanas antes do nascimento,

até a entrada na escola primária, é preciso que na fase escolar nos desdobremos para salvar aqueles que ainda podem ser salvos! E aí desempenham um papel importantíssimo, mas infelizmente não definitivo, os programas de assistência ao educando. A merenda escolar, o material didático e o material escolar gratuito, atenda a boa qualificação dos professores, são fatores que podem melhorar o quadro, mas não podem, infelizmente, resolver o congestionamento secular da primeira série.

Em 1967, quando eu coordenava a elaboração do Plano Decenal do Governo Castello Branco, na área de educação, eu ingenuamente pensava que seria possível melhorar esses programas, diminuindo a reprovação gradativamente, à razão de 1% ao ano. Se conseguíssemos, em 1976 — que era o ano meta, o último ano do Plano — poderíamos estar atendendo a todas as crianças que chegassem aos 7 anos, nas escolas primárias brasileiras.

Nesse Plano havia um fato interessante; iríamos atender mais crianças com um número menor de matrículas, o que significava que iríamos regularizar o fluxo no sistema. Não mais o aluno brasileiro levaria, em média, como leva, 4 anos para completar cada ano escolar; levaria pouco mais de 1 ano.

Era uma ingenuidade tecnocrática!

A realidade mostrou, desde o trabalho de Teixeira de Freitas, em 1940 — que eu poderia também fazer chegar a esta Comissão — o problema do estrangulamento na primeira série primária brasileira. Partindo da genialidade, que era característica de Teixeira de Freitas, passando pelos nossos estudos, no Ministério do Planejamento e pelos estudos do Ministério de Educação, até chegar a esse estudo que foi apresentado na última reunião de Secretários de Educação pela Universidade de Brasília, fica patente que é preciso injetar um novo programa, é preciso tomar uma ação paralela num determinado momento, mesmo que seja com prazo definido, para aliviar o sistema do ensino formal da carga que o passado lhe impõe e que ele não pode, de forma nenhuma, sobrepujar!

Então, o Programa de Recuperação de Excedente havia sido concebido como um programa de 5 anos para permitir o atendimento, em ordem de prioridade: primeiro, para os analfabetos de 14 anos; segundo, para os de 13 e de 12, e assim na ordem etária decrescente. Mesmo porque os analfabetos, fora da escola, de 14 anos, completariam 15 no ano seguinte e forçosamente se tornariam nossa clientela. A seguir, dar-lhes-íamos, numa fase de integração de 4 meses, a possibilidade de ingressar ou reingressar no sistema de ensino formal.

Não iríamos concorrer com o sistema de ensino formal: iríamos, durante 5 anos, resolver o seu mais grave problema, que resistiu ao empenho e à inteligência de todos os brasileiros até este momento, e que necessita, realmente, do uso de um fator novo.

A nossa idéia visava colocar em jogo esse fator novo. Daí eu defender a legitimidade da idéia, embora a tenha abandonado assim que isso me foi ordenado.

Com relação à presença de crianças no MOBRL, para ser bastante objetivo, devo dizer a V. Ex^a que impedi-las de frequentar as nossas classes é inviável. Por quê? Porque precisaríamos fazer um controle individual, usando o processamento de dados de que dispomos no MOBRL. Sabemos os altos custos de processamento de dados, pois todas as informações no MOBRL são computarizadas, excetuando exatamente as informações sobre os alunos. O custo de se obter a informação sobre um aluno seria de Cr\$ 4,50, afora o esforço da Comissão Municipal — constituída de voluntários — que teria de se empenhar duramente na tarefa, sem remuneração alguma.

No que concerne ao processamento, estaríamos gastando 22,5 milhões de cruzeiros, que é mais do dobro do que estamos gastando hoje, em todo o processamento de dados com o qual controlamos as nossas classes por cartões perfurados que nos vêm dos Municípios e à base do qual pagamos os alfabetizadores, enviamos material didático e tomamos todas as outras providências necessárias ao bom encaminhamento das nossas atividades.

Então, isso nos tornaria uma grande agência de identificação de pessoal. Mas, nas circunstâncias atuais, com a carência de recursos com que lutamos para efetuar as nossas atividades, tal prática seria danosa, sob o ponto de vista do atingimento dos objetivos a que a instituição está destinada.

Sob o ponto de vista burocrático já falei, porque exigiria um grande empenho, em termos de trabalho da Comissão Municipal e, principalmente, um desgaste na capacidade de liderança e de mobilização das mesmas.

Então, a norma que o MOBRL seguiu, ainda antes de eu ter entrado para o MOBRL, foi a de tolerar essa presença sem, todavia, torná-la uma regra, um modo sistemático de proceder.

Se as Comissões Municipais de Recife e de Porto Alegre intitulam algum dos convênios firmados, conosco, como Convênio para Recuperação de Excedentes, é porque, no caso de Porto Alegre, eles geraram a idéia e, provavelmente, por terem colhido resultados excelentes, a própria Prefeitura tem tomado a iniciativa de fazê-lo prosseguir. E vejam, isso não está implicando, absolutamente, num dos pontos levantados pelo Senador João Calmon, de que os prefeitos, sabendo que poderiam usar o MOBRL durante 5 meses, deixariam de cumprir o seu dever constitucional. Muito ao contrário; eles estão reinjetando essas crianças no sistema de ensino formal, e mais do que isso, estão comprovando que não desejam fugir às suas responsabilidades, em termos pecuniários, porque neste próprio requerimento do Prefeito, ele pede à Câmara que dê recursos para auxiliar esse programa. E se ele dá recursos, é porque reconhece o valor do programa e não se exime de suas responsabilidades; ao contrário, procura criá-las.

O mesmo acontece em Recife onde, se não me engano, 2 milhões de cruzeiros estão atribuídos, pela Prefeitura, ao MOBRL municipal.

O Prefeito não se exime das suas responsabilidades financeiras, ele contribui para o MOBRL. Mas, é que em Recife, geramos a expectativa, em 1974, de lá implantar, em regime experimental — tínhamos tomado todas as medidas para isso, inclusive treinando alfabetizadores — o Programa de Recuperação de Excedentes, antes de recebermos a ordem de sustá-lo.

Eles o chamam de MOBRL Infante-Juvenil, como a Comissão de Porto Alegre se intitula de MOBRLPA, porque é MOBRL de Porto Alegre, sem que isso afete, de forma nenhuma, qualquer procedimento, qualquer norma do MOBRL; chamam de MOBRLPA, provavelmente, ao que chamamos de FEALA — Fundo Especial de Alfabetização de Adultos. É um fundo ao qual a comunidade, os comerciantes locais, quaisquer, indivíduos, podem fazer doações sob a forma de recursos financeiros para que, somados aos que o MOBRL envia para pagamento de alfabetizadores — haja condições de operação do órgão naquela localidade.

Mas, Srs. Senadores, devo dizer, a bem da verdade, que realmente jamais coloquei entraves e impecilhos, para que os prefeitos assim procedessem, pelas razões, que expus. Como jamais colocaram aqueles que me antecederam!

Convênios especiais de MOBRL Infante-Juvenil só existiram com as Secretarias Estaduais de Educação da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Maranhão e com a Secretaria Territorial de Educação do Amapá. Enfim, com os Estados com os quais realizamos o experimento. Não existe nenhum convênio, atualmente, nesse sentido.

Quero, agora, próximo à conclusão, dar uma palavra sobre os dois Brasis a que se referiu o Senador João Calmon.

A minha palavra é para esclarecer, primeiro, sobre o sentido causal do fenômeno apontado: não é o MOBRL que preconiza ou que faz com que existam dois Brasis; é talvez a existência de dois Brasis que faz com que o MOBRL, com a sua flexibilidade, a sua capacidade de adaptar-se às circunstâncias locais — que é uma das suas forças — tenha, em função das diferenças ambientais e da autonomia que confere às suas Comissões Municipais, atuações ope-

racionais diferentes em circunstâncias distintas! E não são dois Brasis! São 3.953 Brasis, porque em todas as Comissões Municipais do MOBRL existe, sempre, algo de original, para que o nosso movimento possa atender, efetivamente, às aspirações daqueles que devem beneficiar-se dos nossos serviços. Essa é uma característica formidável, essa é a grande riqueza do MOBRL: a capacidade de, ao invés de fazer um macroplanejamento tecnocrático e impor esse planejamento a todo o Brasil — com a sua variedade ecológica, humana, econômica, social, política e cultural — em vez disso, é o de ter um mecanismo que permite o microplanejamento.

Atingimos o ideal, em termos de planificação: Temos um macroplanejamento para aquilo que é comum ao País e que pode ser planejado centralmente. E temos o microplanejamento, ao nível local, para nos adaptarmos às condições daqueles que vão buscar os nossos serviços e que são o objeto e o sujeito das nossas atenções. Não apenas o objeto, mas também o sujeito, porque o MOBRL não existiria sem os 150 mil alfabetizadores, sem os 35 mil voluntários das comissões municipais e dos grupos de apoio, mas também não existiria sem a credibilidade do povo que vai procurá-lo e que nos deu, até hoje, a oportunidade de registrar 20 milhões de matrículas em cinco anos.

Não é possível manter os níveis de mobilização que mantemos sem que tenhamos o crédito de que nos orgulhamos junto àqueles que procuramos atender, dentro das nossas limitações. E isso se deve ao fato de que não impomos um planejamento central; nós nos adaptamos às circunstâncias locais.

Mais uma palavra, permitam-me alongar-me no tempo, sobre o que foi dito em relação às nossas metas.

Realmente um grupo de trabalho, no Governo Costa e Silva, estabeleceu uma meta de erradicação de analfabetismo para 1975, mas baseada no pressuposto de que o MOBRL começaria a operar imediatamente, e não, como ocorreu, a partir de 1970.

Em seguida foi criado um grupo interministerial com representantes de todos os Ministérios para conseguir recursos para o MOBRL. Nesse grupo, eu representava o Ministério do Planejamento e tive a honra de ser escolhido para Presidente, daí surgindo a idéia da Loteria Esportiva.

O MOBRL não estava, então, em sua fase operacional. Por isso, fixou-se uma meta que ainda não pode ser atingida. Mas a erradicação, em 1980, é totalmente viável. E é viável por quê? Alfabetizamos, dos 18 milhões e 100 mil brasileiros que encontramos em setembro de 1970, 8 milhões e 44 mil até o momento.

Nossos dados coincidem, até o fim de 1973 — último dado disponível no Programa Nacional de Amostras Domiciliares — com uma diferença de apenas 1%, com o levantamento do IBGE, que dava. Então, para as regiões levantadas, 13 milhões 915 mil analfabetos de mais de 15 anos.

O nosso relatório falava em 14 milhões de analfabetos. Sucede que seu levantamento não abrangeu a zona rural da Região Amazônica, o que aumentaria um pouco o número de analfabetos, fazendo exceder o número que calculamos em função da nossa performance, mas praticamente, os dois coincidiriam.

Ainda mais se considerarmos a circunstância de que este levantamento se fez ao longo do quarto trimestre de 1973, e iniciando-se, portanto, na primeira semana de outubro. Vários alunos do MOBRL, que se alfabetizaram ainda em 1973, estavam sendo submetidos ao processo de alfabetização e, portanto, não constaram como alfabetizados no levantamento de 1973. Temos, hoje, 11 milhões e 500 mil analfabetos, constituindo 18,7% da população de mais de 15 anos no Brasil. E aí tocamos em outro ponto que robustece, agora — sob o ponto de vista do MOBRL, sob o ponto de vista de sua estratégia, de sua meta —, a idéia de se ter que erradicar o analfabetismo no sentido etimológico da palavra: arrancar pelas raízes. E onde estão as raízes? As raízes estão no sistema de ensino formal, no déficit de escolarização, que faz chegar, às nossas portas, aos quinze anos de idade, 500 mil pessoas analfabetas.

Se não houvesse esse ingresso anual de 500 mil novos analfabetos na idade de quinze anos, teríamos hoje 8 milhões e meio de analfabetos, representando pouco mais de 12% da população adulta em nosso País. Estaríamos próximos à nossa meta. E é por isso que, na medida em que possamos, no Brasil, atender àqueles que estão fora da escola e que têm menos de quinze anos, o MOBRAL estará sendo beneficiado no atingimento de seus objetivos.

São vasos comunicantes, Srs. Senadores. Se o sistema de ensino formal não atingir às suas metas, nós não poderemos atingir as nossas, porque é o sistema de ensino formal que nos fornece nossa triste matéria-prima: o analfabeto...

Com o Programa de Recuperação de Excedente contávamos inflétir a curva de escolarização, chegar ao fim de cinco anos a uma escolarização de 91% no Brasil, para as crianças de 7 a 14 anos, numa ação combinada do Departamento de Ensino Fundamental, Estados, Secretarias Municipais de Educação e MOBRAL. Esse simples reforço que daríamos por cinco anos, permitiria antecipar a nossa meta, de erradicação do analfabetismo na população adulta, para 1978. Mais uma razão, Sr. Presidente, para que tenhamos defendido essa idéia, porque a existência de um déficit de escolarização compromete também as nossas metas! Porque nos fornece, anualmente, esses 500 mil brasileiros analfabetos, de 15 anos de idade, engrossando as fileiras do contingente que temos que atender.

Já não bastam as dificuldades de o MOBRAL lidar com um estoque cada vez mais carente, constituído de pessoas cada vez menos motivadas para se alfabetizarem, de pessoas com a capacidade de apreensão provavelmente bem menor do que aqueles que já passaram pelos nossos cursos, com problemas de saúde, de visão e de deficiência mental.

Estamos entrando em um grupo cada vez mais refratário e cada vez mais difícil de alfabetizar. E se, ao mesmo tempo, tivermos que lidar com esse grupo que nos coloca dificuldades crescentes e ainda suportar o ingresso de 500 mil novos analfabetos na nossa clientela anualmente, como poderemos atingir nossos objetivos? Que são objetivos nacionais, os objetivos que o País se fixou para eliminar essa praga do analfabetismo!

Finalmente, uma última consideração sobre índices de regressão ao analfabetismo e sobre a vinculação da funcionalidade da educação ao número de anos de escolaridade, que o Senador João Calmon cita, em decorrência de um pronunciamento feito pelo eminente Deputado Flexa Ribeiro.

Srs. Senadores, não há vinculação entre a funcionalidade da educação e o número de anos de que uma pessoa dispõe em termos de escolaridade terminada.

A educação de um Engenheiro — e aqui está um deles — pode estar totalmente disfuncional apesar de ele ter 17 anos de educação.

Sou um engenheiro sem nenhuma funcionalidade. Hoje, se eu tivesse que ganhar a minha vida como Engenheiro, certamente não teria condições de sobrevivência.

Desatualizei-me em 15 anos de formado. No meu caso por desuso; mas há engenheiros de cinco anos de formatura que estão numa situação de disfuncionalidade, não por desuso, mas por não acompanhamento da evolução científica e tecnológica. E, aí, entramos na regressão.

A regressão é uma discussão de ontem, porque existe um fenômeno mais amplo e abrangente que transcende a regressão — que é um fenômeno muito mais importante, que ela — e ao qual acabo de me referir: a obsolescência dos conhecimentos e das habilidades adquiridas, obsolescência esta imposta pelo vertiginoso avanço científico e tecnológico; disfuncionalidade social, porque o mundo moderno exige novas formas de comportamento comunitário; disfuncionalidade política, porque o pluralismo da sociedade democrática está a exigir uma participação de todos nós, para qual temos que ser treinados cotidianamente, pois para participar é preciso conhecer os problemas, é preciso estudar.

A regressão é uma discussão que perdeu o sentido, diante de um fenômeno mais abrangente, mais importante e que gerou a idéia da educação permanente, filosofia que o MOBRAL, talvez ambiciosamente, se propôs a perseguir, desde 1972.

Para encerrar, quero dizer-lhes o que significa a nossa educação permanente.

O MOBRAL pretende para essa população, que corresponde a 64% da população economicamente ativa brasileira, dar-lhe a possibilidade de educação geral e isso o faz nos seus cursos de Alfabetização e Educação Integrada — a Educação Integrada é um primário compactado em doze meses — no desenvolvimento de atividades comunitárias — que dá ao homem condições de participar na solução de seus próprios problemas e da sua comunidade e no desenvolvimento de atividades culturais.

O problema de regressão, embora perca expressão diante da necessidade de o homem atualizar-se constantemente, tem sido alvo da atenção do MOBRAL.

Foi a regressão que inspirou a criação, no MOBRAL, de atividades culturais para que o homem não perdesse, por desuso, aquela instrumentalização que lhe damos. Foi, também, o fantasma da regressão que nos levou à Educação Integrada, que é um curso de doze meses após a alfabetização. Foi ela, ainda, que nos levou, inicialmente, a um curso de desenvolvimento comunitário — que durava dois meses e que pretendia que os homens se reunissem e conhecessem o valor do trabalho conjunto, fizessem a identificação dos problemas da sua comunidade e participassem na solução desses problemas — cursos esses que nós terminamos em 1973, mas que pela inércia da organização, em face de seu porte, ainda ocorreram para 30 mil alunos em 1974. Como por inércia ainda se fala em MOBRAL — Programa Infanto-Juvenil!

A essa educação geral, que como os senhores vêem, damos uma conotação muito ampla — envolvendo atividades culturais, e comunitárias e educação geral propriamente dita — adicionamos a profissionalização, que iniciamos através da testagem vocacional. Ainda não começamos a operar neste caso, mas temos um projeto com o ISOP, há dois anos, para permitir, a partir do próximo ano, que todo aluno do MOBRAL, depois de passar pela educação geral, possa ser testado vocacionalmente e enviado para o treinamento profissional. Segue-se o treinamento profissional, que fazemos em convênio com várias entidades, a principal das quais o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), com o qual temos um convênio para atender 70 mil alunos este ano. Ainda nesse campo estamos fazendo uma experiência ímpar, usando uma nova metodologia, em Santa Catarina, no setor primário, com 1200 agricultores, em convênio com a Federação de Agricultura daquele Estado. A isso somamos para nossos alunos a colocação no emprego em alguns dos nossos mil oitocentos e sessenta postos culturais, modestamente, funciona um Balcão de Emprego, ao qual o homem vai, diz das suas aspirações em termos de mercado de trabalho, enquanto, o animador do posto procura obter, na vizinhança, uma colocação para ele. Isso tudo, para conduzir o homem a melhores condições no mercado de trabalho.

Eu poderia escrever aqui, ao invés de mercado de trabalho, uma coisa muito mais ampla: a palavra vida. Enquanto o indivíduo está no mercado de trabalho vivendo, pode voltar-se — ele fez apenas a alfabetização — à educação geral, para galgar mais um degrau na Educação Integrada. E se ele galgou o degrau da Educação Integrada, ele tem à sua disposição, toda a rede institucional que o Ministério da Educação manteve para assegurar a possibilidade de ascensão em qualquer idade, de qualquer classe social: o Projeto Minerva, os Cursos de Madureza, e até, em certa época — daí eu ter dito que o MOBRAL chegaria à Universidade, querendo significar o ensino supletivo — pensou-se na "Universidade Aberta" que seria uma espécie de MOBRAL, pela sua informalidade, pela sua flexibilidade, para aqueles que não pudessem sentar nos bancos das Universidades. Esse grupo utilizaria o rádio, a televisão, o ensino por correspondência para, numa forma flexível de ensino, permitir

àqueles que hoje não têm acesso às universidades, fazê-lo em condições especiais.

Essa é a filosofia pedagógica que informa a nossa atuação.

Não acreditamos na regressão, mas ainda assim, pela estruturação de todo o sistema MOBREAL, os Srs. vêem que a preocupação com a regressão é constante. E a regressão não parece ter ocorrido ao fim de três anos, porque o levantamento do IBGE de 1973 coincide, totalmente, com os nossos dados, com uma diferença de 1%, quando o erro da amostra do IBGE é de 3%. A divergência é inferior, portanto à que o IBGE reconhece que aquela pesquisa pode ter em relação à realidade.

Sr. Presidente, espero ter tocado, pelo menos levemente — em certos casos mais profundamente, e, às vezes, até redundantemente — nos pontos levantados pelo nobre Senador João Calmon.

Reafirmo a minha convicção de que o que anima o Sr. Senador João Calmon, neste debate, é o desejo de ver aprimorada uma instituição, a que ele pessoalmente, como indivíduo e como homem de empresa e também como cidadão, tem dado todo apoio.

Temos, nos veículos de comunicação social, um suporte importantíssimo de nossa atuação. E o auxílio que nos tem sido prestado pelo Senador João Calmon, neste particular, se pudesse ser medido em dinheiro superaria, em muito, o orçamento de um ano do nosso MOBREAL.

Muito obrigado. Peço desculpas pelo pronunciamento prolongado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Eu proponho à Comissão, em face do adiantado da hora, a suspensão dos trabalhos, que serão reiniciados em horário a combinar.

O SR. CATTETE PINHEIRO — V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Pois não, Senador.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Proponho a V. Ex^a, em virtude de haver precedentes na Casa em circunstâncias semelhantes, que os trabalhos sejam reiniciados às 16 horas, quando já estará, inclusive, votada a Ordem do Dia da sessão ordinária do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Coloco em discussão a sugestão do Senador Cattete Pinheiro.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-la, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Estão suspensos os trabalhos desta Comissão, que deverão ser reiniciados às 16 horas, neste mesmo recinto.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 48/75 do Senado Federal.

O SR. JOÃO CALMON — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Tem a palavra o Sr. Senador João Calmon, para uma questão de ordem.

O SR. JOÃO CALMON — Recebi, de parte do nobre Senador Jarbas Passarinho, um pedido, para que lesse carta a mim endereçada para conhecimento dos membros desta Comissão, pois no momento S. Ex^a está partindo para a cidade de São Paulo.

A carta tem o seguinte teor:

Caro amigo Senador João Calmon

Rogo ler, em meu nome, as declarações a seguir:

1 — Não pretendia eu, nem mesmo, participar indiretamente da CPI, mas estive presente hoje, a ela, dado que recebi convite cavalheiresco do seu Presidente, o nobre Sr. Senador Gilvan Rocha.

2 — Era meu propósito usar brevemente da palavra, em correspondência ao gesto do Presidente da Comissão. Como o Presidente da Fundação MOBREAL, depois de falar por mais de uma hora, não pôde avaliar o tempo de que ainda necessitava para concluir as primeiras respostas à indagação do nobre Sr. Senador João Calmon, preso que estou a outros compromissos inadiáveis, preferi mandar por escrito estas palavras, até, porque, insisto, não serei nem inquisidor, nem inquiridor.

3 — Gostaria de explicar que fui favorável (e continuo sendo) à CPI:

1º porque me considero também sob inquérito, uma vez que o MOBREAL sob a direção do Prof. Mario Simonsen, sendo Secretário Executivo o Prof. Arlindo, teve sua implantação ao meu tempo de Ministro. O simples depoimento de hoje, pela manhã, mostra claramente quanto estou envolvido, enquanto Ministro e não enquanto Senador, no que se investiga na CPI;

2º porque no plenário do Senado, como no da Câmara dos Deputados o MOBREAL tem sido constantemente vítima de equívocos perigosos. Um nobre Sr. Senador o acusou de "ser demagogia, no Nordeste", desde meu tempo de Ministro. Outro, reclamava, recentemente, a qualificação da mão-de-obra, paralela à alfabetização, sem o que, no seu entender, de nada adiantaria alfabetizar. Outro, ainda, acusa o MOBREAL de não ser eficiente o bastante, para evitar o fenômeno da regressão; finalmente um outro, falando sobre a qualidade da vida, acusava o Governo de "deixar ao desamparo 12 milhões de analfabetos".

Do meu ponto de vista, essas injustiças praticadas para com o MOBREAL poderiam encontrar uma oportunidade de ouro na CPI, para serem reparadas, corrigidas, esclarecidos os equívocos, ressaltado o imenso saldo positivo que o Programa tem, desde a sua inspirada criação, pelo Ministro Tarso Dutra.

Essa é a principal razão pela qual fico perplexo com os que combatem a CPI, com os que tentam esvaziá-la, com os que tentam até intimidar a alguns de nós.

Hoje, ouvimos as explicações preliminares do Presidente da Comissão, defendendo-a da feição inquisitorial que lhe pretendem imprimir. Foi ele molestado com esse tipo de protesto sibilino. Outros Senadores têm sido, desde que hajam cometido o "crime", de apoiar a CPI. Eu mesmo, tenho o meu testemunho nesse sentido, ao receber cartas e um telexograma, vazados em linguagem insolente e coincidentemente comum, o que retira de umas e de outro o caráter da espontaneidade. Tratar-se-ia de uma campanha organizada? Tudo leva a crer que sim. Limitei-me a rasgá-las e jogá-las na cesta de papéis usados porque me venho esforçando por aprender a lição de Antonio Carlos: "Não perceber ofensas", não me deixar magoar sequer pela hostilidade mascarada daqueles que ontem, quando eu era Ministro da Educação davam-me tratamento não só respeitoso e coincidente com meus pontos de vista. Iam além: chegaram a fazer-me crer em sincera amizade, que seria o fruto natural de um relacionamento de pessoas devotadas à causa da educação nacional.

Nada disso conta, porém, nem os nossos desencantos, nem as decepções com o caráter dos homens. O que conta,

isto sim, é ajudar o MOBRAL a continuar sendo o mais bem sucedido programa de alfabetização de massas, de adolescentes e adultos, do mundo em desenvolvimento o que se deve, em grande parte, à capacidade e ao engenho do hoje Ministro Mário Simonsen, decididamente apoiado pelo grande Presidente Emílio Médici, no passado, e à equipe atual, igualmente apoiado pelo insigne Presidente Ernesto Geisel.

O MOBRAL é uma das maiores conquistas da Revolução e não pertence a este ou àquele homem. Nosso dever é prestigiá-lo e, no que tange às nossas atribuições específicas de Senadores da República, fiscalizá-lo, para melhor louvar-lhe os êxitos.

Concluo dizendo que permaneço com meu ponto de vista contrário a estender, em caráter sistemático, o programa às crianças analfabetas de 9 anos de idade e mais, ou qualquer que seja a sua idade desde que inferior a 15 anos. A argumentação desenvolvida pelo Presidente da Fundação, hoje pela manhã, não me convence senão de uma coisa: atender à matrícula sistemática dessas crianças é conspirar definitivamente contra o esforço de universalização do ensino de 1º grau, para as crianças entre 7 e 14 anos de idade. Ao rendermo-nos ao fato crucial, é verdade, citado por Sua Senhoria hoje (o dos filhos analfabetos dos líderes municipais do MOBRAL) em vez de ajudar essas crianças, estaremos comprometendo o futuro de milhares de outras, ou até de milhões.

Se a CPI quiser e houver por bem conhecer meu pensamento, ou a responsabilidade de medíocre Ministro da Educação em cuja gestão se consolidou a vitória do MOBRAL e o seu reconhecimento, pela UNESCO, de organização modelar para os fins a que se propõe, terei todo o prazer de atender à sua convocação. Caso contrário, será porque a CPI realmente não precisa desse testemunho, o que será plenamente justificado. — Jarbas Gonçalves Passarinho.

Este é o texto da carta que o nobre Senador Jarbas Passarinho pediu que fosse lida, logo na abertura desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A carta de S. Exª será incorporada, devidamente, aos registros desta Comissão.

O SR. EURICO REZENDE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — O documento oferecido pelo eminente Senador Jarbas Passarinho, com as suas aplaudidas qualidades de ex-Ministro da Educação e com o talento do seu autor — ao qual rendemos nossas homenagens, que podem ser muitas, podem ser tantas, mas que serão sempre poucas para significar o seu mérito — é um elemento de instrução valioso que, ao lado de outros documentos, vai compor o processo da CPI.

Mas quero dizer que S. Exª, naturalmente, tendo em vista a velocidade com que escreveu a carta e a convocação de compromisso inadiável, como nela se menciona, faz uma referência que merece o meu respeitoso reparo. Entende S. Exª que se procura esvaziar a Comissão.

Com relação a mim, é público e notório que fui contrário à instituição deste colegiado.

Nos trabalhos inaugurais da Comissão levantei uma questão de ordem, dizendo que os nossos trabalhos deveriam se esgotar no momento em que se verificasse se houve ou não desvios das atividades do MOBRAL.

V. Exª, respondendo à questão de ordem, disse que os objetivos desta Comissão eram mais largos e que, no elenco desses objetivos, se encontrava o compromisso da Comissão de fazer uma avaliação,

em termos globais, do MOBRAL. Imediatamente me curvei à decisão de V. Exª e disse que iria colaborar para o bom êxito desta Comissão. É o que eu tenho feito até aqui.

A afirmativa, então, do eminente Senador Jarbas Passarinho, no sentido de que houve ou há uma tentativa para esvaziar esta Comissão, reflete apenas uma especulação; reflete apenas uma impressão que não está resistindo à realidade dos fatos, que é a conduta da Comissão, dos seus Membros, a exposição livremente feita pelo ilustre Presidente do MOBRAL e que fez esta Comissão viver horas altas.

O interesse do público, a vigilância da imprensa, todos esses fatores e circunstâncias comprovam que, ao revés de uma tentativa de esvaziamento, todos estamos procurando prestigiar os seus trabalhos em busca da solução para problemas que porventura sejam caracterizados aqui nos debates. Tudo isso em benefício do País.

Então, de minha parte, quero fazer este reparo na área da carta, em que o eminente Senador Jarbas Passarinho se refere à tentativa de esvaziamento dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta Presidência acolhe a observação do Senador Eurico Rezende como uma explicação pessoal, mesmo porque não está em discussão o texto da carta do eminente colega que foi incorporada ao registro desta Comissão.

Nos termos da carta de S. Exª, eu proponho a esta Comissão que, a exemplo de oportunidade anterior, não se deva convocar S. Exª, mas sim dado inclusive a sua qualificação de colega, Senador, seja convidado para que venha, efetivamente, colaborar com seu depoimento nesta Comissão.

Penho em votação a proposição de convidar o ilustre ex-Ministro, Senador Jarbas Passarinho, para depor perante esta CPI.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será S. Exª convidado a participar dos trabalhos.

Tendo o Dr. Arlindo Lopes Corrêa respondido às inquirições do Sr. Senador João Calmon, esta Presidência dará prosseguimento aos trabalhos ouvindo os demais Srs. Senadores, e se permitem fazê-lo, pela ordem de assinatura na Resolução nº 48/75.

Ouviremos, então, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Cattete Pinheiro, que fará, de maneira objetiva, como convém à comissão, as inquirições ao Dr. Arlindo Lopes Corrêa.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, com relação aos assuntos principais, nesta manhã, levantados pelo nobre Senador João Calmon e, posteriormente, apreciados pelo Sr. Presidente da Fundação MOBRAL, ao que me parece foram bastante claros, colocando o problema — se o é de fato e que originou a formação desta Comissão Parlamentar de Inquérito — nos seus devidos termos.

Há uma realidade nacional, segundo o Sr. Presidente do MOBRAL, que são os milhões de analfabetos ainda existentes neste País, na faixa etária em discussão.

De maneira que, de minha parte, quero dizer que considere plenamente satisfatório o depoimento de S. Sª, tal a objetividade com que foi conduzido.

Restará a esta Comissão na apreciação dos fatos, na análise das observações aqui expendidas, chegar oportunamente a conclusões que possam conduzir o nosso País à solução do grave problema que continua afligindo a população brasileira.

Não tenho assim, Sr. Presidente, qualquer interrogação a fazer neste momento, mesmo porque, repito, considero plenamente satisfatória a exposição feita pelo Sr. Presidente da Fundação MOBRAL no primeiro período dessa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Não tendo o Senador Cattete Pinheiro, especificamente, nenhuma pergunta a fazer ao depoente, passo a palavra, pela ordem de assinaturas da Resolução, ao Senhor Senador Virgílio Távora. (Pausa.) Não estando presente S. Exª passo a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, há poucas perguntas.

O eminente Senador João Calmon, em discurso pronunciado no Senado, invocou depoimento do eminente Deputado Flexa Ribeiro no sentido de que uma pesquisa revelou um índice assombroso de regressão no caso de alfabetização de massa. E que esse índice chegou a atingir 90%.

Eu gostaria de saber, então, do ilustre Presidente do MOBREAL, se S. S^a conhece esse documento e se, na hipótese de conhecê-lo, poderá drená-lo para os autos da nossa investigação. Porque em reunião anterior, eu requeri que a Secretaria da Comissão dirigenciasse junto à representação da UNESCO, ou por uma forma qualquer, a obtenção dessa pesquisa que julgo importante.

Então, a pergunta é esta: S. S^a sabe que a UNESCO chegou a essa conclusão, isto é, de que regressão se dá em cerca de 90%?

Na hipótese afirmativa se S. S^a tem alguma separata, tem alguma revista e, finalmente, se tem o texto dessa pesquisa e se pode torná-lo disponível para a Comissão?

Esta é a nossa primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — V. Ex^a deseja formular todas as perguntas ou prefere uma a uma?

O SR. EURICO REZENDE — Não. S. S^a responde a primeira, em seguida farei a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passo a palavra ao Sr. Relator para que formalize a pergunta ao depoente.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Sr. Professor Arlindo Lopes Corrêa, estamos desejando através de pergunta formulada pelo Sr. Senador Eurico Rezende que V. Ex^a situe o problema da regressão que, segundo documentos da UNESCO referidos pelo Sr. João Calmon e objeto de análise do Sr. Deputado Flexa Ribeiro estaria ocorrendo. V. Ex^a confirma o conhecimento desse documento, relativamente ao problema da regressão na base de 90%; V. Ex^a pode tornar esse documento acessível à Comissão, e mais, para completarmos a questão, se esse documento faz alguma referência específica ao problema MOBREAL, no Brasil, e como V. Ex^a encara o problema da regressão no enfoque da UNESCO com relação ao nosso trabalho de MOBREAL?

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

Na formulação da pergunta do eminente Relator, ao que me parece, foi cometido um equívoco. A afirmação é do Deputado Flexa Ribeiro, referindo-se a uma conclusão da UNESCO, de que o índice de regressão do analfabetismo chegaria até a 90% em cursos de curta duração. Apenas citei o discurso do Deputado Flexa Ribeiro, mais nada.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Tenho a impressão de que não omiti esse dado. Apenas disse que V. Ex^a teria se referido à base dos elementos e dos estudos do Sr. Deputado Flexa Ribeiro.

Aceito a explicação mas não me parece ter fugido à matéria. A formulação foi um pouco lenta exatamente para abranger todos os aspectos da questão.

O SR. JOÃO CALMON — Gratíssimo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Sr. Professor Arlindo Lopes Corrêa.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Em 1965 realizou-se em Teerã uma reunião de Ministros de Educação para uma definição política, ao nível internacional, quanto à alfabetização.

Estávamos, então, com mais de 700 milhões de analfabetos em todo o mundo.

Vários países haviam empreendido campanhas de alfabetização de massa e nelas falharam, sucessivamente. O nosso País era um exemplo desses fracassos.

Uma das facetas, mas não a única, desse fracasso, abordada então, era a possibilidade de regressão ao analfabetismo. Diria, *data venia*, com maior rigor, de retrogressão. Porque, na realidade, a regressão é uma figura psicológica em que o indivíduo, inclusive, volta a estágios anteriores de sua vida e, de todo modo, em qualquer processo educativo sempre resta alguma coisa.

Mas, deixando de lado, o problema semântico, a regressão seria um fantasma dos grandes programas de massa, no campo da alfabetização.

A UNESCO formulou, então, uma estratégia que, julgava, poderia eliminar aquele problema: a Alfabetização Funcional. Definia então, como a funcionalidade da alfabetização, a integração do indivíduo no processo de desenvolvimento.

Aquela época, porém, estava o mundo muito próximo, ainda, do que eu chamaria a descoberta da educação. A Educação, na realidade, sempre teve prestígio, mas foi na década de 60 que ela adquiriu, no plano internacional, em todos os países, houve característica: foi reconhecida como o setor da maior importância, da maior relevância para o esforço de desenvolvimento.

O mundo de pós-guerra vira fracassadas suas tentativas de soerguer aqueles países, então definidos como pobres, ao mesmo tempo que com recursos menores conseguia realizar os chamados "milagres" na Europa Ocidental e no Japão. Procurando-se a possível causa dessa diferença de comportamento, em termos de desenvolvimento dos diversos países observava-se, pelas pesquisas históricas que, na realidade, era a educação — um sistema educacional forte, uma cultura técnico-científica adequada — o ponto comum entre os diversos países que tinham sido bem sucedidos no processo de desenvolvimento, enquanto os outros fracassavam, embora maciços recursos fossem neles investidos.

Era a falta dos recursos humanos que determinava o insucesso do esforço de desenvolvimento, no pós-guerra.

Aquela época, a pesquisa em Educação versava, quase exclusivamente, sob o tema da Filosofia da Educação e sobre o tema da Pedagogia propriamente dita, como Ciência ainda emergente. Não havia, de modo ponderável, a experimentação educacional. O trinômio pesquisa — experimentação — inovação só se firmou nos anos 60.

Não havia — à época da decisão da UNESCO sobre a necessidade de um novo tipo de Metodologia para alfabetização — pesquisas que demonstrassem a ocorrência de regressão ao analfabetismo em períodos recentes e mesmo que houvesse, seria o caso de indagar-se se a revolução nos meios de comunicação de massas não teria, porventura, mudado aquele quadro? As solicitações de uma economia, de uma sociedade cada vez mais rapidamente em mutação, não seriam o instrumento deflagrador da funcionalidade, pela obrigatoriedade do uso? Essas constantes solicitações novas, feitas ao indivíduo para adaptar-se ao mundo mutável, não impediriam o desuso? Eu, pelo menos, não conheço nenhuma pesquisa nesse sentido, e participei dessa polêmica, porque, da reunião de Teerã surgiu o Programa Experimental Mundial da Alfabetização, levado a efeito em 12 países, 11 deles com financiamento do Fundo Especial das Nações Unidas e com a assistência técnica da UNESCO.

À época eu trabalhava no Ministério do Planejamento e era um dos filtros da Assistência Técnica Internacional que se fazia no Brasil no setor educacional.

Naquele momento fui procurado por uma missão da UNESCO que pretendia implantar, no Brasil, esse tipo de projeto, à base de uma pequena experiência realizada na Cia. Vale do Rio Doce. Experiência, aliás, excelente, mas experiência microscópica, de laboratório, impossível de disseminar-se por todo o País e resolver o problema de um País com 18 milhões de analfabetos.

Aquela época o número era um pouco menor, em termos absolutos, mas superior a 33%, em termos de percentuais.

Eu me bati contra a adoção dessa metodologia e, àquela época, escrevi um artigo intitulado "Regressão ao Analfabetismo", no qual

colocava em dúvida se esse conceito, se o perigo da regressão, pelo menos nas zonas urbanas, ainda persistia. Àquela época pedi aos técnicos da UNESCO que me mostrassem pesquisas recentes sobre regressão: jamais obtive esta resposta, jamais chegou a meu conhecimento qualquer pesquisa neste sentido.

Os projetos se realizaram e, por uma dessas coincidências da vida, fui chamado, há um ano e meio atrás, como um dos cinco avaliadores desses 11 projetos. Fui o avaliador pela UNESCO e pelo Fundo Especial das Nações Unidas apenas dos 11 projetos, porque o 12º Projeto, da Venezuela, não recebera recursos do Fundo Especial e fora financiado com recursos próprios do Governo venezuelano.

Existiam seis toneladas de material escrito sobre esses 11 programas. Tenho aqui, em poder dos meus assessores, a bibliografia completa acerca desses programas. Tudo que foi escrito nesses projetos e sobre esses projetos, em termos de avaliação, operação etc., está listado nessa bibliografia e dela não consta nenhum documento sobre regressão. Encaminharei à Comissão essa bibliografia.

No que concerne ao MOBRL tomamos todos os cuidados para evitar a possibilidade da regressão. Nossos alunos, depois de alfabetizados, recebem estímulos para continuar usando o instrumental que o nosso curso lhes fornece.

Temos um programa cultural que, embora em termos de consumo de recursos do MOBRL não supere a percentagem de 3% do nosso orçamento, é, todavia, um programa que atende milhões de pessoas. Neste programa estamos gastando muito pouco, porque usamos um capital que acumulamos; a credibilidade da comunidade no MOBRL. Temos 1.863 postos culturais instalados, mas os locais onde estes postos funcionam são cedidos pela comunidade.

Os animadores dos postos culturais são pessoas que trabalham gratuita e voluntariamente para o MOBRL. A única despesa que teremos com eles é a do treinamento.

Gastamos apenas recursos para enviar-lhes uma biblioteca, um rádio e reproduções de quadros. Dois mil e setenta e seis postos estarão instalados até o fim do ano. Desses 2.076 postos, 2.000 são modestíssimos, com esse equipamento que já adquirimos. Apenas 76 postos são mais sofisticados, destinados a servir como uma espécie de padrão e perseguir pelas demais comunidades. Estão geralmente instalados nas capitais e nos municípios de maior expressão.

Em todos esses postos se desenvolve uma atividade intensa dos nossos alunos e ex-alunos. Em cada um deles os livros são consultados intensamente e a comunidade vai acrescentando novas atividades, ao que, logo de início, o nosso equipamento permite. O artesanato está quase generalizado, existindo em todos esses locais. As danças folclóricas também, assim como a música em geral. Atividades menos modestas já estão surgindo em muitos deles. Nesses postos temos atividades, portanto, de consulta a livros, representação teatral, danças folclóricas, artesanatos, audiência de programas de rádio que mantemos aos domingos, às 10 horas da manhã, (excetuando a Região Norte, onde há uma diferença de 1 hora no fuso horário), programas esses que são comentados ao seu término pelos ouvintes, com os animadores de nossos postos.

Imprimimos 1 milhão e cem mil livros de 11 títulos novos, sendo dois de domínio público, e estamos distribuindo esses livros, além de colocá-los sistematicamente à disposição de todos os alunos nos postos culturais. Cinco livros foram escritos especificamente para os nossos alunos, para neo-leitores — livros que venceram o Concurso MOBRL de Literatura. Quatro outros foram adaptados por seus autores, ainda vimos, de modo a facilitar a leitura; adaptados no referente à cronologia das histórias uns; de termos regionais ou menos acessíveis, outros.

Temos os nossos jornais: um deles com uma tiragem mensal de 2 milhões de exemplares e o outro com uma tiragem de 700 mil exemplares por mês.

Enfim, temos oportunidades de educação integrada, oportunidades de treinamento profissional, e tudo isso consubstancia a nossa preocupação, inicialmente com a regressão e mais tarde com algo

mais amplo: a obsolescência, como citei hoje de manhã, dos conhecimento e habilidades adquiridos.

O que existe na UNESCO sobre o MOBRL é um relatório que passarei às mãos dos membros da Comissão, resultante de uma avaliação que foi feita, de nosso movimento, por uma missão enviada por aquele organismo.

O relatório é altamente positivo e tanto mais importante, sob esse ponto de vista, quando nos lembramos que a UNESCO condenava enfaticamente a metodologia que adotamos; e, além desse, ainda em vinculação com a UNESCO, há um relatório decorrente de um Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, no qual contamos com a presença do Senador João Calmon, que nos prestigiou durante aquele encontro, relatório esse bastante positivo.

Finalmente, a UNESCO houve por bem realizar no Brasil — financiando-o quase integralmente — um seminário em que a experiência do MOBRL foi mostrada a representantes de onze países da África e da Ásia.

Creio que a UNESCO, hoje, não mantém nenhuma dúvida sobre os aspectos mais importantes do nosso Movimento.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Nesse tratamento de avaliação ou de apreciação, ela se ocupa especificamente do problema de regressão?

Os técnicos da UNESCO fizeram algumas observações?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Há uma menção, creio, não estou bem certo, porque o documento foi publicado há cerca de dois anos. Creio que, àquela época, nosso programa cultural já estava começando a funcionar e há uma menção ao fato de que esse programa cultural seria um elemento importante no combate a qualquer disfuncionalidade, a qualquer fenômeno desse tipo, passível de ocorrer com os nossos alunos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende, para que continue a formular suas perguntas.

O SR. EURICO REZENDE — Recentemente, ainda no primeiro semestre deste ano, realizou-se em Brasília um encontro de Secretários e de Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, encontro esse realizado sob a paranínia do Ministério da Educação e da Universidade de Brasília.

Nessa reunião, além de um trabalho de avaliação, procurou-se estabelecer uma política visando à concepção e à aplicação, com vistas a um planejamento educacional para o Brasil.

É fora de dúvida que o nosso mecanismo educacional vem evidenciando falhas, omissões, distorções que desafiam a sucessão de vários governos e também da comunidade.

Esse encontro fez uma radiografia completa da situação educacional brasileira e ofereceu resultados capazes de mais do que inquietar, alarmar o Governo e o povo, porque o encontro chegou à conclusão de que senão houver um outro mecanismo, senão se adotar uma providência mais racional, a execução do Planejamento Educacional se fará tão lentamente, tão lentamente, repito, — essa a conclusão do encontro de gente altamente autorizada — que a escolarização da primeira, segunda e terceira séries só se completará no ano dois mil e duzentos; das séries finais, quer dizer, sétima e oitava, parece que essa escolarização se completará no ano dois mil e quarenta, quer dizer vai de dois mil e quarenta a dois mil e oitenta.

Ora, tem sido realejo do nosso otimismo marcar uma data para a solução de todos os problemas brasileiros e colocá-los diante da ribalta do mundo como uma potência, sem mais problemas, com tudo resolvido até o ano dois mil.

Eu perguntaria ao Dr. Arlindo se, em primeiro lugar, concorda com o resultado desse encontro — porque de Secretário de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação — dessa previsão tão alarmante? Na hipótese de concordar, se essa política hoje suspensa por ordem do Sr. Ministro da Educação, de recuperação de excedentes, que é o MOBRL Infanto-Juvenil, poderá ser a medida

providencial para evitarmos essa procrastinação de quase dois séculos para a solução dos nossos problemas.

Essa a pergunta que deposito na atenção e na reflexão de Dr. Arlindo.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Ao Dr. Arlindo, se S. S^a apreendeu a pergunta e se eu posso considerá-la, adotando-a formulada.

O DR. ARLINDO LOPES CORRÊA — A pesquisa da Universidade de Brasília é menos uma pesquisa e mais um estudo das tendências da educação brasileira, desde a década de cinquenta. Um estudo bastante sofisticado e que leva em consideração, além dos dados históricos, uma outra circunstância: a de que não basta colocar na escola todas as pessoas entre sete e quatorze anos. É necessário que elas estejam no sistema e progredindo dentro dele. E por que esse princípio é válido? É válido porque a democratização de oportunidades, na escola, não se prende unicamente à capacidade de o Estado permitir aos alunos que nela ingressem: é preciso permitir que os alunos nela progridam.

Para enfatizar o que estou dizendo poderia sucitar o raciocínio pela redução ao absurdo. Temos hoje cerca de vinte e três milhões de pessoas, entre sete e quatorze anos. Se todas estivessem na escola, na primeira série primária, poderíamos considerar que teríamos um bom sistema educacional? Certamente que não! Porque não é suficiente colocar as crianças na escola; é necessário que se lhes dê condições para progredir, ascender na escala educacional. Então foi baseado nesse princípio e nas tendências observadas ao longo das três últimas décadas, que se fez o estudo que conclui pelo que diz o Senador Eurico Rezende: só regularizaremos a situação da primeira e segunda séries, ou seja, só teremos uma situação de normalidade, de progresso adequado dos alunos dentro do sistema, na primeira e segunda séries, no ano dois mil e duzentos. Nas outras séries, em dois mil e oitenta, creio, pois não sei bem os números. Mas, esse estudo já foi por nós colocado à disposição da Comissão.

Poder-se-ia argüir que o exame dessa tendência, nas últimas três décadas, não seria adequado, porque o último período, de cinco ou dez anos, teria revelado um progresso mais acentuado.

Raciocinando sem modelos, de modo menos sofisticado, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para o cálculo simples que vou fazer, mas que dá uma dimensão ainda desanimadora da situação.

Temos hoje, entre sete e quatorze anos, fora da escola, cinco milhões e trezentos mil crianças, e se acompanharmos apenas o período 1969/1973, para os quais existem dados, observa-se ter havido uma queda anual, no déficit, de cerca de 150 mil alunos, ou seja, a cada ano estamos conseguindo descontar, do déficit, 150 mil alunos. Como são 5 milhões e 300 mil fora da escola e estamos conseguindo descontar o déficit, à razão de 150 mil — tomemos 200 mil por ano para facilitar o cálculo — chegaríamos a um período de vinte e seis anos para resolver o problema, seguindo as tendências recentes e este raciocínio bem simples. Seria uma sofisticação inútil tentar aqui, agora, fazer algum cálculo complicado, mas mesmo simplificando-o necessitaríamos de vinte e seis anos!

Além disso, os investimentos seriam altíssimos. Para colocarmos 5 milhões e 300 mil crianças nas escolas, hoje, instantaneamente, necessitaríamos, se todas as escolas brasileiras adotassem o regime de dois turnos — que é o observado na zona urbana, mas não na zona rural, onde o problema se concentra principalmente, e não há ainda a prática usual dos dois turnos porque aí, de um modo geral, as escolas são utilizadas apenas em um turno (se calcularmos matematicamente, dá uma média de 1,4 turnos por dia de utilização) — seria necessário gerar 2 milhões e 600 mil vagas. Só em construções, já que um aluno no ensino primário necessita de 1,2 m², teríamos 3,2 milhões de m², que ao custo de 1 mil e 500 cruzeiros por m², já significaria um investimento superior a 4 bilhões de cruzeiros.

Para equiparar essas salas, gastaríamos 1/3 desse valor, no mínimo, o que representaria, arredondando, 1 bilhão de cruzeiros.

que somados à cifra anterior, far-nos-ia chegar a mais de 5 bilhões de cruzeiros.

A manutenção desses alunos, a um custo de 400 cruzeiros por aluno, levar-nos-ia a uma despesa anual de 2 bilhões de cruzeiros. Seriam 7 bilhões já no primeiro ano! Seria ainda necessário treinar professores, tomar uma série de medidas correlatas que eu não vou quantificar nem incluir no cálculo. Devemos estar gastando, hoje, talvez, menos de 2,8% de nosso Produto Interno Bruto, em termos de despesas públicas, no setor educacional, o que significa cerca de 16 bilhões de cruzeiros por ano ou um pouco mais que isso. Teríamos, logo no primeiro ano, 7 bilhões de despesas adicionais.

Vejam, Srs. Senadores, a magnitude do esforço exigido, sendo que a despesa de manutenção, que é uma das maiores — 2 bilhões anuais — seria permanente. Teríamos, então, que fazer um esforço financeiro muito grande. Será isso possível dentro desses termos? Por que propusemos o MOBRL para a recuperação de excedentes? Porque o custo do MOBRL para colocar um aluno na terceira série — consideradas as taxas de perda de ambos os sistemas, o formal e o MOBRL — é 1/29 do custo do ensino formal.

Pedíamos, para atender 1 milhão e 500 mil alunos e alfabetizar 1 milhão e 150 mil por ano, 100 milhões de cruzeiros. Para fazer isso no sistema de ensino formal seriam necessários 3 bilhões de cruzeiros!

E aí eu respondo a uma outra pergunta que se faz de vez em quando: porque não atribuir os recursos do MOBRL para o sistema de ensino formal, dando maior prioridade ao atendimento das crianças que aos adultos? Eu poderia discutir a prioridade, porque dentro do contexto moderno, dentro de uma filosofia de educação permanente, a educação de adultos tem tanta prioridade quanto a educação das crianças. Todos nós somos como que crianças diante de certos fatos, de certos acontecimentos, porque o ineditismo das experiências nos coloca numa situação em que a nossa vivência não responde às novas solicitações.

É uma infelicidade que isso ocorra apenas em termos relativos, mas estamos de alguma forma, por força do impacto da Ciência e da Tecnologia, nos tornando mais jovens, ou vivendo a situação de jovens...

O que sucede é que os 271 milhões de cruzeiros recebidos pelo MOBRL, em 1974 — foi essa a verba de que dispusemos — dariam para manter, no sistema de ensino formal — estou fazendo a conta mentalmente — apenas 600 mil pessoas. E o MOBRL, atende a 6 milhões de pessoas só nos seus cursos de alfabetização e educação integrada.

O MOBRL, dadas as suas características, apresenta custos unitários baixíssimos. E os recursos que nos são atribuídos equivalem a pouco mais de 1,5% do que se gasta em educação no Brasil — que é o que vai para o MOBRL — e é irrelevante para o serviço que estamos prestando, porque o adulto também tem direito à sua oportunidade de progredir em termos econômicos, de se aperfeiçoar politicamente.

É necessário fazer com que, culturalmente, ele se enriqueça, inclusive, para que possa haver o diálogo das gerações. Sob todos os pontos de vista, a educação do adulto é prioritária, também.

Finalmente, a última parte da pergunta: poderia o MOBRL com o seu programa de recuperação de excedentes, resolver o problema?

A resposta objetiva é que o MOBRL seria uma grande ajuda nesse sentido, e medidas paralelas, concomitantes, deveriam ser tomadas no que concerne ao sistema de ensino formal.

Era dentro dessa filosofia de integração de esforços que o MOBRL estava tentando pagar uma dívida do passado com esses adolescentes de 14, 13, 12 e 11 anos, em ordem decrescente, para, depois, o sistema de ensino formal ir se adaptando para recebê-los, dar-lhe o atendimento de que eles carecem, para que o sistema, como um todo, e a Nação brasileira, atingissem seus objetivos.

Isoladamente, nossa ação não resolveria o problema; melhoraria, e muito, a situação da escolarização, mas seria necessá-

rio, como estava previsto, um integração, um esforço simultâneo concomitante, com todo o sistema de ensino formal para que, realmente, chegássemos a uma situação adequada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre. Senador Eurico Rezende, que deseja formular novas perguntas.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, o Dr. Arlindo Lopes Corrêa declarou que, em 1974, foram assinados convênios com algumas Secretarias de Educação para o funcionamento do MOBRL infanto-juvenil, e que houve 11 Secretarias de Educação dos Estados, e de vários Municípios, que solicitaram os convênios com o MOBRL com a mesma finalidade.

Eu perguntaria se S. S^a dispõe dessa correspondência e se poderá, através de cópia autenticada, remetê-la à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o nobre Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Perguntamos ao Dr. Arlindo Lopes Corrêa, adotando a pergunta feita pelo Sr. Senador Eurico Rezende, se S. S^a está em condições de responder.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não estou certo de que tenhamos material escrito das 11 Secretarias, mas temos de algumas.

Visitamos, com técnicos do Departamento de Ensino Fundamental e do Departamento de Ensino Supletivo, já em 1975, 11 Estados e nas consultas verbais, creio que todos julgaram conveniente implementar o programa. Anterior e posteriormente recebemos algumas correspondências, também, nesse sentido. Todas as que eu puder reunir — acho que tenho algumas, se não me engano 8, aqui com a minha Assessoria — encaminharei à Comissão, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Retorno a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, vou procurar englobar duas perguntas em uma só, em obséquio à serenidade dos nossos trabalhos.

Têm-se pronunciado vários discursos e dado várias entrevistas, em uns falando que o chamado MOBRL infanto-juvenil tem a sua operação estimada em 5 meses, e outros dizendo que esta operação está estimada em 9 meses. Há uma dúvida sobre isso, em virtude das divergências de opiniões. Então, eu gostaria que o Dr. Arlindo Lopes Corrêa dissesse se o período de duração do MOBRL infanto-juvenil esgota-se em 5 meses ou se em 9 meses. E mais uma explicação para melhor se compreender o mecanismo: se essa operação, quer de 5, quer de 9 meses, integraliza o ensino primário ou se coloca o educando em condições de ingressar na 3^a ou 4^a série, também, primárias, isto é, se é uma espécie de maturidade parcial, um supletivo parcial, ou se é total. E, finalmente, se se poderia conciliar a controvérsia que se estabeleceu. Eu, por exemplo, sou a favor do MOBRL infanto-juvenil; minha opinião é clara, é explicitada, e fruto de estudo e de convicção, porque, também, me dedico há muitos anos, desde os 17 anos de idade, na alternância dos dias e das noites, a educação.

Tenho vários ginásios fundados, tenho Universidades, de maneira que se firmou em mim essa convicção, tanto como se firmou no Senador João Calmon, que é um homem também dedicado à educação, opinião em sentido contrário.

Então, eu perguntaria, se não se poderia conciliar as duas correntes alargando-se um pouco esse período de participação do MOBRL; não ser só de 5 ou de 9 meses, mas de 1 ano, 1 ano e 2 meses, 1 ano e meio, a fim de se dar oportunidade de inovar o processamento educacional brasileiro para não termos de ficar nesse compasso de espera até o ano 2200.

O item final da minha pergunta é para provocar o Presidente do MOBRL, no sentido de se examinar a possibilidade de uma conciliação entre as duas correntes, entre a corrente que acha que é bastante e a que acha que não é bastante, esse período de participação do MOBRL infanto-juvenil.

De maneira, Sr. Presidente, com relação as duas primeiras perguntas, a terceira funciona como pomba da paz.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Encaminhando as perguntas ao Professor Arlindo Lopes Corrêa, observando que a terceira pergunta é um juízo inteiramente de responsabilidade do Sr. Senador Eurico Rezende e não da Comissão, já que S. Ex^a está fazendo uma opção em torno da matéria. Peço-lhe, como foi formulada com muita clareza, responda-as independentemente de novos esclarecimentos do Relator.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O programa experimental MOBRL infanto-juvenil, que desejávamos disseminar pelo País, nos Estados que necessitassem e cujos responsáveis pelas Secretarias de Educação demandassem esse projeto — era de 9 meses de aulas consecutivas.

Em 5 meses se faria um trabalho, digamos, não semelhante mas equivalente ao que fazemos na alfabetização de adultos. Parcialmente, o material seria o mesmo, mas haveria a inclusão de materiais específicos de Matemática e de Comunicação e Expressão, elaborados para clientela nessa faixa etária. Os professores, os alfabetizadores, seriam treinados por nós, também, de uma maneira distinta de que treinamos os nossos alfabetizadores de adultos e receberiam um manual específico para o ensino de crianças; acompanhando o manual do alfabetizador de adulto, também distribuído, ser-lhes-ia entregue um encarte. A seguir, uma vez alfabetizado o aluno — acho essa observação muito importante pois se ele não se alfabetizasse em 5 meses, seria outra vez submetido ao mesmo curso de 5 meses, numa outra sala, num outro período — haveria mais 4 meses, que, em Porto Alegre, o grupo Pedagógico chamou de período de integração. Aí, o aluno, receberia os restantes componentes do chamado núcleo comum, que o Conselho Federal de Educação exige, para que então, testado ao fim desse período de quatro meses, voltasse a fazer a integração de quatro meses, ou ingressasse na segunda série ou na terceira, sempre de acordo com o resultado dos testes.

Então, seriam apenas nove meses, mas somente para aqueles alfabetizados, logo nos primeiros-cinco meses; mas poderiam ser quatorze, para aqueles que não se alfabetizassem na primeira tentativa; poderiam ser cinco mais quatro, mais quatro, ou dez mais quatro mais quatro, sempre dependendo do progresso do aluno. O que desejava era reintegrar o aluno no sistema de ensino formal, e, portanto, ele seria submetido a todo o ritual ortodoxo da aferição de conhecimentos. Só seria promovido ou integrado no sistema depois de ultrapassar com sucesso essas duas fases.

Quero frisar que o ensino é centrado no aluno, na sua individualidade; no MOBRL temos a pretensão de não procurar trabalhar para um aluno médio, porque, na realidade, esse aluno só existe estatisticamente, nas curvas de Gauss. Pretendemos trabalhar para o aluno alfabético: se precisar de mais cinco, fará dez meses. Todo o sistema MOBRL está caminhando nesse sentido. Posso dar um exemplo que está aqui à nossa porta: em Brasília não existem mais cursos de alfabetização — MOBRL com tempo fixo. Um aluno pode sair em cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze meses. Em Brasília, em qualquer classe de alfabetização que os Senhores visitem vão verificar que: primeiro, não há mais um período determinado para se alfabetizar; segundo, não há mais uma época determinada para o aluno começar a fazer parte da classe.

O aluno, ao chegar às nossas classes, em Brasília, é submetido a um teste; se ele é analfabeto e nunca participou do MOBRL, é

submetido a um teste e verifica-se qual é o seu nível, pois se procura dar um tratamento diferenciado dos grupos que têm diferentes níveis. Se ele, por ventura, ao fim de três meses, desejar deixar aquela classe porque, por exemplo, vai trabalhar numa obra distante — estava em Taguatinga e vai para o Gama — é testado ao declarar que deseja sair da classe do MOBRAL e leva consigo uma ficha com a qual se apresentará à nova classe, ao novo alfabetizador, para ser reintegrado num grupo de alunos cujo nível de escolaridade seja igual ao seu.

Essa experiência, que aqui se desenvolve, talvez seja um dos caminhos para resolvermos o problema daquele estoque, daquele grupo mais deficiente, com o qual vamos nos defrontar. É, também, uma possível solução para o problema dos migrantes, para aqueles que trabalham em obras civis e cujo período de permanência no trabalho é inferior ao período de cinco meses requeridos para o nosso curso.

Peço desculpas pela digressão, mas acho que ela é necessária para a compreensão da evolução, que estamos tendo no processo de alfabetização do MOBRAL. O Programa de Recuperação de Excedentes seria um curso, portanto, basicamente, de nove meses para aqueles que pudessem ter sucesso ao fim de nove meses, mas poderá ser um curso de quatorze ou de treze meses, dependendo do nível de conhecimentos atingido. Este curso levará à segunda ou à terceira série, de acordo com a *performance* do aluno. Nos experimentos, usualmente, a maioria foi conduzida à terceira série. Os experimentos, porém, de certa forma — é preciso ser bem honesto nisto — talvez tenham alguns vícios, porque num projeto experimental é possível dar uma supervisão, um treinamento muito mais acurado do que seria dado quando disseminássemos esse programa ao nível nacional.

Mas, como o MOBRAL possui uma rede de supervisão que nenhum outro sistema, educacional ou não, possui neste País, como esse sistema de supervisão tem a capacidade de treinar vinte e uma mil pessoas por mês, usando um tocador de fitas e murais didáticos, como essas supervisoras se deslocam e vão às classes, dando assistência técnica *in loco* ao professor, acreditamos que seria possível manter a *performance* dos experimentos, porque, também, pode ocorrer experimentos viciados em sentido contrário: os alunos escolhidos para tais experimentos são os alunos mais carentes e que têm maior índice de insucesso anterior no tocante à alfabetização.

Seria possível aumentar o prazo? Acho que de certa forma a pergunta está respondida. Mas, queria lembrar aos Senhores que nove meses é, na realidade, o período durante o qual funcionam, a cada ano as escolas brasileiras. Muitas escolas brasileiras atendem à exigência da Lei nº 5.692, de 180 dias letivos, mas pouquíssimas, em face do regime de três, quatro, cinco e até seis turnos existentes atendem à prescrição de 720 horas mínimas anuais. Na Capital paulista, o aluno, às vezes — depoimento da Professora Ester Figueiredo Ferraz a mim — há dois anos atrás, recebia uma hora e cinquenta minutos, apenas, de aula por dia e nesse regime, é impossível atender à prescrição das 720 horas mínimas anuais. De modo que nove meses correspondem, praticamente, a um ano letivo que se processa no sistema de ensino formal.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Sr. Senador Evelásio Vieira, pela ordem.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos uma série de indagações na tentativa de buscar informações, dados, elementos, subsídios que possam nos permitir uma avaliação dos resultados do MOBRAL. Há, inclusive, nesta série de indagações várias recolhidas do povo, já que somos intérpretes desse povo.

Eminente Professor Arlindo Lopes Corrêa, nenhuma das perguntas tem o sentido de atingir a instituição, como também não

tem o sentido de atingir aqueles que compõem o corpo diretivo do MOBRAL; é apenas no sentido de buscar resultados.

Em conferência que proferiu, no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, V. S^a confirmou uma queda de rendimento da campanha de alfabetização de adultos. Que tipo de queda ocorreu? Quais as causas mais responsáveis pela queda?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Professor Arlindo Lopes Corrêa, o Senador Evelásio Vieira formula uma pergunta com base em uma conferência que V. S^a pronunciou.

Acredito que a questão está colocada em termos objetivos, adoto-a e solicito a resposta.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sr. Senador, estou à disposição de V. Ex^a para responder a qualquer pergunta. Não posso sequer imaginar que qualquer uma delas tenha algum intuito negativo.

A queda ocorreu em 1973. Durante aquele ano, a nossa produtividade — chamando de produtividade a relação entre o número de alunos alfabetizados e o número de alunos conveniados — caiu muito em relação ao ano de 1972 e razoavelmente em relação ao ano de 1971.

Em 1970, de cada 100 alunos conveniados, 34 eram alfabetizados, havia uma razoável perda por evasão e depois uma grande perda por reprovação.

A evasão não é um grande problema no MOBRAL, porque a mesma é a menor constatada ao nível internacional em movimentos de alfabetização; é uma perda de cerca de 15%. Mas, a reprovação é bastante elevada, e normalmente tem atingido a quase 50% dos alunos. Então, ao fim do curso, pouco mais da metade são considerados alfabetizados.

Em 1970, eram 34 alunos, em cada 100, que se alfabetizavam; em 1971, esse número passou a 42; em 1972, passou a 48%, ou seja, de cada 100 alunos 48 logravam sucesso; em 1973, o número caiu para 36. Felizmente, em 1974, conseguimos melhorar de novo e atingir 41%.

Neste primeiro semestre, pelas estimativas decorrentes do primeiros resultados, acreditamos que ainda vamos melhorar, chegando a 43%.

Por que ocorreu essa queda de rendimentos? Há duas forças presentes nesse fenômeno, sobre as quais estamos a nos indagar cotidianamente. De um lado é o problema do grupo a que me referi, mais e mais desfavorecido; que temos que atender, grupo esse que é culturalmente mais deficiente em função das distâncias aos pólos mais desenvolvidos; grupo que tem maiores carências em termos de saúde, nutrição, problemas de visão mais agudos, constituído de pessoas que vão estudar em classes desprovidas de luz, enfim, e de qualquer outro conforto, pois apenas 30% das classes do MOBRAL, dispõem de luz elétrica. No ano passado, 40% das classes do MOBRAL não tinham nem lâmpião, funcionando na base da lamparina improvisada, que, em essência, é uma torcida que se mergulha num combustível, como querosene.

Então, essa é uma força a pressionar no sentido de que a nossa produtividade, no atendimento a uma clientela cada vez mais carenciada, diminua.

Mas, há uma outra força positiva: é a nossa experiência crescente. O MOBRAL tem se aperfeiçoado em termos técnicos. Lembro aos Srs. Senadores que construímos esse movimento partindo de uma experiência que não existia — o MOBRAL é uma experiência inteiramente brasileira, — usando recursos humanos que a Universidade até hoje não forma; não há nenhuma Universidade preocupada em formar especificamente educadores de adultos, orientadores para adultos; enfim, partimos do zero. Usamos o *approach* do ensaio e erro; já erramos muito, provavelmente iremos errar menos no futuro.

A nossa experiência é então a força positiva.

Aqui, nesse período, creio que houve um outro fator que causou um reajustamento no sistema.

Tenho a impressão que em 1973, houve maior rigor na avaliação dos nossos alunos do que havia nos anos anteriores. Por quê? Porque a avaliação está totalmente a critério do alfabetizador. É claro que ele é, digamos, vigiado pela opinião pública, pela Comissão Municipal, mas é nele que repousa a avaliação.

Em 1973, implantamos a nossa supervisão: foi uma das primeiras metas fixadas quando cheguei ao MOBRAL como Secretário Executivo. E a simples existência da supervisão e a idéia tradicional que se tem da supervisão — não como um mecanismo de assistência técnica, de aperfeiçoamento gradual, de treinamento, mas sim como um mecanismo de inspeção — o simples fato de que há essa deformação do entendimento do que seja supervisão e por ter, essa nova força, sido colocada em campo, isso pode ter redundado num maior rigor na aferição dos alunos do MOBRAL.

Em 1973 foi, portanto, um ano em que registramos uma queda substancial do nosso rendimento; mas, em 1974, a tendência já parecia modificar-se.

O que vai suceder, Senador, é imprevisível. E digo isso com a maior sinceridade. Poderia dizer que: não, vamos progredir sempre! Mas, é realmente imprevisível, porque não sabemos até que ponto chegam as carências desses que compõem esses grupos de 11 milhões e meio de analfabetos que ainda temos a atender.

Uma coisa é verdade, o MOBRAL mantém uma grande capacidade de mobilização. No ano passado, dos analfabetos existentes no Brasil, conseguimos colocar em sala um terço. E cresceu, em 1974, a nossa grande capacidade de alfabetização, embora o número absoluto tenha caído em relação, por exemplo, a 1972. Em relação ao número de analfabetos existentes no início do ano, alfabetizamos mais; em termos relativos, alfabetizamos 14% dos analfabetos existentes no Brasil.

Se conseguiremos manter essa performance? É impossível dizer-se! Não me foi perguntado, mas acho que é um dever usar de sinceridade e dizer que tudo faremos para mantê-la, mas não podemos, absolutamente, assegurar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — É verdade que nas áreas rurais se encontram 70% dos alunos do MOBRAL e que cerca de 2 milhões e meio desses alunos foram reprovados depois de frequentarem seus cursos?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Sr. Relator.

O RELATOR (José Lindoso) — Dada a objetividade da pergunta, adoto-a e solicito ao Sr. Arlindo Lopes Corrêa respondê-la.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O MOBRAL é, eminentemente, desde 1973, um movimento da área rural. Sessenta e sete por cento dos nossos alunos, no ano passado, estavam em classes na zona rural. É provável, que o número 70% seja atingido este ano mas ainda não temos todos os dados. O MOBRAL já firmou convênio para 19 milhões e 400 mil alunos; como 30% dos alunos reprovados ou evadidos em convênios anteriores voltam ao MOBRAL, trabalhando matematicamente esses dados, chegamos à conclusão de que, até hoje, passaram pelo MOBRAL — embora sejam 19 milhões de matrículas — 12 milhões de pessoas, ou seja, 7 milhões de evadidos e reprovados voltaram. Desses 12 milhões, alfabetizamos 8 milhões e 4 milhões foram reprovados ou se evadiram alguma vez. Desses, alguns terão sido reprovados duas ou três vezes. Geralmente, depois da terceira vez, eles não voltam. Nas condições atuais de mobilização, existe 1 milhão de brasileiros que já passaram pelo MOBRAL, não lograram alfabetizar-se e, mantidas

as condições de mobilização de que dispomos hoje, não voltarão jamais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Esses fatos estariam a indicar uma tendência para o desperdício de esforços e de dinheiro, a ponto de um editorialista de O Jornal do Brasil afirmar que: “alunos e MOBRAL parecem estar transportando água num cesto”?

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Adotando a pergunta, peço ao Professor que a responda.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Lembro-me bem desse editorial, por acaso. E, se V. Ex^a me permite, essa expressão “carregar água num cesto” não derivava de uma apreciação do MOBRAL em si; mas, sim, da entrada desse contingente de 500 mil novos analfabetos na faixa de quinze anos de idade. Ainda, assim, vou respondê-la como se fosse uma pergunta referente ao MOBRAL.

Nesses onze projetos a que me referi — dos quais sou um dos avaliadores para uma tomada de decisão do Fundo Especial acerca de, se deveria ou não continuar a financiar esse tipo de projeto — foram atendidos 1 milhão e 60 mil alunos, com dispêndio da ordem de 30 milhões de dólares. Mas não o dólar com o valor de hoje; valia mais o dobro do atual, porque esses projetos começaram em 67 e terminaram, alguns em 1972, outros, em 1971, outros mais em 1970, além dos interrompidos em 1969 e até 1963, se não me engano. Então, gastaram-se 60 milhões de dólares para atender 1 milhão de alunos, o que daria um custo, por aluno atendido, nos dias de hoje, de 60 dólares por aluno. Mas, conforme as estatísticas de que dispomos — só de quatro países — verificamos que apenas 30% dos alunos chegaram ao fim, ou seja, houve uma evasão, nesses 4 países, de 70% dos alunos, quando a que se verifica no MOBRAL, é de 15%. Em três países o programa foi interrompido. As taxas de alfabetização não são conhecidas por esses projetos, porque foram feitos testes de leitura, de escrita, de cálculo, mas — isso é um pouco estranho num projeto experimental — tem-se as taxas de aprovação, percentual em leitura, escrita e cálculo, mas não se tem as taxas daquelas que foram bem sucedidas ao mesmo tempo nas três modalidades de testes. Mas mesmo que fosse 100%, isso ainda significaria um custo de 200 dólares por aluno. O nosso custo por aluno alfabetizado não chega a 13 (treze) dólares!

Então, para responder à pergunta de V. Ex^a, eu precisaria interpretar esta expressão “carregar água num cesto”, porque, para definir até que ponto é possível, é desejável, caminhar-se no sentido de alfabetizar mesmo o resíduo, aqueles que encontrarão grandes dificuldades para aprender, é preciso saber a que custo nos referimos.

A sociedade brasileira terá que definir qual é o custo máximo que ela está disposta a pagar, para alfabetizar uma pessoa. Se o custo de hoje é de 12 dólares, considero que ele está muito longe, ainda, do que nós devemos e podemos pagar para alfabetizar um aluno.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Quantos voluntários, entre monitores e professores leigos, ainda, continuam ministrando o ensino programado pelo MOBRAL?

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Adoto a pergunta e solicito seja respondida.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Os alfabetizadores do MOBRAL não são propriamente voluntários; eles são semivoluntários, pois recebem uma pequena gratificação. Para uma turma de vinte alunos, o MOBRAL paga, hoje, cerca de 140 cruzeiros mensais, como gratificação. Os voluntários do MOBRAL são os componentes das Comissões municipais e dos Grupos de Apoio, que atinge o número de 35 mil pessoas.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Área urbana e rural?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sim. O maior esforço do MOBRAL é na área rural — como V. Ex^a mesmo mencionou cerca de 70% das nossas classes devem, hoje, estar na área rural; o número médio de alunos na área rural, por classe, é um pouco inferior ao

da área urbana. De modo que, a qualquer dia em que se tire o retrato do MOBREAL, deve haver cerca de 120 mil alfabetizadores em operação; 60%, cerca de 70 mil estariam na zona rural.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — De acordo com a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, está prevista uma redução gradativa dos percentuais da Loteria Esportiva. Por esta redução, o MOBREAL sofrerá uma diminuição dos seus recursos em 1976, da ordem de 13,79%; em 77, de 20,74%; em 78, terá uma redução que irá a quase 29%. Como justificar essa redução tão sensível, tendo em vista os problemas sociais, aos quais o Governo quer canalizar os recursos do MOBREAL? Devem ser considerados efeitos ou consequências dos graves problemas educacionais, sobretudo do analfabetismo?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — O Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Solicito ao professor responder.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Com a lei de 1º de janeiro deste ano, se não me engano...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Não, a da redução é de 9 de dezembro de 1974.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Exatamente. Com esta lei, o MOBREAL perderá 10%, anualmente, da sua receita da Loteria Esportiva. Este ano perdeu 10%, no próximo ano perderá 20%, no ano seguinte 30%, no seguinte 40%, até chegar a 50%. Isso significa para nós um ônus muito grande, em termos de imaginação criadora, de racionalização, para podermos continuar mantendo o nosso movimento com o dinamismo que o caracterizou todos esses anos. Todavia, há uma possibilidade de nós nos ressarcirmos dessas perdas, porque o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social é um Fundo ao qual podemos concorrer, pela apresentação de projetos. O Projeto de Recuperação de Excedentes visava obter, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, para este ano, quase 100 milhões de cruzeiros para sua realização. Infelizmente só havia 73 milhões de cruzeiros para doações no Fundo — 20 saído de nós, uma parte da LBA, outra parte do esporte. Financiamento a fundo perdido, para usar o jargão técnico... Refizemos então o projeto, diminuindo a nossa meta para 1 milhão de alunos e requerendo 69 milhões de cruzeiros para sua realização, até que o Sr. Ministro decidiu não dar andamento, sustar o programa de recuperação de excedentes. Mas nada impede que voltemos a apresentar projetos, e assim já o fizemos.

Apresentamos um projeto visando a deflagrar, no Nordeste um programa de educação sanitária, em consonância com o Ministério da Saúde. Embora isso não esteja concretizado, tudo indica que vamos receber 8 milhões de cruzeiros para, nessa atuação conjunta, realizar nosso curso de educação sanitária concomitante à alfabetização e seguindo as diretrizes traçadas num grupo de trabalho conjunto com o Ministério da Saúde. Foram recursos que saíram, estavam vinculados ao MOBREAL, mas que continuam à disposição do setor social, o que significa que o setor social não vai perder esses recursos; eles vão ser redistribuídos entre os vários órgãos que atuam na área. Isso é o que está sucedendo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Indago se o ilustre Senador deseja fazer mais alguma pergunta.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Várias. Aplaudimos entusiasticamente o ensino de iniciação profissional, aplaudimos também o ensino profissionalizante. O MOBREAL entrou no setor de iniciação profissional diante da incapacidade de outros órgãos responsáveis pelo ensino profissionalizante no Brasil?

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Adoto a pergunta e solicito ao Professor que formule a resposta.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O Brasil tem uma capacidade de treinamento profissional, em nível de qualificação e semiquificação, para pouco mais de 500 mil pessoas por ano.

Com uma força de trabalho de cerca de 37 milhões, é fácil verificar que 500 mil ou 600 mil oportunidades de treinamento estão muito abaixo das nossas necessidades, até de reposição pela obsolescência das habilidades adquiridas. Por que ocorre isto? Aí eu não vou me sentir muito à vontade, porque já estou começando a me movimentar dentro de uma área da qual não posso dizer que esteja alheio, mas da qual, afinal, o MOBREAL é um pequeno fragmento. Por que isso acontece? Porque o treinamento, feito mundialmente — não é um problema brasileiro, é um problema mundial — é uma atividade extremamente cara, pois as concepções tradicionais de treinamento exigem pesadíssimos investimentos, em construções, equipamentos e não dispõem da flexibilidade que seria necessária para se ajustar às demandas do mercado de trabalho.

De modo que é muito corriqueiro estabelecer-se um grande centro de treinamento, equipado de maneira sofisticada, para formar indivíduos numa profissão na qual vamos atender a uma enorme demanda — que os economistas chamam de demanda reprimida — demanda essa que se foi se acumulando pelo déficit do passado. Nesse momento, arma-se então uma grande estrutura, para atender a uma demanda reprimida, acumulada durante muitos anos. Ao fim de 4 ou 5 anos, atende-se à demanda reprimida e resta agora, a cada ano, apenas o crescimento vegetativo para atender o que geralmente é uma fração de 5%, uma fração desprezível daquela para a qual se montou aquela estrutura toda. Começa-se a gerar um dos dois problemas: ou a capacidade ociosa ou um excedente de profissionais, que o mercado não está a exigir. É comum também que, ao fim desse período, a tecnologia tenha avançado tanto que a obsolescência já tenha tomado conta daquela profissão e ela até não só esteja obsoleta, mas até já inexistir. O treinamento é caro. E eu abordei apenas uma das facetas do problema. Há outros fatores que tornam o treinamento caro. Um País em desenvolvimento, como o Brasil, em consequência, tem uma capacidade de treinamento reduzida. Consequentemente, aqueles que dispõem do comando sobre as prioridades são obrigados a sacrificar alguns tipos de qualificação, alguns níveis de qualificação, em detrimento de outros que consideram mais estratégicos e mais rentáveis, porque treinamento não é como Educação geral; o treinamento é utilitário, está dirigido a uma necessidade muito específica, o que aliás é a sua grande debilidade. O treinamento, mais e mais, perderá sua importância, na medida em que as mudanças tecnológicas vão se processando com maior rapidez.

O treinamento é caro, nem sempre é possível fazê-lo adequado às exigências do mercado de trabalho, porque ordinariamente também as pesquisas sobre mercado de trabalho são mais caras do que a formação dos próprios profissionais e há muitas dificuldades na realização desses projetos, nesses estudos de demanda de mão-de-obra porque, nos níveis de qualificação mais baixa, é preciso fazer estudos quase em cada bairro, para que eles sejam realmente profícuos para se tomar decisões. De modo que o treinamento é um setor que está necessitando de uma grande revolução, no mundo todo. Daí, a posição que propuz para o treinamento dentro do sistema de Educação permanente, que apresentei à Comissão Edgar Faure. Eu não tive oportunidade de dizer, mas essa Comissão pediu um trabalho de trinta e cinco educadores, em todo o mundo, e esses trabalhos subsidiaram seu livro "Aprender a Ser". Por acaso, eu fui uma das pessoas, isto é, um dos dois educadores brasileiros participantes; o outro já foi citado pelo Senador João Calmon, o Professor Paulo Freire. Fizemos monografias para esse grupo, para essa Comissão. Nessa monografia, eu propunha um sistema de Educação permanente; não mais apenas a filosofia da Educação permanente que já era vitoriosa, mas um mecanismo que propiciasse, que tornasse exequível, a realização desse sonho de todos os países; o sonho de se estabelecer um sistema de educação permanente.

Nessa minha idealização, eu atribuo uma grande importância à educação geral e procuro minimizar a importância do treinamento. A Educação geral, a meu ver, deve ser cada vez mais extensa no tempo, permanente; e o treinamento, o mais específico, o mais rápido e o mais barato possível, porque ele vai conferir habilidades que vão se tornar, inevitável e rapidamente obsoletas. E ele não tem valor formativo, na realidade. Ele é um instrumental de trabalho, apenas.

Eu proponha que, para solucionar o problema dos custos elevadíssimos, se fizesse uso de algumas inovações. Uma delas: treinamento somente na empresa, porque ela já dispõe do prédio, dos equipamentos e amortiza esse investimento, nos seus produtos; além disso, dispõe de recursos humanos capazes de operar o equipamento e, portanto, capazes também de transmitir — após uma pequena adaptação, em termos de didática — aos treinandos, o que eles precisam aprender.

Se a tecnologia mudar e aquela empresa não conseguir manter um custo competitivo, ela se reequipa, e ao reequipar-se, evita que os novos treinandos se tornem obsoletos, em termos de habilidade. O mesmo não pode suceder na escola. Não é possível pretender arcar com o ônus de um reequipamento periódico, cuja periodicidade diminui cada vez mais. Sim, pois o número de anos em que é preciso reequipar-se, para não se tornar obsoleto, vai-se reduzindo, mais e mais. E onde se amortiza o custo da utilização desse equipamento? Como utilizá-lo intensivamente? Sempre haverá capacidade ociosa. Então, já que se quer Educação permanente, já que se quer que todos nós sejamos, de alguma forma, alunos potenciais, estudantes durante toda vida, é preciso que também toda a sociedade seja uma sociedade docente. Se toda a sociedade é discente, toda sociedade tem que ser docente. Portanto, toda comunidade tem que estar envolvida no processo educativo. A empresa tem que ser uma agência de Educação, também; tem que ser parte do sistema educacional.

Outra proposta: como o treinamento se torna obsoleto muito rapidamente, e tanto mais obsoleto e mais caro quanto mais específico ele é e porque sendo muito específico, só se pode treinar um número muito reduzido de pessoas, ao mesmo tempo, com o mesmo material didático, o mesmo equipamento etc, há uma outra possibilidade de melhorar o quadro: é treinar por famílias ocupacionais e não mais por profissões. Ao treinar por famílias ocupacionais, conferimos ao homem maior capacidade de se adaptar às exigências do mercado de trabalho, porque ele tem as habilidades básicas, não mais uma única profissão, mas de um conjunto de profissões. E a especificidade última da ocupação que ele vai exercer, ele a obtém no próprio exercício da profissão. Por que, na realidade, sempre que vamos começar um trabalho novo uma empresa nova, mesmo que estejamos supertreinados, os primeiros meses acarretam perdas, porque precisamos realizar a adaptação a uma nova estrutura de métodos, de processos e equipamentos, às vezes. Então essa adaptação não seria nada mais, nada menos, do que o que já ocorre.

A concepção de trabalhar por famílias ocupacionais já está idealizada há algum tempo; apenas não está implementada. E é o que estamos prestando modestamente. Já começamos a fazer isso em Santa Catarina e estamos procurando descobrir esse caminho, como pretendemos ter descoberto o caminho para alfabetizar em massa, caminho esse que nenhum outro país, pelo menos os ocidentais sobre os comunistas muito se fala, mas nada se mostra — ainda tinha achado.

Somos ambiciosos, mas creio que, num país como o nosso, com as nossas potencialidades, é preciso ousar, para que atinjamos um resultado condizente com as nossas aspirações e com as nossas potencialidades.

Há uma crise mundial da educação — isso é reconhecido unanimemente — e essa crise inclui o treinamento.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Diante da exposição feita por V. Exª na manhã de hoje, compreendemos a angústia em conduzir o MOBRAL, também, para a área Infante-Juvenil.

Então eu pergunto: O ensino às crianças entre 9 e 14 anos, pelo MOBRAL, não seria o MEC estar reconhecendo a falência do ensino básico?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Transfiro a pergunta ao Professor Arlindo Lopes Corrêa.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não creio que essa expressão — reconhecer a falência do ensino básico — seja totalmente adequada.

Em todas as atividades humanas existem valores positivos e valores negativos. Temos consciência de que o MOBRAL deve ter inúmeros defeitos. Procuramos — creio que posso dizer isto com tranquilidade — o aperfeiçoamento gradual. Sempre que nos deparamos com o que consideramos um equívoco, um erro, procuramos melhorar esse ponto.

Mas, Sr. Senador, o problema do congestionamento da primeira série primária brasileira, não é um problema educacional, meramente. Existem fatores endógenos ao sistema educacional que estão, certamente, a fazer com que o estrangulamento continue se verificando. Mas, existem fatores exógenos e estes derivam do estágio de desenvolvimento em que nós encontramos: de não podermos dar assistência, à gestante; de não podermos dar, à criança, toda a assistência de que ela necessita desde o nascimento até o seu ingresso na escola; de não podermos fazer chegar os meios de comunicação de massa a todos os recantos do País, com as mensagens que poderiam ser consideradas mais adequadas; de não dar, àqueles que estão em vários pontos do nosso País, acesso aos jornais, a periódicos, a livros. Enfim, há uma soma de fatores de caráter cultural, de caráter social, de caráter econômico, que *a priori* já colocam o aluno, a criança brasileira, numa posição desvantajosa em face do sistema educacional.

Respondendo mais objetivamente à pergunta de V. Exª, esses fatores negativos tendem a ser minimizados, pelo empenho cada vez maior do Governo em resolver os problemas sociais brasileiros, mas sempre existirão em alguma medida.

Então, é preciso também trabalhar do lado do sistema educacional, para eliminar os fatores endógenos que estão a perturbar o seu pleno desenvolvimento.

Em termos de educação formal, o próprio nome já indica a situação. Comparando o ensino formal com o Ensino Supletivo tem-se, de um lado, uma série de formas mais ou menos rígidas de atuação, contrapostas a formas flexíveis de atuação. Tem-se de um lado a institucionalização ao longo do tempo, de uma série de procedimentos que, com o correr dos anos, às vezes, geram contradições dentro do sistema.

O Ensino Supletivo, dada a sua flexibilidade, por ser mais novo, porque atrai mais os pedagogos inovadores e porque permite mais experiências, tem maior flexibilidade e maior capacidade de adaptação.

Acredito que pugnar pelo Programa de Recuperação de Excedentes não significa reconhecer ou atribuir falência ao sistema de ensino formal: significa atribuir à coordenação entre o sistema de ensino formal e o sistema de ensino supletivo a capacidade de resolver problemas que, isoladamente, um e outro não poderiam resolver, se isolados e estanqueizados.

Creio que é um caso típico da moderna análise de sistemas em que o todo é maior que a soma das partes.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Quais os salários dos dirigentes das Organizações, em seus vários níveis?

O SR. RELATOR (José Lindoso) — O professor estaria convidado, em face da pergunta, a fazer considerações relativamente ao problema salarial do MOBRAL.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Como disse, ao responder a uma pergunta anterior, tivemos no MOBRAL que criar e partir do nada. E tivemos sucesso, ousou dizer. E qual é a mola propulsora da criação? O homem. O homem qualificado.

O MOBRAL tem um corpo de funcionários do mais alto nível e não é por outro motivo que, periodicamente, são convidados por

outros países, com salários altíssimos, para neles trabalharem. Existem, pelo menos, umas cem pessoas no MOBRL que têm nível internacional; nível para se tornarem peritos internacionais. É um pessoal escasso, porque não existe nenhuma Universidade formando pessoal especificamente para educação de adultos.

O MOBRL é uma organização que, em termos administrativos, é extremamente complexa e é fácil imaginar o porquê: chega a 3.953 municípios deste País, ou seja, a todos eles, o que implica num sistema logístico excepcional. Tem, em cada um deles, funcionando, o seu sistema de informações, que é o maior sistema de informações existentes neste País; em termos de extensão territorial talvez seja o maior existente no mundo. Tem que ter uma tremenda agilidade comercial, porque uma grande parte das suas despesas é feita na aquisição de material didático, e nas negociações para esta compra de material didático é preciso contar com grupos altamente qualificados em custos da Indústria Editorial e Gráfica, com uma avaliação criteriosíssima dos conteúdos de todo o nosso material, dada a sua importância.

Nossos jornais chegam a 2 milhões e 700 mil leitores diretamente, mas atingem, no mínimo, a 15 milhões de pessoas. Qualquer linha, em nossos jornais, é importantíssima, porque ela chega a todo País e a 15 milhões de pessoas.

Nosso programa de rádio tem um índice de audiência fabuloso no Rio de Janeiro: índice de 12%, aos domingos pela manhã. E isso se reproduz em todo o Brasil: são milhões de pessoas que estão ouvindo este programa e a responsabilidade de produzi-lo tem que recair em pessoas altamente qualificadas.

Além disso, para trabalhar no MOBRL, em que o regime não é apenas de full time, é de full life, é preciso ter uma dedicação excepcional.

E, se forem ao MOBRL verificarão o engajamento daquele grupo. Um engajamento como poucos grupos podem ter. É um pessoal do mais alto nível.

Um pessoal do mais alto nível, escasso, motivado, muito solicitado, necessariamente deve ser bem remunerado. Seremos bem remunerados?

Eu diria que é débil a situação no MOBRL, em termos de remuneração, se fizermos uma comparação com empresas estatais e empresas privadas, com as quais concorremos, porque o pessoal que administra o sistema logístico do MOBRL, sua gerência financeira, sua gerência de apoio etc., é um pessoal cobiçado pela empresa privada.

O MOBRL paga acima do mercado para os níveis de qualificação inferior e isso faz parte da nossa própria filosofia; porque afinal um órgão com as características do MOBRL não poderia deixar de adotar um tratamento mais condizente com as nossas aspirações nacionais de distribuição de renda. O pessoal mais qualificado ganha muito abaixo do mercado. Esse é o quadro.

O ponto de equilíbrio ocorre muito próximo do início da escala salarial. Os nossos salários, ademais, são fixados por um Conselho de Administração composto por pessoas que são totalmente independentes da estrutura do MOBRL e nomeadas pelo Ministro da Educação.

Posso deixar para V. Ex^{ts} uma tabela que contém esses salários. Para ser bastante indiscreto em relação a mim, direi que ganho 23 mil e 400 cruzeiros, incluindo tudo o que recebo. Tenho um Secretário Executivo, que recebe 18.850 cruzeiros, que é o homem que administra o MOBRL: o Presidente formula a política, o Secretário Executivo administra o MOBRL. Tenho 3 Assessores Especiais, que recebem 14.950 cruzeiros; há ainda um Assessor Especial que é requisitado pelo Ministério da Previdência Social e que recebe este mesmo salário, mas não trabalha no MOBRL. Ele foi nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Previdência Social, para ser o Secretário da Assistência Social.

Para esse nível de remuneração só podemos ter o Secretário Executivo e esses 4 assessores: a dotação máxima que o Conselho nos concede é para essas 5 pessoas.

Temos o nível imediatamente abaixo, para 2 pessoas, com 14.173 cruzeiros. A nossa remuneração mais baixa é de 1.077 cruzeiros. Eu me esqueci de citar o Salário-Alimentação. Há um adicional que varia de 234 cruzeiros por mês a 1.248 cruzeiros no nível máximo.

Quando o funcionário viaja e recebe diárias, ela é descontada nesse Salário-Alimentação dos dias em que recebe as diárias.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — A verba gasta em material didáticos, e as firmas fornecedoras.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Transfiro a indagação para esclarecimentos ao professor Presidente do MOBRL.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O material didático é alvo do seguinte tratamento: o material didático dos nossos cursos só é adotado pelo MOBRL depois que a empresa tem o seu material avaliado por uma assessoria, que existe só para isso. A empresa deve correr o risco de fazer uma primeira edição para realizar um experimento, no qual se avaliará se esse material didático é adequado ou não.

Se o experimento é bem sucedido, essa firma está habilitada, nas mesmas condições de preços que as demais, já donas deste mercado cativo, a fornecer o material didático para o MOBRL.

Quando chegamos ao MOBRL existiam 3 materiais de alfabetização: da Editora Abril, da Editora Block, e da Editora José Olympio. Posteriormente, avaliações pedagógicas sucessivas nos levaram a adotar mais dois materiais. Considerações comerciais também influíram porque é preciso ampliar o número dos que detêm o mercado cativo: incorporaram-se a Editora Primor e a LISA. A José Olympio, submetida a uma avaliação mais rigorosa — tinha iniciado a fase de experimentação pouco antes de entrarmos para o MOBRL — foi suprimida. Então, ficaram 4 empresas.

Este ano, a LISA, não participou porque requereu concordata. Havia também uma controvérsia sobre os direitos autorais, em decorrência do processo de concordata. Este ano, foram a Primor, a Block, e a Abril. No que concerne à Educação Integrada, Abril e Block são as detentoras do mercado e a Editora Primor está na fase experimental.

O nosso procedimento é o de manter o maior número possível de editoras, mas não um número que exceda certos limites, porque, nesse caso, viremos a perder economia de escala, porque as tiragens se reduzirão e os custos unitários aumentarão.

Então, nesse tipo de aquisição de material, não há concorrência, a não ser a concorrência de qualidade: o preço é fixado através de negociações das quais participam as editoras, o Presidente e o Conselho de Administração, que é consultado — sigilosamente, é evidente — e se põe ou não de acordo com o nosso posicionamento junto às editoras.

É preciso dizer que o custo de nosso material é muito baixo. Não sei se dispomos desse material aqui, no momento.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Se fosse possível, eu tinha interesse no gasto do material didático.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Eu já vou chegar lá.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — ... e também publicidade, até 1974, e no ano corrente.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O custo de nosso material didático — incorporando um livro de Matemática, uma cartilha e um livro de exercícios de muito boa qualidade, somando-se a isso o Manual do Professor, que acompanha cada 21 conjuntos de alunos, porque ele também ganha um conjunto do aluno, 20 posters plastificados, cartões com as palavras geradoras e cartões com as famílias silábicas — sai a um preço de Cr\$ 5,50 por aluno.

Não sei se será maçante para a Comissão, mas remeterei para ela todo o material didático adotado pelo MOBRL.

Se adicionarmos a esse custo dois outros livros que distribuímos — um deles a partir do terceiro mês e outro a partir do quinto mês, — o jornal mural mensal da classe, e jornais que recebem os alunos a partir do terceiro mês, quando começam a ler e a escrever, tem-se um custo total, por aluno alfabetizado, de 8 cruzeiros e 82 centavos. É um material didático que os senhores poderão comprovar, talvez nossos filhos não tenham igual, em termos de qualidade.

O mesmo sucede em relação à Educação Integrada, sendo que aí os custos são maiores e chegam a Cr\$ 13,82 por aluno, mas aí está incorporado, inclusive, um pequeno dicionário das palavras mais corriqueiras, e há o jornal mensal.

Todas as classes de alfabetização, como já disse, recebem mensalmente um jornal mural, com instruções para as professoras de como explorar os temas e um espaço em branco no jornal mural, onde os alunos fazem seu jornalzinho da classe, etc.

É uma tentativa de colocá-los dentro da era gutemberguiana, de familiarizá-los não só com a leitura do jornal mas com a feitura de um noticiário comunitário ou da classe.

Prevíamos a crise do papel, e por termos previsto essa crise, a partir de 1973 começamos a estocar.

Vejam como é complexa a nossa operação. Evidentemente, dispondo da genialidade do Presidente Mário Henrique Simonsen, àquela época, e do seu grande conhecimento sobre a economia mundial, não foi difícil prever o que iria suceder no caso do papel.

O fato é que estamos e já estamos prevendo que, no próximo ano — e isto já começa a ocorrer — o papel terá diminuído de preço outra vez, o que nos colocará numa posição de novo mais vantajosa.

Quero lembrar, todavia, que, apesar do custo do papel ter subido, no decorrer de 1974, por exemplo 90%, o aumento do nosso material didático não excedeu 30%.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Professor Arlindo, V. S^a nos encaminharia isso posteriormente?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Agora já tenho esses dados: em 1971, gastamos 16 milhões e meio, em material didático; em 1972, 50 milhões e 7 mil cruzeiros; no ano seguinte, passamos para 57 milhões e 993 mil cruzeiros; em 1974, baixamos para 44 milhões e trezentos mil cruzeiros, porque começamos a diminuir nossos estoques; este ano não gastaremos mais de 30 milhões de cruzeiros; chegaremos ao estoque zero, porque aí há uma convergência de dois fatores: estocamos e agora está na hora de soltarmos o estoque, porque há conveniência comercial e porque o MOBRAL, em termos relativos, dispõe este ano de menos 30% de recursos, do que dispôs no ano passado. E no ano passado já dispôs de menos 10% do que dispunham em 1973.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — E a publicidade?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — A publicidade que se faz para o MOBRAL é excepcional em termos de quantidade.

Mensalmente nos chegam, só do jornal *Lux*, 2 mil recortes sobre o MOBRAL. Como esses recortes, creio, são coletados apenas em 13 Capitais, ou pouco mais do que isso, avaliamos que se tomarmos o Brasil como um todo, o MOBRAL terá cerca de 10 mil notícias mensais.

Srs. Senadores, o MOBRAL não seria possível sem a colaboração dos veículos de comunicação social. Como pagar 10 mil notícias por mês, se os Associados, por exemplo, nos cobrassem pelo espaço ou tempo nos seus veículos? Isto é rigorosamente seguido por todos: o MOBRAL jamais gastou um único centavo em espaço ou tempo. A única despesa que o MOBRAL tem para o pagamento de publicidade fixa — despesa fixa — resulta de um convênio que mantemos com a Agência Nacional, dentro do qual pagamos 15 mil cruzeiros por mês àquela Agência governamental para veicular as notícias de nosso interesse e que são passíveis de veiculação por ela. As outras despesas correm por conta da fabricação de filmetes, sempre focalizando centralmente pessoas altamente representativas na vida

brasileira, artistas, como Chico Anísio, Roberto Carlos, Pelé, Jairzinho, a seleção brasileira, Grande Otelo, Regina Duarte e outras personalidades, às quais jamais pagamos um único centavo também, e que se sentem promovidas em participar desse tipo de auxílio ao MOBRAL. São filmes, que temos que veicular por todo o País e são cartazes aos milhares, para os 3.953 municípios brasileiros. Esses filmes geralmente são, no máximo, três por ano.

De modo que as nossas despesas em publicidade — não estou com os dados aqui — este ano estão em Cr\$ 190.000,00, que representa o custo de duas páginas de uma revista de bom nível. O Senador João Calmon poderia dizer que é talvez um pouco mais: duas páginas e meia, mas isso, para quem consegue dez mil notícias por mês, no mínimo, é insignificante.

No ano passado, nossa despesa foi maior: chegou, se não me engano, a Cr\$ 780.000,00, durante o ano todo, porque fizemos muitos cartazes, que estocamos e distribuímos este ano. Fabricamos adesivos para automóveis e para locais onde há afluência do grande número de público que queremos atingir.

De modo que, este ano, em resumo: Cr\$ 190.000,00. Não estou achando, eu tinha esta informação. Para o ano passado creio, Cr\$ 800.000,00 aproximadamente. E, este ano o equivalente a duas páginas de uma boa revista, isto somando a produção de filmes, cópia desses filmes, os cartazes, enfim, toda essa promoção que se vê pelo Brasil todo.

Tudo o que se diz, que se fala em relação ao MOBRAL não nos custa um único centavo, em termos de tempo nem de espaço.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Qual a proporção dos recursos destinados ao pessoal, que se encaminham respectivamente aos professores ou monitores e aos demais funcionários do setor administrativo?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Encaminho a pergunta ao Professor Presidente do MOBRAL.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — A maior despesa do MOBRAL é com os alfabetizadores, como não poderia deixar de ser.

Nas despesas com atividades-fim, gastamos 92% do nosso orçamento e 8% nas atividades-meios, de administração.

Em termos de pessoal, a maior despesa do MOBRAL recai, como disse, no pagamento de alfabetizadores, mas que deve ser considerada como uma despesa na atividade-fim, dado que a atuação dos alfabetizadores se faz junto ao aluno, no ato da realização da nossa atividade-fim.

O pagamento de alfabetizadores, em 1971, foi de Cr\$ 31 milhões contra uma despesa empenhada, total no MOBRAL, de Cr\$ 62 milhões foi a metade. Nesse primeiro ano, foi um ano da fase que chamaria heróica, do MOBRAL. Em 1972, para uma despesa empenhada de 149 milhões de cruzeiros, gastamos 60 milhões de cruzeiros em pagamento de alfabetizadores; em 1973, gastamos 88 milhões de cruzeiros em alfabetizadores, para uma despesa empenhada de 230 milhões de cruzeiros; em 1974, gastamos 96 milhões de cruzeiros com o pagamento de alfabetizadores, para uma despesa empenhada de 310 milhões de cruzeiros.

A despesa com pessoal: a nossa folha de pagamentos no MOBRAL central é de cerca de dois milhões, trezentos e noventa e sete mil cruzeiros por mês, dando um total, portanto, quase de 35 milhões de cruzeiros, isso no momento atual. Aqui se incluem todos os benefícios, inclusive salário-alimentação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O MOBRAL fez algum estudo sobre a situação dos seus formados?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Há estudos iniciados; um deles está sendo feito pelo Professor Carlos Langoni, sobre o que sucede com alunos do MOBRAL em termos de melhoria salarial ou

deterioração salarial — acreditamos que seja melhoria salarial. Ou seja, em termos de salário, qual o retorno em relação ao custo.

O resultado desse trabalho mostrará que o MOBRL é um investimento excelente. Pelo que disse hoje de manhã, acho que poderão aquilatar.

Como o custo não chega a Cr\$ 110,00 — se adicionarmos os custos das comunidades chegaremos a Cr\$ 150,00 ou Cr\$ 160,00 — se vier esse curso a aumentar o salário de cada um dos alfabetizados em Cr\$ 15,00 por mês ou Cr\$ 10,00 por mês, nós teremos um retorno ao ano de cerca de 100%. Em um ano resgatamos o que investimos. Não existe nenhum investimento, pelo menos os lícitos — desculpem a ironia — que dê um retorno de 100% a.a. Isso vem comprovar aquela tese de que a educação é, sob todos os pontos de vista, um investimento excelente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Teria o MOBRL dificultado a realização de pesquisas a respeito de seus trabalhos por entidades de fora?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não, ao contrário. Em 1973, quando o MOBRL tinha uma boa situação em termos de recursos, inauguramos um programa no qual financiaríamos a elaboração de teses de mestrado e doutorado desde que essas teses fossem do interesse do MOBRL; sobre o MOBRL ou sobre assuntos relacionados à nossa atividade, e nas quais o pesquisador tinha total independência.

Temos várias dessas teses publicadas. Uma delas, inclusive, mencionei hoje pela manhã, e creio que poderíamos deixá-las — porque elas estão aqui — em poder da Comissão.

Na última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, neste ano realizada em Belo Horizonte, se não me engano, no setor educacional existem cinco teses ou estudos sobre o MOBRL. Isso num total não muito grande.

As comunicações sobre educação não terão ultrapassado um número de 30; portanto são 15% sobre o MOBRL.

Eu identifiquei a origem da pergunta de V. Ex^a e, por isso, vou ser bastante claro na resposta, talvez mais objetivo do que o que me é pedido.

Creio que a Fundação Carlos Chagas se queixa de ter, em 1971 ou início de 1972, procurado junto à Coordenação Estadual do MOBRL, em São Paulo, realizar uma pesquisa e encontrou dificuldades.

Estou numa posição muito cômoda porque eu não era do MOBRL à época. Não sei que tipo de dificuldade foi colocada, mas talvez isso tenha sido motivado pelo fato de que o MOBRL se iniciara há 1 ano, 1 ano e meio, e que talvez, inclusive, uma pesquisa realizada tão próximo à entrada em operação da organização tivesse logo um vício de origem. Estar-se-ia pesquisando sobre uma organização ainda em gestação, na realidade.

Mas, de nossa parte, estamos abertos a qualquer tipo de pesquisa e não colocamos nenhuma dificuldade a isso. Temos, creio, mais de 100 trabalhos publicados sobre todos os aspectos da vida do MOBRL, inclusive sobre aspectos financeiros.

Não sei se dispomos desses trabalhos aqui, mas há um trabalho publicado que diz tudo o que gastamos, em que gastamos, quando gastamos, quanto gastamos. Tudo isso existe publicado, todos os dados estão públicos.

Agora, existem certos dados do MOBRL, realmente, que são dados considerados confidenciais. Por exemplo, temos um cadastro de todos os voluntários que trabalham para o MOBRL; são as lideranças locais deste País. São considerados confidenciais, por motivos óbvios, inclusive porque essas pessoas declararam seu salário e outros detalhes da sua vida que confiaram a nós. Não poderíamos abusar da sua confiança. Há outros fatores, também, que não permitem que distribuamos esse tipo de informação.

O MOBRL sabe, para 2.500 municípios brasileiros, quais são as rádios e as televisões que atingem esses municípios e só nós sabemos disso! Esses dados são confidenciais.

O Senador João Calmon compreenderá imediatamente por quê. Ou eles teriam que ser divulgados publicamente ou têm que ser confidenciais.

Por necessidade, fizemos esse tipo de levantamento pois temos um programa cultural de rádio, além da educação integrada, pelo rádio que foi testada no Rio Grande do Norte e que, no próximo ano, será disseminada por sete Estados e pretende chegar a todo o Brasil. Por isso precisamos fazer um levantamento do atingimento de todas as emissoras deste País.

Temos em gestação um treinamento de alfabetizadores pela televisão e pelo cinema. Por isso precisamos saber onde a televisão chega e onde ela não chega. Temos também um levantamento de todos os cinemas disponíveis e quais são as bitolas das máquinas, disponíveis nesses cinemas; se de 16 ou 35 mm. Agora, sobre a vida do MOBRL em si os dados estão abertos a qualquer pessoa que os deseje.

Nós, ao contrário de procurarmos escondê-los, queremos divulgá-los e queremos que trabalhem sobre eles, porque isso representará um acervo de experiências, de respostas às perguntas para as quais ainda não temos as respostas adequadas, que não nos custará nada e, portanto, nos será favorável.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Última pergunta: entrosamento MOBRL e demais órgãos do MEC?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O MOBRL mantém convênio com vários órgãos do Ministério da Educação.

Temos convênio com o Instituto Nacional do Livro e com o Serviço Nacional de Teatro. Com o Serviço de Radiodifusão Educativa — Projeto Minerva — temos um, no momento, e teremos dois o ano que vem, que será a expansão desse programa que experimentamos no Rio Grande do Norte — de Educação Integrada, pelo rádio — e temos o do Domingo-MOBRAL, que é esse programa cultural dos domingos. Temos convênio com o Serviço Nacional de Teatro, com a Campanha de Defesa do Folclore, com o Serviço Radiodifusão Educativa, com a Fundação Centro-Brasileiro de Televisão Educativa. Em convênio com o PIPMO — que era do Ministério da Educação e agora passou ao Ministério do Trabalho — pagamos por aluno treinado Cr\$ 65,00 e estamos pleiteando não mais pagar, porque a nossa situação financeira não permite a continuação desse tipo de compensação ao PIPMO pelo trabalho que realiza com os nossos ex-alunos. Isto dentro da área do Ministério da Educação, mas com outros Ministérios temos inúmeros convênios.

O MOBRL é uma obra a que se associam, necessariamente, vários órgãos públicos. Temos o precioso auxílio da Aeronáutica, que faz transportes de parte de nosso material didático; da Marinha, que faz transporte, também, e que nos dá armazéns para guardarmos nosso material; do Exército, que procede da mesma forma; do SERCA, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; do Projeto Rondon, que faz convênios sistemáticos conosco para mobilizar analfabetos para frequentar os nossos cursos; do Ministério da Saúde etc. Sem o concurso de todas essas organizações, algumas das quais não mencionei, seria difícil realizar tudo o que temos conseguido.

Somos parte do Ministério da Educação, sentimo-nos como tal e mais: somos parte de todo Governo brasileiro e temos nos comportado como tal. Precisamos da ajuda de todos.

Temos sido ajudados pelos órgãos públicos e pela classe política, em todos os níveis, desde o Prefeito, Vereadores, Deputados estaduais, Deputados federais, Senadores. Sempre tivemos o apoio de todos aqueles a cujas portas batemos. Sem isso, nossa tarefa seria irrealizável.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, uma breve intervenção, e aí peço licença a V. Exª, serei muito rápido. Apenas para complementar o elenco de indagações feitas pelo eminente colega, Senador Evelásio Vieira, que V. Exª solicitasse do Presidente do MOBRL, responder qual a situação das contas do MOBRL perante o Tribunal de Contas da União?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Faço uma pergunta direta ao ilustre Senador Evelásio Vieira. S. Exª já terminou a sua inquirição?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Peço ao Sr. Relator que formule a pergunta do ilustre Senador Eurico Rezende.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Solicitaria que V. Exª respondesse à pergunta feita pelo Senador Eurico Rezende e que adotamos.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — É incrível, saibam V. Exªs, mas não sei; sei apenas que os meus antecessores já estão totalmente quitados, ou melhor, meus antecessores não; os dirigentes de 1970, 1971 e 1972, eu tenho certeza absoluta. Não, para 1972 já não tenho certeza absoluta. Minha Assessoria informa que a provisão até 1973: mas só se é recente, isto, porque eu não sabia. Não é por desídia. Bem, é um mundo de coisas que temos para administrar, e eu não estou preocupado especificamente com esse problema. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Obedecendo, então, ao nosso roteiro prévio, passo a palavra, agora, ao ilustre Relator, Senador José Lindoso.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Sr. Professor e Presidente do MOBRL, assistimos, com o maior interesse e segura satisfação, às exposições e às inquirições, mas desejávamos fazer algumas que nos vão possibilitar, no nosso entendimento, a elaboração do Relatório.

O MOBRL foi criado pela Lei nº 5.379, de dezembro de 1967, que prevê sobre a educação de adultos e, depois, dentro desta orientação, foi instituída a Fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, em 1968, pelo Decreto nº 62.000, com base, portanto, na Lei nº 5.379 de dezembro de 1967.

A Lei nº 5.379, de dezembro de 1967 — ao tempo do Governo Costa e Silva e Ministro da Educação, Tarso Dutra — estabeleceu — porque a Lei se refere ao MOBRL, em seu art. 6º diz que: "o MOBRL gozará, etc." — o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

De acordo com o mecanismo da Lei, no seu art. 3º, está dito que esse Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que acompanha a Lei, estaria sujeito a reformulações anuais.

Estou fazendo estas considerações, porque desejo obter algumas informações em torno do assunto — objeto da legislação e do plano. A Lei sofreu pequenas modificações, tanto quanto a Assessoria nos pôde oferecer.

Então, a primeira pergunta nossa seria: o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, anexo à Lei nº 5.379, de dezembro de 1967, permanece o mesmo, ou sofreu alterações; se positivo, quais foram os instrumentos ou partes importantes que foram alteradas?

Peço desculpas e digo que estou fazendo a pergunta, porque o Plano está vinculado diretamente ao MOBRL.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Exatamente, o Plano é um anexo à Lei nº 5.379.

Bem, esse Plano foi aprovado em 1967. O MOBRL passou por um período em que não assumiu uma atitude executiva e, na sua fase inicial, limitou-se a transferir recursos para outras entidades executarem a obra de alfabetização. Por exemplo: o MOBRL transferiu

recursos advindos da USAID — United States Agency of International Development, para a Cruzada ABC que, à época, era o Movimento de maior expressão no combate ao analfabetismo no Brasil.

Foi, efetivamente, em 1970 que o MOBRL passou a ter uma integração vertical que lhe permitiu executar suas operações. Nesse interim, é claro, muitas modificações já se haviam processado no setor educacional e, um ano depois da entrada em operação do MOBRL, uma radical transformação ocorreu com a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus — a Lei nº 5.602 — de modo que o Plano foi modificado.

O Plano falava em assistência técnica e financeira para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade de ensino...

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Permita-me interrompê-lo, professor.

Primeiro, entendo, se é permitido fazer uma colocação mais objetiva, que o problema da Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus não atinge, até quanto percebo, diretamente o problema da alfabetização. Então, eu gostaria de saber se houve instrumentos, se formalmente foi instrumentada a reformulação desse Plano. Entendo que é possível que, a partir de 1967 até esta altura, tenha havido necessidade de reformular o Plano e, inclusive, a Lei estabelece que o Plano está sujeito a reformulações anuais, etc.

Gostaria de saber se no Ministério, as autoridades do MOBRL cuidaram da reformulação desse Plano, para ter uma base, um assentamento de ordem legal, com relação a essa Lei, nos seus trabalhos? A minha pergunta objetiva, efetivamente, isto: houve ou não reformulações do Plano, transformando-o ou adaptando-o a um novo instrumento; ou se foi feito assim — vamos dizer — de um modo informal, liberto de preocupações instrumentais?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Nobre Senador, o Plano que, àquela época, acompanhou a Lei como anexo, era uma visão prospectiva extremamente rica, que permitia um ataque em todas as frentes do problema do cumprimento da obrigatoriedade escolar e do combate ao analfabetismo.

Falava-se, naquele Plano, em extensão da escolaridade até a 6ª série; falava-se em ataque imediato à alfabetização das crianças na faixa etária de 10 a 14 anos — aí a Lei nº 5.692 tem uma implicação direta, porque se falava, aqui neste Plano, em ataque imediato aos analfabetos de 10 a 14 anos — e, interpretando esse item, eu achava que deveria ser feito pelo próprio MOBRL, usando como instrumento algo parecido com o Programa de Recuperação de Excedentes, porque, na realidade, esse programa alfabetiza, mas também, como diz o Plano, induz — eu vou ler o item todo — à matrícula na escola formal.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Professor, V. Sª me desculpe, mas gostaria de dar uma outra tese...

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Eu só quero...

O SR. RELATOR (José Lindoso) — ...eu gostaria que V. Sª me desse a resposta, porque eu iria, realmente, vencendo o problema.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Vou dar a resposta objetiva, nobre Senador.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Inclusive, entendo que a filosofia do Plano está sendo seguida pelo MOBRL, na sua defesa, em última análise. De forma que...

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Pois não, nobre Senador. Como os Planos Nacionais de Desenvolvimento são lei, eles alteraram essa lei.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — exato...

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA e o SR. RELATOR (José Lindoso) — E o MOBRL está dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — V. Ex^a me desculpe. Posso completar? Eu queria tentar captar e transmitir o que considero o espírito deste Plano e que acho excepcional sob o aspecto de visão prospectiva. Isso é o que estava tentando dizer. Acho que este Plano era extremamente ousado, no sentido positivo. E é uma obra da qual o Congresso brasileiro pode orgulhar-se.

Claro que houve modificações decorrentes da própria ação do tempo, e houve modificações decorrentes da existência do I Plano Nacional de Desenvolvimento — que é uma lei e que fala sobre o MOBRL, fixa prioridades — e do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Embora sejam muito genéricos, sobre a nossa atividade, todavia, tiveram capacidade legal de modificar esta lei.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — No Plano — até onde V. S^a pode saber, porque V. S^a não está no MOBRL desde o seu início — nesse item: "Assistência financeira e técnica para promover e estimular em todo o País a obrigatoriedade de ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos", V. S^a explicou que recursos externos teriam sido encaminhados, via MOBRL, para atendimento a esse item do Plano. Não é isso?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não. Foi um movimento de alfabetização com o mesmo estilo que o MOBRL. O mesmo estilo, em termos gerais, pois é claro que a mecânica era muito diferente da nossa. Não era para escolarização no ensino formal. Foram 6 milhões de cruzeiros àquela época, senão me engano.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Em um dos itens aqui diz o seguinte: "O Ministério de Educação e Cultura sistematizará suas atividades quanto à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, na realização dos seguintes objetivos e na forma adiante estabelecida, através da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL — estamos falando, exatamente, em dezembro de 1967, portanto, para operar em 1968. Por isso é que eu estaria indagando se houve um trabalho direto de experiência nesta faixa, de 7 anos a 14 anos, nesse período até que os Planos de Desenvolvimento tiveram modificação, ou se houve, simplesmente, assistência financeira e técnica.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não houve nenhuma das duas coisas àquela época, porque não havia recursos disponíveis. Vou ter que fazer um pouco de história e uma crítica...

Da mesma forma que eu elogio todo o espírito deste Plano, que acho avançadíssimo para a época, e que dava ao MOBRL atribuições muito maiores do que as de hoje — porque, na realidade, o MOBRL, aqui, englobava toda a "Operação-Escola", toda assistência ao educando, etc — tenho que fazer a crítica no que concerne aos recursos que lhes eram destinados. Esses recursos eram extremamente volumosos para as disponibilidades não comprometidas daquela época. Àquela época, funcionava do outro lado da cerca, como costumava dizer o Ministro Roberto Campos — e eu estive exatamente do lado do Ministro Roberto Campos, porque trabalhava no Ministério do Planejamento. A essa época, já não era mais o Ministro Roberto Campos mas o seu sucessor Ministro Hélio Beltrão, mas não havia disponibilidade desses recursos para a execução do Plano. Daí não ter sido possível realizá-lo.

É claro que se poderá arguir do fato de que era uma lei e que, portanto, deveriam ser providenciados os recursos para cumpri-la. Mas havia uma série de obstáculos, então considerados intransponíveis. E, na realidade, os recursos jamais ficaram disponíveis nesse montante a que alude o Plano.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Pergunto, ainda, para ver e aferir, o que pode fazer com relação a este Plano e o que ficou simplesmente no ideal do Plano? O que se entendia por esta cláusula de extensão de escolaridade até a sexta série, inclusive?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Àquela época, havia uma grande divergência no campo educacional sobre o número de

anos de escolaridade obrigatória. Até então, o entendimento era de que o número de anos de uma escolaridade obrigatória devia atingir a quatro: escola primária — a maioria das unidades da Federação a tinha em quatro anos. Mas havia exceções: em São Paulo, a escola primária de cinco, e na Guanabara, de seis anos. Neste Estado criou-se a quinta e a sexta séries para aqueles que, não podendo ultrapassar a barreira do Admissão — que então existia e que era realmente uma grande barreira — deveriam se preparar, de alguma forma, para o trabalho, na quinta e sexta séries. Depois todas essas concepções foram abaladas.

O Estado brasileiro, os representantes do povo juntamente com o Executivo, chegaram ao consenso de que era preciso dar oito anos de escolaridade obrigatória, embora esteja previsto na Lei nº 5.692 que naqueles locais em que não seja possível fazê-lo, dar-se-á uma iniciação para o trabalho, ainda antes do término dos oito anos e na medida das possibilidades locais. Mas mudou o entendimento e então, não mais se admitiu que se desse 4 anos de educação geral e, depois, dois anos de uma — não seria uma profissionalização — iniciação para o trabalho.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Dentro da cláusula terceira, estabelecia-se que haveria uma assistência educativa e imediata. Isso foi pedido por lei ao MOBRL; daí a pertinência da aferição:

"Assistência educativa imediata aos analfabetos que se situem na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração, por meios de classes especiais, em horários adequados. A assistência financeira constituirá, em relação a cada educando matriculado e freqüente, na contribuição da metade do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos."

Houve alguma experiência histórica no MOBRL sobre isso, que não seja esta que estamos agora discutindo? Isto aqui corresponde ao MOBRL Infante-Juvenil, que teria historicamente já sido previsto no I Plano.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Foi previsto sim.

O que acontece, Sr. Senador, é que no I Plano Nacional de Desenvolvimento, ao se estabelecer prioridades para o MOBRL, essas prioridades foram estabelecidas para a faixa de 15 a 35 anos de idade.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — O I Plano foi Governo Médici.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Governo Médici.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Nós estamos no Governo Costa e Silva, nessa época.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Nessa época, sim.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Nessa época aqui, o primeiro momento foi o realmente ideal, de gestação — como V. S^a disse — sem recursos. Mas em 1969 nós não temos nada com relação a isso?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Em 1970 é que o MOBRL passou a dispor de recursos, se bem que poucos, porque ele passou a atuar em setembro de 1970. Em 1971, então, já estava o I Plano Nacional de Desenvolvimento em gestação, as prioridades já estavam estabelecidas.

A restrição que existe ao MOBRL Infante-Juvenil não é uma restrição legal, ao contrário, se fizermos uma análise histórica da legislação que existe, ela tende muito mais para MOBRL Infante-Juvenil do que para a não existência do MOBRL Infante-Juvenil. A limitação que existe ao MOBRL Infante-Juvenil, é a limitação de prioridades que foram determinadas para a atuação do órgão. E

essas prioridades, em termos etários e de região, foram fixadas para a atuação na faixa etária de 15 a 35 anos nas zonas urbanas.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Sim, toda a lei, inclusive no seu art. 1º, é comandada dentro da sua ambição. Inclusive esta ambição está prevista no Plano e sempre no estabelecimento de prioridades.

Então, o que aconteceu foi que a faixa de 10 a 14 anos foi deslocada para um plano secundário em virtude do sistema funcional convencional e encaminhou-se o esforço do MOBRAL para a idade adulta.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O legislativo estabelecia uma prioridade para 10 a 14 anos e o Executivo a mudou para 15 a 35 anos.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Ainda o Plano diz na cláusula nº 7 o seguinte: "A assistência alimentar e a recreação, qualificadas como fatores de fixação de adultos nos cursos, além dos seus efeitos educativos..."

Gostaria que me fosse dada uma explicitação sobre esta cláusula nº 7, que, aí, está especificamente dentro da faixa de adultos.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — No que concerne ao item 7, o MOBRAL tem conseguido, depois da implantação do seu Programa Cultural — que, na realidade, também inclui o lazer — tem conseguido atender a esse preceito porque, hoje, já estamos em 1863 municípios com nossos postos culturais fixos. Tínhamos uma unidade cultural móvel e, agora, por doação de empresas privadas, recebemos mais cinco. Essas seis unidades móveis são equipadas com cinema, audiovisuais, teatro, televisões, vídeo cassette, aparelhagem de som, instrumentos musicais, biblioteca, material para artesanato incluindo ferramentas, bancada para trabalho em madeira, empréstimos de livros, etc. Essas unidades terão a capacidade de percorrer cerca de 600 municípios por ano.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Professor, eu peço desculpas mas acho que não fui objetivo. A cláusula sétima trata da assistência alimentar. Gostaria de dobrando...

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Inicialmente eu estava me referindo à recreação...

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Efetivamente, eu estava querendo que fosse projetada uma preocupação fundamental que V. Sª colocou relativamente ao problema da alimentação na sua exposição, que fosse também esse problema enfocado e fosse dado notícias, as que porventura existam a esse respeito, de alguma articulação com o Instituto Nacional de Alimentação.

O processo de educação envolve um processo de alimentação — não precisamos deitar sabedoria, que é pouco no setor — mas a informação para o político é suficiente. O problema é que se chegou à conclusão de que o povo brasileiro não sabe se alimentar, não tem consciência do problema alimentar nos seus aspectos positivos para a realização do seu ser. Era sobre este enfoque que eu estava querendo algumas considerações a respeito dessa cláusula.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — No que concerne à assistência alimentar, temos um tipo de atuação, apenas. Agora, com o Programa de Educação Sanitária temos dois tipos de atuação porque, o referido Programa, não abrange somente conteúdos nas áreas de higiene e saneamento ao nível individual e comunitário. Também ministramos ensinamentos na área de nutrição. É uma forma pela qual atenderemos a esse preceito.

Algumas comissões municipais do MOBRAL, por iniciativa própria — aquelas que têm possibilidade de conseguir, junto à comunidade ou à Prefeitura, concessão de alimentos para nossos alunos — o têm feito. Mas isso deriva da riqueza e da variedade de experiência das comissões do MOBRAL. E não é, no caso, nem um fenômeno nacional nem sequer um fenômeno relevante em termos de atuação

do MOBRAL. São poucas as Comissões que têm tido a felicidade de realizar esse tipo de atividade.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Na colocação que V. Sª fez — e que foi feita até com uma certa alegria — nos foi mostrado que a evasão nos cursos do MOBRAL alcança 15% e que, numa comparação internacional, V. Sª acha bastante razoável, digamos assim, para uma reprovação de 50%. Trata-se de um dado moda. Não sei se nesse fator, reprovação 50%, o MOBRAL teve a oportunidade de investigar o porquê desse índice de reprovação. Em certo momento, V. Sª mencionou algumas dificuldades inclusive de visão. Perguntaríamos, até que ponto o MOBRAL já procurou investigar — e agora nós não estamos naquele caso da Fundação Carlos Chagas porque já temos um acervo de trabalho um pouco mais longo, não tão significativo para decisões definitivas em matéria dessa natureza — já tiveram a oportunidade de fazer uma investigação a respeito do porquê dessas reprovações, a quanto vai o percentual estimativo de dificuldades pessoais, a quanto vai uma estimativa das condições negativas ambientais, onde funciona o MOBRAL no interior e nos bairros?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — No que concerne à evasão, coletávamos no nosso cartão de controle de classe, dados sobre as causas das evasões. Isto até este semestre que ora findou, porque este levantamento se revelou inócuo, infelizmente. E, como estamos num processo de racionalização constante, diminuindo os custos, retiramos aquelas sete colunas de cartão. O que acontecia era que o aluno desertava e a professora era a pessoa que informava a causa da deserção. Ela, na maioria dos casos não sabia corretamente informar e colocava como causa de evasão a coluna de "outros". Essa coluna "outros" passou a ser tão importante que o levantamento perdeu o seu significado.

O aluno é a pessoa indicada para confessar as causas da evasão. Mas se essa evasão deriva do fenômeno que nós achamos que seja o mais importante, isto é, o atraso em relação ao resto da turma, por se tratar de um atributo negativo, o aluno tende a mascarar esse atributo indicando cansaço, mudança de residência, enfim, outro tipo de causa que não a verdadeira. Então, adotamos um procedimento diferente: Contratamos o ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional), da Fundação Getúlio Vargas, com o qual já mantemos convênio para a elaboração de baterias de testes para nossos alunos, para que esse Instituto realize uma pesquisa sobre as causas da evasão e das reprovações, mas que não será feita indiretamente com a intermediação do alfabetizador, mas, agora, pela entrevista direta. Com ela, será possível formular os quesitos de tal forma que, mesmo que o entrevistado tente mascarar a verdadeira causa da evasão, ela ficará configurada. No que concerne à reprovação, além do mais, procuraremos, com os instrumentos de pesquisa no campo psicológico de que o ISOP dispõe, configurar a causa. De modo que esta pesquisa está em andamento. Não estou profundamente a par desta pesquisa, mas, creio que ela envolve, também, alguns testes sumários, no caso da visão ou, então, algumas perguntas que identifiquem a existência ou não desses problemas.

No que concerne à visão, só conseguimos ter uma atuação efetiva no Estado de São Paulo, porque lá, a Secretaria de Saúde nos fornece cartazes e treina os nossos alfabetizadores para fazer um primeiro exame, uma triagem, digamos, dos alunos que têm problema de visão. Esses alunos são submetidos a exames mais apurados e compram, por cinco cruzeiros, os óculos de que necessitam para corrigir os seus defeitos.

As Comissões Municipais do MOBRAL, usualmente, fazem campanhas para conseguir doar aos alunos os óculos. Mas, não existe um levantamento sistemático dessas informações e, nesse campo, inclusive, ocorrem algumas coisas curiosas e que não são corretas do ponto de vista médico, mas, que reflete o espírito do MOBRAL.

Certa vez, numa cidade mineira, Teófilo Otoni, ao visitá-la, verifiquei que todos os óculos tinham duas etiquetas. Eles eram utilizados até às 18 horas pelo grupo rico da cidade, os seus donos, e,

à noite, usados pelos "irmãos de óculos". Esses óculos eram levados para um determinado lugar, onde funcionava a Comissão Municipal do MOBRAL e, lá, os alfabetizadores recolhiam os óculos, levavam para as salas onde os alunos os usavam. Evidentemente, com uma série de inconvenientes quanto ao eixo ótico, etc. Há casos mais pitorescos e até perigosos.

Cheguei uma vez a um município e o Presidente da Comissão Municipal estava todo satisfeito porque tinha conseguido duzentos óculos de presente e já os havia distribuído. "Mas, vem cá" — perguntei eu — "o mais difícil nos óculos, o mais caro é o exame. Como foi que os oculistas fizeram o exame?" Resposta: "a pessoa chegava aqui, punha os óculos, e verificava se serviam". Enfim, é um procedimento, sob o ponto de vista médico, totalmente errado, mas, de qualquer forma reflete, por falta de informação, o esforço para resolver o problema. Mas, esse problema é grave, porque em São Paulo detetamos mais de 30% dos nossos alunos com problemas de visão. O que significa que muitos estão sendo reprovados simplesmente porque não vêm e não podem, portanto, aprender a ler.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Efetivamente, todos nós que somos da área política e que estamos freqüentemente em contato com o povo, sentimos esse problema dos óculos. Nos contatos que tenho tido com o pessoal do MOBRAL, uma das coisas mais reclamadas é o problema dos óculos. Agora, o grau de pobreza dá esse quadro que V. S.^a descreve. Então, acho válida a preocupação de se examinar as causas desses 50% de reprovação porque precisamos, realmente, caminhar.

Dos cem alunos — também é um dado moda porque há variações nesses anos todos — quarenta e três são alfabetizados.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Nesses cinco anos, a média foi de quarenta e um. Quarenta e três foi no primeiro semestre deste ano.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Agora, no interior, constatamos que na classe em que está o adulto comparece, também, o menor. Há, segundo dados que investiguei, problemas que se explicam que freqüentemente a professora do interior — o professor do meio rural também é alfabetizador do MOBRAL que, inclusive, junta assim os dois parcos salários na busca de alguma coisa que tenha significação para o seu orçamento doméstico. Isso é muito comum no Amazonas.

Pois bem. Desse cem alunos, quarenta e um são alfabetizados. A minha preocupação era saber se o MOBRAL já tem dados, uma vez que de acordo com a colocação feita pelo Senador Evelásio Vieira e a ressalva que o Professor deu, estamos trabalhando predominantemente no meio rural; o MOBRAL já tem dados para saber se desse percentual de alfabetizados quanto representa os alfabetizados jovens menores e os adultos?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Infelizmente nós não dispomos desses dados porque, como a nossa informação não é ao nível do aluno, é ao nível de classe, esse tipo de levantamento é impossível. Creio que nesta pesquisa que citei sobre Nova Iguaçu há dados referentes a isso.

Eu não posso responder cientificamente; posso, porém, responder pela experiência que nos transmitem, desde a base até o MOBRAL Central. Tudo indica que os mais jovens aprendem mais facilmente, porque os índices de aprovação são superiores aos dos mais velhos.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Nos grandes números do MOBRAL, nesses últimos anos, entre aquilo que V. S.^a está nos informando que alfabetizaram tantas pessoas, há possibilidade de uma determinação, nesses globais, quanto representa adultos ou pessoas de idades maiores de quinze anos de pessoas mais jovens?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Ainda não há. Mas, tenho a impressão de que quando sair a pesquisa do IBGE, Progra-

ma Nacional de Amostras Domiciliares, referente ao quarto trimestre de 1974, como nós teremos a informação desejada. Sobre 1970 temos a informação ano a ano: sete anos, oito anos, enfim, temos informações sobre toda população separada por idade, ano a ano. No PNAD, porém, a informação se acha agrupada por grupos etários, que correspondem a uma faixa de cinco anos e não pode ser desagregada ano a ano porque a amostra — aí é um problema estatístico — perderá o que os estatísticos chamam de fidedignidade. Saindo os resultados da pesquisa do PNAD para fins de 1974, poderemos para grupos de idade — cinco a nove, dez a quatorze, quinze a dezenove, assim por diante — pela primeira vez, fazer uma avaliação nesse sentido.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Entendo, pelo que se discutiu hoje aqui, que o MOBRAL tem trabalhado com menores e mais de uma situação caracterizada. Há as classes mistas menores e adultos, principalmente o que ocorre no interior em certos meios rurais.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — É o normal.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Agora, quanto a esse tipo de atividade de recuperação, gostaria que o Professor me tipificasse essa situação de menores no MOBRAL, diante dessa percepção que se desenha, pelo debate, e da sua experiência. Como é que nós poderíamos tipificar essa presença de menores no MOBRAL com relação às tarefas de educação, com as tarefas de alfabetização?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Srs. Senadores a presença exclusivamente de menores numa classe, creio que é uma exceção reduzidíssima em termos de números de Municípios. O usual, creio, da presença de crianças, dos adolescentes menores de 15 anos nas classes, é o comparecimento com o pai, com a mãe, com o irmão mais velho. Creio que essa seja a regra, digamos, quanto à presença das crianças e as exceções são essas citadas pelo Senador João Calmon. Talvez existam outras que não saibamos.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Quer dizer, essas classes ditas de Recuperação de Excedentes — que estão muito representadas na experiência de Porto Alegre, em Paraíba e Pernambuco — eram classes somente de menores?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — No experimento do MOBRAL Infante-Juvenil, somente menores.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Havia homogeneização com relação nessas classes?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Havia homogeneização de 9 a 14 anos.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — Qual o percentual, representado no global, em 1974, desses menores? V. S.^a tem dados para nos oferecer?

Em Porto Alegre quanto é que isso representou de menores? Porque os dados que temos em mãos nos dão de cinco mil a oito mil alunos.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — A experiência de Porto Alegre, que era do meu conhecimento e da qual tenho dados, é de 1972. O que ocorreu depois da continuação do programa eu não tive conhecimento, a não ser há dias.

O SR. RELATOR (José Lindoso) — V. S.^a não tem dados para podermos fazer uma mensuração do nosso esforço com relação global do esforço do MOBRAL?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não. Nesses experimentos, realizados em 73/74, foram cerca de 20 mil alunos nesses Estados com os quais assinamos os convênios para realizar o programa em bases experimentais.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Um convênio assinado ele tem curso, ele se vence através do tempo. Eu pergunto: há ainda convênios que não tenham sido concluídos embora firmados?

O DR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não. Todos firmados já foram concluídos.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Portanto essa é uma experiência encerrada no MOBRAL, de Recuperação de Excedentes?

O DR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sim. Foi encerrada.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Relator permita-me fazer uma pergunta? Existe uma comprovação feita por órgãos da imprensa, inclusive O Estado de S. Paulo, da existência de que em Jupi e Capoeiras há cursos do tipo do MOBRAL Infanto-Juvenil exclusivamente para crianças. Um terminará só em novembro e o outro em dezembro. Na cidade do Recife, não; já houve um curso que começou em março e terminou em agosto. Mas nessas duas cidades, recentemente, os cursos foram fotografados, só de crianças, em dois municípios. Provavelmente à revelia do Presidente do MOBRAL Central, porque num País de dimensões continentais não é muito fácil controlar, exatamente, a composição de cada classe em quase quatro mil municípios.

Mas essa é uma afirmação concreta que V. Exª poderá confirmar ou não, ouvindo, como vai ouvir, o representante do MOBRAL de Pernambuco.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — V. Sª tem, aqui, informações com relação a esses dois casos?

O DR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não. Nenhuma. O que o Senador me perguntou foi se existiam convênios especiais e eu respondi: somente nos cursos experimentais do MOBRAL Infanto-Juvenil.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — No plano da Recuperação de excedentes, não é?

O DR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Sim. Mas naquela época os convênios foram assinados com o nome MOBRAL Infanto-Juvenil.

Os convênios que foram assinados com as Secretarias Estaduais do Nordeste já estão vencidos.

O experimento, no que concerne à parte do MOBRAL, está terminado. Os alunos continuam acompanhados pelas Secretarias no sistema de ensino formal. Assim como em Porto Alegre acredito que eles estejam sendo acompanhados. Não tenho essa informação atualizada.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Relator, pediria que constassem essas reportagens da presente CPI.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Pois não.

Pediria ao Presidente do MOBRAL que nos desse um esclarecimento: na sua exposição, na manhã de hoje, S. Sª se referiu que nesse esforço de articulação e de atendimento nesse experimento, nessas Classes de Recuperação de Excedentes, em Porto Alegre e no Recife, principalmente no Recife, a própria municipalidade entrou com recursos de dinheiro para fazer face a essas experiências.

Indago se esses recursos cobriam todas as despesas da experiência ou se era uma participação metade/metade, ou qual a significação desses recursos nos investimentos com as experiências?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Em Recife?

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Sim, em Recife. Gostaria e deu dinheiro correspondente para que os senhores do MOBRAL fizessem a experiência?

Gostaria de saber se V. Sª tem dados para nos esclarecer.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Vamos separar os convênios.

Quando fizemos o experimento MOBRAL Infanto-Juvenil, se não me engano, pagávamos o que já pagávamos para a alfabetização de adultos, mas durante nove meses.

O SR. JOÃO CALMON — Trinta e cinco cruzeiros por cabeça.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não. Estou falando quando o MOBRAL tinha o experimento MOBRAL Infanto-Juvenil com as Secretarias de Estado de Educação de Alagoas, Paraíba, etc — isso foi em 1973 — e o MOBRAL pagava vinte e quatro cruzeiros por aluno adulto que alfabetizava nos cursos normais de alfabetização e como se tratava do MOBRAL Infanto-Juvenil — portanto de cursos de nove meses — pagávamos nove cinco avos do que pagávamos para a alfabetização de adultos, ou seja, naquela época Cr\$ 24,00; nove cinco avos de Cr\$ 24,00 significa aproximadamente 46 cruzeiros. Esses foram os convênios que nós assinamos para o experimento do MOBRAL Infanto-Juvenil; dávamos ainda o material didático e treinamento para os alfabetizadores.

O SR. RELATOR (*José Lindoso*) — Mais aí a Prefeitura não entrava com contribuição nenhuma a não ser a classe e as instalações?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Ela contribuía, porque dava supervisão, fazia a avaliação do desempenho dos alunos (a avaliação ficou a cargo das Secretarias e não do MOBRAL), havia uma série de componentes de custo que oneravam as Secretarias de Educação.

Hoje, pela manhã, quando me referi ao problema dos cursos que estão em andamento e que na municipalidade, a Comissão Municipal talvez a Prefeitura, denominam de Recuperação de Excedentes, eu estava usando aquele exemplo para reforçar um argumento meu, ou para rebater um argumento daqueles que dizem que a entrada do MOBRAL nessa faixa etária de atuação, de nove a quatorze anos, inibiria ou seria um alibi para os prefeitos se desobrigarem das suas responsabilidades no financiamento da educação.

No caso, eles estão contribuindo financeiramente para aumentar o salário que o nosso alfabetizador recebe, por conta própria, sem que lhes pegamos absolutamente nada. Sei que em Recife isto monta a mais de dois milhões de cruzeiros, em relação ao ano todo.

Creio que essa gratificação é dada a todos os alfabetizadores do MOBRAL que funcionam em Recife, independentemente da constituição de sua classe, em termos etários. E o mesmo sucede em Porto Alegre, ou seja, a Prefeitura complementa a gratificação que damos ao alfabetizador, colocando mais dinheiro e melhorando essa gratificação.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Relator, eu poderia fornecer uma informação que — acho — vai ser bastante útil. É sobre esses dois contratos assinados em Recife: um cobrindo a alfabetização de 8.600 alunos e outro de 5.500. Está previsto um pagamento pelo MOBRAL: o primeiro, de 192.500 cruzeiros que será pago pelo MOBRAL Municipal e outro de 304.500 cruzeiros.

Creio que estamos chegando a um esclarecimento. O Presidente do MOBRAL, com o amor à verdade que o caracteriza, já confirmou a existência dos contratos assinados entre o MOBRAL e as Secretarias de Educação. E esses contratos já estão vencidos.

Acontece que, pelo menos no caso de Pernambuco, que conheço de perto, continuaram a ser assinados convênios entre o MOBRAL Municipal, talvez à revelia do MOBRAL Central, cobrindo a alfabetização de adolescentes, adultos e de crianças. Como não existe MOBRAL Infanto-Juvenil, nunca foi aprovado e não se trata de um experimento — que é válido — feito pelo MOBRAL com a Secretaria de Educação, foi necessário lançar mão desse artifício, assinando dois contratos no mesmo dia, um referindo-se a 8.600 alunos e outro a 5.500; um se destina a adolescentes e a adultos e o outro a crianças de nove a quatorze anos.

Em Recife, por exemplo, no período de março a agosto, funcionaram duzentos e vinte postos só com crianças. O Presidente do MOBRAL de Pernambuco virá à CPI, já que a sua convocação foi aprovada pela nossa Comissão e na oportunidade confirmará minha informação.

Não há, portanto, nenhuma contradição entre a afirmação — que merece fé —, do Presidente do MOBRAL e essa informação que foi fornecida pelo MOBRAL Municipal do Recife. Creio que este esclarecimento é válido e deve ser, pelo menos, registrado.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Gostaria de explicar que não estamos, propriamente, querendo surpreender contradições no Presidente do MOBRAL. Gostaria, inclusive, em homenagem ao pessoal do MOBRAL, que admiro, ...

O SR. JOÃO CALMON — E eu também.

O SR. JOSÉ LINDOSO — ... de dizer o seguinte: estamos na preocupação de elaborar o documento final e, talvez, um vez de quem andou estudando Direito, eu quis partir da realidade legal, que é o plano de Educação, como vou correr os planos de desenvolvimento que modificaram, mas que talvez não tenham revogado, simplesmente disciplinaram metas, porque todo sistema do plano é realmente de estabelecimento de prioridades.

Então, estou querendo colher elementos para o meu relatório, com dados essenciais.

Não estou pondo dúvida nenhuma. Nesse ponto V. Ex^a me socorre, fazendo esse esclarecimento, — pois a categoria e a responsabilidade de homem público do Dr. Arlindo Lopes Corrêa não nos induziriam, jamais, a fazer esse tipo de aferição.

Estamos simplesmente buscando situar o problema de um modo mais concreto, mais racional, talvez com algumas impertinências, é óbvio que isto aconteça, mas com esta linha de grandeza.

De forma que, efetivamente, não poderíamos concluir, não há elementos para dizer — no caso da experiência do Recife, em que a Prefeitura pagou os dois milhões — quanto isso representaria, como uma coadjuvação, para as despesas, nesse experimento infanto-juvenil. Oficialmente V. S^a não teria elementos para dizer isso?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Supondo que o total seja de vinte e cinco mil pessoas atendidas, para efeito de raciocínio e considerando o custo unitário de trinta e cinco cruzeiros, o MOBRAL-Central colocará este ano, em Recife, 875 mil cruzeiros. Descontaremos as evasões, porque o MOBRAL não paga à Comissão Municipal pelos alunos que deixam os seus cursos até o fim do quarto mês. Pagamos apenas por alunos que chegam até o fim do quarto mês, porque raciocinamos da seguinte maneira: se o aluno se evade no quinto mês, a responsabilidade não é mais do alfabetizador. Provavelmente a culpa será do sistema. Então, o alfabetizador não deve ser punido por isso. Mas, suponhamos que a evasão não chegue a 15%, seja de apenas 10%. Nesse caso, estaremos colocando em Recife, este ano, 800 mil cruzeiros, contra os dois milhões da Prefeitura.

A nossa cifra é portanto de 40% do que a Prefeitura está colocando, neste caso. Isto não é usual.

O SR. EURICO REZENDE — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A palavra está com o Relator e estimaria que aguardássemos.

O SR. EURICO REZENDE — Eu pediria, Sr. Presidente que, assim como houve interferência do Senador João Calmon, devido à pertinência do assunto, que eles também aceitassem a minha interferência.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedido, mas que não se torne hábito.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Porque estão embarcando demais na minha canoa.

O SR. JOÃO CALMON — Mas é com alegria.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Isso não é canoa, é um igarapé do Amazonas.

O SR. EURICO REZENDE — Esse assunto me parece de capital importância. Por isso V. Ex^a, Sr. Presidente, vai me perdoar a impertinência.

O Sr. Senador João Calmon tem adotado, nos seus pronunciamentos, como ponto básico para a sua afirmativa, que há um paralelismo, uma margem para alfabetização de adolescentes e adultos e outra para a alfabetização de crianças, o fato de terem sido assinados dois convênios contemporaneamente em Recife. Um convênio foi firmado no dia 1º de setembro e o outro, no dia 8; sete dias depois.

Pode, então, o Sr. Senador João Calmon ter razão na sua interpretação, mas pode ter ocorrido um descompasso burocrático, tendo em vista assinar os dois convênios, um ficar pronto, no dia 1º de setembro e o outro, no dia 8.

Então, quer-me parecer, que é uma temeridade chegar-se a esta interpretação, assim, sem um elemento probatório mais autêntico. Já tenho sustentado que a Comissão é de caráter probatório e não de caráter interpretativo e doutrinário.

Logo, deveríamos pedir ao Presidente do MOBRAL que, tomando conhecimento desses dois convênios assinados com a diferença de apenas sete dias e das dúvidas de interpretação suscitadas pelo Senador João Calmon, nos prestasse posteriores esclarecimentos, enviando-nos um ofício.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador, V. Ex^a me permite um rápido esclarecimento? Há uma zona de mistério nesses dois convênios. Realmente, um tem a data do dia 1º e o outro do dia 8. Entretanto obtive ambos no dia 5. O datado do dia 8 foi assinado no dia 1º.

Essa zona de mistério será eliminada com a informação — que nos merece total crédito — que pelo Presidente do MOBRAL — Central — nos fornecerá posteriormente ou através do depoimento que vai ser prestado à nossa CPI, pelo Presidente do MOBRAL municipal, cuja convocação já foi aprovada.

O SR. EURICO REZENDE — Até por economia processual, se o Presidente do MOBRAL verificar que um Convênio foi para adolescentes e adultos e outro foi, realmente, para crianças, ele nos dá esse depoimento, através de um ofício e será então dispensada a presença do Presidente do MOBRAL Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Apenas, esclareço aos ilustres colegas Senadores, que esta Comissão terá, efetivamente, condições de fazer uma investigação a respeito e ter, realmente, toda a evidência da assinatura desses Convênios.

Não é, portanto, motivo de preocupação, absoluta e urgente, pois teremos as condições, inclusive, com a presença do responsável pela assinatura do Convênio, neste recinto.

Estimaria que o nobre Relator continuasse as suas perguntas.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Eu poderia aclarar alguns pontos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Pois não.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O primeiro ponto que quero abordar é o seguinte: nas Capitais estaduais, dada a concentração demográfica e, portanto, de nossa clientela potencial e real, usualmente, embora não seja regra, assinam-se vários Convênios por semestre.

No Município da Guanabara, por exemplo, assina-se de 30 a 40 convênios por semestre. Em Porto Alegre, assina-se sempre um número também grande.

Nas Capitais isso ocorre usualmente, ocorre por vários motivos. Às vezes a Capital está dividida em regiões. Aqui em Brasília — se

não me engano — são dez Convênios por semestre. Há a divisão em regiões, para facilitar o trabalho. Em Brasília, o nosso trabalho já é feito em nível de quarteirão quase, porque já chegamos à erradicação virtual do analfabetismo.

No que concerne à data mágica, tenho um esclarecimento. É que o meu preposto entrou em férias no dia 3 e deixou assinado, de sua parte, o convênio, porque o dia 8 é um dia importante na vida do MOBRL, é o dia do seu aniversário, é o Dia Internacional da Alfabetização. Nesse dia há sempre uma cerimônia. À cerimônia do Recife compareceram Prefeitos de dezenas de municípios. Faz-se, então, uma assinatura festiva e se comemora a data.

Há, também, casos em que se assinam mais de um convênio por semestre, porque a mobilização, o levantamento dos analfabetos, não pára num determinado momento. O MOBRL não tem essas limitações em relação ao tempo, à cronologia. A qualquer momento é possível assinar convênio no MOBRL, fazer levantamentos, etc.

De modo que não é algo aberrante a existência de mais de um convênio por semestre. Muito ao contrário: nas Capitais é quase a regra.

O SR. EURICO REZENDE — O Senador João Calmon, por exemplo, faz 3, 4 conferências por semana, brilhante como ele é.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Agradeço e acho, aliás, que está perfeitamente elucidada e considero de certo modo, irrelevante a questão de se assinar numa semana dois convênios.

Já trabalhei em entidades dessa natureza e não acho que seja relevante.

O problema é que o Presidente do MOBRL disse que há experiência, que não foi feito o experimento e que há os conflitos.

Agora, gostaria de fazer mais uma ou duas perguntas que vão, de certo modo, ajudar-me a fazer um juízo sobre o problema do estrangulamento do primeiro ano.

O Presidente do MOBRL disse que há cerca de 5 milhões e 300 mil crianças, de 7 a 14 anos neste País, que estão fora da escola. Com esse dado S. S^a explica uma pequena participação com esses convênios que foram assinados para atender os excedentes.

Na sua visão de educador, lidando com os problemas do ensino, V. S^a entende que será muito difícil, e que considerações ofereceria para que se eliminasse esse dado?

V. S^a já se ocupou do assunto, mas o problema não está preso, somente, à escola, à responsabilidade do Governo municipal; é responsabilidade do Governo estadual e, também de certo modo, do Governo Federal em que houve um Plano Nacional de Educação em que se propiciariam recursos para isso.

Considerando, inclusive, toda essa experiência do Plano Nacional de Educação, quais os elementos para V. S^a enfocar — com maior objetividade — que nos pudesse oferecer maiores elementos para a busca de uma solução deste assunto?

Antecipo, logo, os meus agradecimentos e a minha satisfação de ouvi-lo, dando os esclarecimentos que, entendo e sinto na base da verdade, animado do maior sentido simples.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O Sr. Relator fala sobre o cumprimento da obrigatoriedade escolar?

O SR. JOSÉ LINDOSO — É. Exatamente, porque S. S^a nos disse que são 5 milhões e 300 mil crianças, neste momento, na idade de 7 a 14 anos que estão fora da escola.

V. S^a justifica, com isso, um pouco de interferência, porque essas crianças serão seus clientes, clientes do MOBRL, logo mais.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Srs. Senadores, evidentemente, sendo um homem preocupado com os problemas de educação — há dez anos — desde que comecei a trabalhar no Ministério do Planejamento, onde coordenei todos os planos na área de educação que se fizeram durante o período Revolucionário, exceto o último, porque já então, eu deixara o Ministério do Planejamento — é evidente que sempre tive em mente este problema que

considero o número um na educação brasileira: não possibilitar a todos o acesso e a oportunidade de fluir ou ascender na escala educacional.

Então, por acaso, tenho algo escrito aqui, que faz parte de um trabalho que elaborei há algum tempo atrás. Ele está desatualizado, porque foi realizado há quase dois anos. Mas talvez pudesse ler trechos que considero mais significativos.

A meta, a curto prazo, seria no ensino fundamental brasileiro cumprir a obrigatoriedade escolar para a população na faixa de 7 a 14 anos.

Passo a ler e vou fazer certas adaptações, provavelmente em função de não estar referido, este documento, à data presente:

“Programa dessa natureza, enfeixa inúmeros projetos integrados. Requer certas medidas administrativas concomitantes, concernentes às transferências de recursos da União para os Estados e Municípios, Salário-Educação e Fundo de Participação dos Estados e Municípios e implica na montagem de um bom sistema de informações educacionais que permitam o acompanhamento e controle da execução e, portanto, certas correções de seu rumo, para lograr sucesso em prazo hábil.”

Esse programa, já existe hoje, sob a forma de projeto e leva o nome de Operação-Escola. Talvez seja, entre todos aqueles do setor educacional, no plano tático, o que mereça a mais alta prioridade.

As razões para conferir-lhe esse grau de prioridade são inúmeras. Basta citar algumas, para evidenciar o nosso ponto de vista.

O sistema de ensino do Primeiro Grau é, atualmente, o único canal de passagem obrigatória de toda população. É nele, portanto, que a Sociedade tem a sua grande, talvez a única, oportunidade de influir, decisivamente, na formação do indivíduo, do cidadão. E ainda, indiretamente, agir sobre sua família. Essa oportunidade, facilitada pelo fato de que a criança é um ser extremamente receptível às influências do meio-ambiente, não pode ser desperdiçada. É aí que muitos terão a sua única chance de aprimoramento físico — Educação Física e Desportiva; de conscientização de valores morais e cívicos — Educação Moral e Cívica; de aprender a alimentar-se, tratar da saúde, a conviver. Uma boa política de democratização de oportunidades — aqui vou ser repetitivo — começa, ainda, antes do nascimento, pela ação sobre a gestante, de cujo estado de saúde e nutrição dependem, primordialmente, algumas características importantíssimas da criança.

No Brasil, até o momento, não há — agora se esboça — nenhum programa, realmente maciço, que proteja a gestante e a criança na idade pré-escolar, fazendo-a chegar ao sistema de ensino com a integralidade de suas potencialidades físicas e mentais. O cérebro, por exemplo, tem quase 90% de seu desenvolvimento na faixa entre 6 semanas do nascimento e 4 anos de idade. De qualquer forma a exposição à escola, já a partir de 7 anos, contribui para amenizar as diferenças individuais causadas pela heterogeneidade do meio-ambiente a que estão sujeitos os filhos das diversas classes sociais, agindo positivamente sobre as mazelas que têm caráter reversível. Países como o Brasil, apresentam uma grande abundância, inaproveitada, de um precioso dom: a inteligência. Essa subutilização da inteligência é o preço exageradamente elevado que estamos pagando por não estarmos cumprindo o dispositivo constitucional que exige a universalização do ensino fundamental no Brasil.

O retardo no cumprimento da obrigatoriedade escolar — nunca houve universalização, sequer para a faixa de 7 a 11 anos que constituía a clientela da escolarização compulsória,

antes da reforma ocasionada pela Lei nº 5.693 — deriva, apenas, secundariamente da inexistência de escola para todos.

Realmente, há alguns pontos do Território Nacional, não atingidos pelo sistema formal de ensino, o que se reflete no fato de o MOBRAL atender, anualmente, — se considerarmos como fidedigna, uma amostra realizada em Estados do Nordeste e do Norte do Brasil — um milhão de crianças em seus cursos de alfabetização, idealizados e projetados para adolescentes e adultos e não para menores de 15 anos de idade.

A Direção do MOBRAL não incentiva essa prática que, ademais, poderia induzir a pensar-se numa possível inibição das autoridades locais e estaduais, para não cumprir os deveres da escolarização compulsória mas, por um dever de solidariedade humana, não procura coibi-las nos locais onde o curso do MOBRAL é o único disponível. Para amenizar sua impropriedade, lançou o experimento MOBRAL Infante-Juvenil, em que o material didático e a metodologia, foram adaptados para as crianças.

Volto a ler:

“A não inexistência de vagas, resulta, fundamentalmente, do congestionamento causado pela repetência e pela entrada tardia na escola. Na zona rural, a idade modal de entrada na escola é de 9 anos. Na zona urbana, pouco inferior a 8 anos. Esse congestionamento é sobretudo agudo na 1ª série primária. — Meus dados estão um pouco desatualizados, mas permanecem, fundamentalmente, os mesmos — em 1970, o Brasil possuía 2 milhões e 652 mil crianças de 7 anos e o número de matriculados, das várias idades, na 1ª série primária, atingia 5 milhões e 800 mil. Nesse mesmo ano, apenas 1 milhão e 690 mil crianças de 7 anos estavam na escola, ou seja, quase 1 milhão de crianças com 7 anos não eram atendidas no sistema educacional. É preciso, antes de mais nada, regularizar o fluxo de estudantes, segundo suas idades, ao longo do processo educacional.

Assim, as duas providências básicas para resolver o problema das 1ªs séries do ensino fundamental são: a) impedir a entrada tardia na escola, e b) diminuir os índices de repetência. Só secundariamente é preciso levar à escola aqueles que nela nunca ingressaram, pois estes, atualmente, são relativamente poucos.

Presentemente, a terapêutica para a e para c — impedir a entrada tardia na escola e levar à escola aqueles que nela nunca ingressaram — se confundem, porque o ingresso tardio na escola é causado pela inexistência de estabelecimentos ou de vagas nos mesmos, próximos à residência do aluno que, pela sua idade, não pode fazer deslocamentos muito longos.

Eu peço desculpas, porque eu vou, talvez, me alongar um pouco, mas ficaria algo mais claro.

A solução desse problema pode ser obtida facilmente, o que, infelizmente, não ocorre com a reprovação, que envolve inúmeros fatores focalizados adiante, independentes da atuação do próprio sistema educacional, isto porque a inexistência de um lugar onde estudar e de um professor para ensinar as primeiras letras resulta, parcialmente, da falta de uma certa imaginação criadora. O Brasil tem condições para atender a toda sua população de 7 anos, alfabetizando-a, em pequenas escolas que chamaremos, a partir de agora, de escolas comunitárias.

Dei esse nome para explicar que advém do fato de que se incentivaria os municípios a ampliar uma prática que já é usual.

“As crianças estudariam na 1ª série, sempre que essa fosse a única possibilidade, em salas improvisadas, nas residências, sítios e fazendas, associações religiosas, recreativas e de classes, empresas, etc.”

Lembro que o MOBRAL tem, apenas, 25% de suas classes funcionando em escolas: o restante, em residências, sítios, fazendas, etc.

“O corpo docente seria constituído por professores que poderiam ser leigos, isto é, não normalistas, mas que receberiam treinamentos nas férias, através dos meios de comunicações de massa — pela televisão ou cinema e, se nenhum dos dois fosse exequível, pelo rádio. E, além disso, seriam apoiadas por manuais, que lhes serviriam na orientação de suas atividades docentes.

Os alunos, também, receberiam material didático gratuito, pois é tão baixo o seu custo que não se compreende que, pelo menos, três milhões de brasileiros — é uma estimativa totalmente subjetiva — atualmente, não disponham de nenhum livro-texto.

Em um espaço qualquer, com móveis improvisados, nos quais sentar e escrever, assistidos por um mestre treinado rapidamente, mas treinado e imbuído do seu dever e dispondo de um roteiro em que se basear, os alunos, com material didático atraente, metodologicamente adequado, não teriam dificuldades, em sua maioria, de transpor a barreira das primeiras letras.

Nada disso é novidade — em 1970, dos 457 mil professores primários, apenas 225 mil, menos de 50%, eram normalistas, com o Segundo Ciclo completo.

Das 146 mil unidades escolares, utilizadas em 1970, pelo então Ensino Primário, cerca de 70% possuíam apenas uma sala, destituída, geralmente, de banheiro, água encanada, esgoto e instalação elétrica e atendendo, naquele ano, a 3 milhões e 206 mil crianças. A novidade, não muito custosa, consistiria no fato de se treinar esses professores, dar-lhes um manual, pelo qual orientaria suas aulas, e fornecer material didático, gratuito, aos alunos.

Em 1972, o MOBRAL treinou 108 mil alfabetizadores, em 4.000 classes, que dispunham de um Monitor — treinado pelo MOBRAL, convencionalmente e pago por essa instituição — que complementava, diariamente, durante hora e meia, uma aula de meia hora transmitida pelo rádio, em cadeia nacional, durante duas semanas. O rádio durante meia hora e o Monitor por uma hora e meia: duas horas durante 15 dias.

Os alfabetizadores receberam o livro para seguir o treinamento e os receptores foram cedidos pela comunidade. Montamos 4.000 rádios-postos em um mês. Toda a operação custou menos de três milhões de cruzeiros, não incluída no custo a veiculação através de todas emissoras, pois fez-se uso do horário cedido obrigatoriamente por força de lei e que, usualmente, é ocupado pelo Projeto Minerva, com seus programas educativos e culturais. Um programa de 4 semanas, 30 minutos diários, para os 200.000 professores leigos primários teria o preço máximo de 10 milhões de cruzeiros — (são cruzeiros de 1974).

Quanto ao manual, não custaria mais que dois cruzeiros por exemplar: para atender aos 500.000 professores das atuais quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, gastar-se-ia apenas um milhão de cruzeiros. As 2 milhões 900 mil crianças, por seu turno, que chegarão aos 7 anos de idade em 1974, receberiam excelentes conjuntos didáticos que custariam um máximo de Cr\$ 5,00 por conjunto. Isso representaria um gasto total de 15 milhões de cruzeiros anuais, preço estimado para a existência de cinco conjuntos distintos, um para cada região do País, para evitar a discussão, a polêmica do livro único.

Caberia às municipalidades o dever de fazer, anualmente, a chamada à escola da população que chegasse à idade

regulamentar. No Brasil, com raras exceções, o poder público não tenta buscar o aluno potencial, cuja família reluta em enviá-lo à escola. Em outras palavras, não cumpre o dever elementar, o que poderia ser feito com a ajuda da própria comunidade, sem nenhum preço para o erário.

Anteriormente enfatizamos: levar à escola aqueles que nela nunca ingressaram. O que queríamos significar é que o Poder Público deve tomar a si o encargo de demover os relutantes, como tem sido feito pelo MOBIL.

Se a escola comunitária pode resolver os problemas dos que vão alfabetizar-se no seu primeiro ano escolar, para as demais séries, as providências visando a assegurar instalação física e material de consumo mínimo, para o processo ensino-aprendizado seriam um pouco mais onerosas e complexas.

A escola comunitária só alfabetizaria, e seria uma unidade escolar improvisada com o auxílio da comunidade das áreas em que a baixa concentração demográfica ou o caráter nômade da população não justificasse um investimento fixo em construção e equipamento: frentes agrícolas, zonas de fronteira, áreas pioneiras em geral, etc.

Para as áreas de maior concentração, a solução seria distinta: através de escolas com um mínimo de duas salas, operando em dois turnos matutino e vespertino, e empregando dois professores, preferencialmente normalistas.

A escola de duas salas e operando em dois turnos, permite abrigar durante o dia, quatro turmas, correspondentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental, inclusive alfabetização na primeira série. A ela acorreriam aqueles que houvessem se alfabetizado nas escolas comunitárias, assim que pudessem.

O Poder Público não mais construiria escolas de uma sala; a escola de uma sala e mestre único — 70% das existentes — quando utilizadas para ministrar aulas a várias turmas no mesmo e único turno, é a grande responsável por um ensino de má qualidade e altos índices de reprovação.

Repetindo — o Poder Público não mais construiria escolas de uma sala e ampliaria aquelas porventura existentes e construídas especificamente para fins escolares — pois a maioria já é improvisada — de modo a ter unidades com duas salas. Também nesse caso, sempre que necessário, os professores, mesmo as normalistas, poderiam receber cursos de atualização, através de meios de comunicação de massa, durante as férias.

Como atrair os professores mais qualificados para trabalhar nessas escolas, situadas em regiões desfavorecidas, será explicitado adiante.

Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau, seria necessário dispor de unidades escolares um pouco mais sofisticadas, que incluíam algumas salas especiais destinadas a atividades visando à sondagem e ao desenvolvimento das aptidões. Não precisariam, porém, necessariamente, seguir padrões adotados nos países desenvolvidos, pois os custos de manutenção desse tipo de estabelecimento se revela insuportável para a maioria dos Estados como os brasileiros.

Talvez, fosse possível mudar a ênfase que hoje se dá, nesse caso, às salas-ambiente para práticas comerciais, às oficinas de artes industriais e aos campos de artes agrícolas, encontrando-se soluções menos onerosas. Na Europa e na África, adota-se nas escolas desse nível, a matéria denominada Tecnologia, que leva à compreensão da Ciência e da Tecnologia e suas conseqüências no mundo produtivo sem, todavia, implicar em custos exagerados.

Aqui, todavia, o maior custo residiria na formação do professor para ministrar essa matéria, pois os requisitos de qualificação são bastante exigentes. Seria possível adaptar grupos escolares e ginásios secundários já existentes para

transformá-los nesses estabelecimentos típicos das zonas urbanas.

Os alunos dos distritos eminentemente rurais deslocar-se-iam para frequentá-los e, para isso, poderiam receber algum tipo de subsídio, ou mesmo, sempre que houvesse justificativa econômica, ser-lhes-ia fornecido transporte gratuito, próprio do sistema de ensino ou por ele alugado.

As decisões quanto à localização de novas escolas, quanto à intercomplementaridade dos três tipos genéricos de unidades escolares citadas, quanto à conveniência de construir ou subsidiar, ou fornecer transporte, seriam tomadas com base na Carta Escolar. A Carta Escolar consta de mapas onde se assinalam as unidades escolares, características de funcionamento e atuação de seus quadros docentes e, aos quais, se superpõem dados sobre a demografia, a rede de transportes e a vida econômica da região. Trata-se do instrumento básico de planejamento da expansão da rede escolar ao nível microscópico.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Professor Arlindo, peço a palavra para uma consideração de ordem, vamos dizer, técnica, nos nossos trabalhos aqui no Senado.

V. Sª terá o direito de considerar como lido o seu Relatório e, posteriormente, poderá ser anexado ou distribuído e fará parte do apanhamento taquigráfico.

É um recurso regimental que apenas insinua a V. Sª dada adiantada a hora e o evidente desgaste físico de todos nós.

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Mas, precisaria sintetizar, para dizer o seguinte: que há uma série de providências que precisam ser tomadas ao mesmo tempo. Mas existe uma providência sem a qual não será possível solucionar o problema do congestionamento nas primeira e segunda séries.

É preciso liberar a escola formal desse peso de, pelo menos, três milhões e meio de crianças que se acham na primeira série primária e fora da faixa etária: que têm mais de sete anos.

Pode-se tolerar, no máximo, receber na escola primária de imediato na primeira série, crianças de 7/8 anos, mas os outros terão que receber um tratamento especial que permita, numa complementação de trabalho com a escola formal, resolver esse grave problema com que nos defrontamos.

Aqui eu falava na necessidade de se elevar, aos níveis existentes no Governo Castello Branco, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Felizmente já estamos no regime de aumento gradual. E falava, quase nas conclusões deste trabalho, que seria necessário usar um instrumento do tipo que foi alvo das nossas discussões durante todo este dia e que suscitou, inclusive, a instauração desta Comissão: o MOBIL Infanto-Juvenil ou seu Programa de Recuperação de Excedentes. Ele permitiria dar um tratamento de choque, um impulso que seria uma competente da solução para o problema.

Como os Srs. Senadores vêem, o meu enfoque do problema é muito amplo. Há que melhorar a assistência ao educando, há que se tomar uma série de providências concomitantes, mas é essencial corrigir o fluxo e a correção do fluxo só pode ser obtida através de uma inovação. Inovação da qual, ainda, não dispomos na prática, mas que creio já dispomos ao nível de laboratório, testada e, após avaliada, totalmente aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Devolvo a palavra ao Plenário e faço ao mesmo tempo uma observação, um apelo, face o adiantado da hora e o inegável desgaste físico, lembrando aos colegas que evidentemente não esgotaremos as especulações sobre o MOBIL, no primeiro dia de CPI.

O SR. JOSÉ LINDOSO — V. Exª me permite? O que me impressiona com relação a esse problema de desgaste físico é que V. Exª é médico, e só agora apontou o fato. De modo que a palavra de V. Exª é bastante autorizada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sem dúvida que pesa muito o fato de eu ser médico.

Com a palavra o Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, o teste de resistência é, realmente, digno da grandeza do MOBRAL.

De maneira que me permitam os colegas, somente duas perguntas que me parecem só poderem ser formuladas ao Sr. Presidente da Fundação MOBRAL que, por isso mesmo, animei-me fazê-las após ouvir o seu depoimento, nesta sessão vespertina.

A primeira é a seguinte: quais as dimensões de assistência técnica que o MOBRAL vem prestando a outros países? Quais são e em que aspecto se localiza esta assistência técnica?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Srs. Senadores, o MOBRAL já prestou assistência técnica através de várias modalidades, a diversos países.

Uma das modalidades tem sido a de receber em seminários, em estágios, em cursos, técnicos que dirigem a educação de adultos em outros países. A outra modalidade tem sido mais rara: o envio de missões de técnicos do MOBRAL para treinamento de técnicos estrangeiros em seus próprios países.

Temos recebido estagiários, também, para trabalhar conosco. Hoje temos, por exemplo, um *senegalês*. Além disso, fazemos parte de uma cadeia internacional de bibliografia e documentação liderada pela UNESCO, e de um plano de troca de publicações liderado pelo Instituto Internacional de Educação de Adultos.

O Ministério da Educação recebeu a proposta do Ministério das Relações Exteriores no sentido de que aquele Ministério financiaria todas as nossas atividades, nesse setor, por considerar que o MOBRAL é, e pode ser cada vez mais, um instrumento poderosíssimo de política internacional de nosso País.

Já trabalhamos com a Jamaica. Foram trabalhos bastante profícuos — e até numa homenagem ao MOBRAL e ao Brasil, o National Literacy Board mudou o seu nome para JAMAL. Foi apresentado um projeto ao Parlamento da Jamaica e o NLB teve o seu nome mudado para JAMAL. Enviamos missões, recebemos jamaicanos.

Fizemos o mesmo em relação ao Paraguai: demos cursos no Paraguai e recebemos paraguaios em cursos que ministramos aqui. Elaboramos uma cartilha para os paraguaios, juntamente com eles, num curso dado em Assunção por duas técnicas do MOBRAL e que terminou por esse trabalho prático.

Recebemos bolivianos, recebemos senegaleses, enviamos uma pequena missão ao Senegal, recebemos iranianos e enviamos técnicos do MOBRAL ao Irã, recebemos técnicos colombianos. Enfim, há inúmeros países, a esta altura creio que quatorze, que receberam algum tipo de ajuda mais direta do MOBRAL. Afora o plano de publicações que, evidentemente, não é assistência técnica propriamente, mas, sim, intercâmbio.

E o que é mais importante é que essa assistência técnica não é provocada por nós: ela nos é pedida diretamente ou então recomendada a esses países pela UNESCO.

Quais os aspectos mais solicitados: a organização do MOBRAL ou a sua administração? É uma constante pergunta o como mobilizamos essa gente e temos uma capacidade de colocar anualmente, cinco milhões de pessoas em nossos cursos de alfabetização?

Pergunta para a qual infelizmente não temos uma resposta científica, confessamos.

Eles vão voluntariamente. Fazemos um esforço de promoção muito grande, somos ajudados pelos veículos de comunicação social, mas explicar o porquê, o que motiva essa gente, cientificamente, isso ainda não conseguimos.

Sabemos que na pequena cidade do Interior o MOBRAL é uma oportunidade para manter relações interpessoais: comparecer ao

MOBRAL é passar a pertencer a uma comunidade, é passar a ser alguma coisa, a ser participante.

Afora mobilização e organização, o problema de material didático é, também, muito solicitado. Há várias facetas do MOBRAL sobre as quais paira uma grande admiração sobre os resultados que temos conseguido.

Mas, o mais importante, creio num movimento de alfabetização, considerando-se as experiências fracassadas, é que elas jamais demonstraram capacidade gerencial, e essa capacidade gerencial existe no MOBRAL. Não é preciso apenas querer, é preciso saber fazer; não é a capacidade gerencial do Presidente, entendam bem, por favor, o que quero dizer: é de todo esse grupo que compõe essa organização gigantesca, desde os trinta e cinco mil voluntários que temos no campo, passando pelos supervisores, as duas mil e quinhentas pessoas nas Coordenações, incluindo os supervisores e os seiscentos funcionários do MOBRAL Central.

Isso tudo compõe, em termos gerenciais, um todo harmônico, cujo desempenho é realmente excepcional. Essa, talvez, a faceta mais cobiçada da nossa atuação, afora a mobilização, sobre a qual, ademais, não temos conseguido, cientificamente, auxiliar ninguém.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, a pergunta final: tem sido reiteradamente afirmado, que o pretendido programa de Recuperação de Excedente constituiria uma injusta discriminação para as populações das áreas menos desenvolvidas do País. Por isso pergunto ao Dr. Arlindo: o MOBRAL tem usado sistemática diferente, ou verificado alguma disparidade nos resultados obtidos nas regiões Norte e Nordeste e as mais desenvolvidas do País?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — O que distingue o Nordeste por exemplo do resto do Brasil, no tocante ao MOBRAL, é que para lá é dirigida a maior parte dos nossos recursos; creio que sessenta por cento quase. Mais de cinquenta por cento, pelo menos.

Em termos relativos, a participação da Região Norte é, também, bastante superior à média do Brasil e isso é natural nos termos relativos. Em termos absolutos, o Nordeste supera a soma das demais regiões. Isso também é natural, porque lá estão os maiores contingentes de nossa clientela.

Mas o MOBRAL é o instrumento de integração nacional. Como instrumento de integração nacional procuramos — o nosso material didático, por exemplo — nos movimentar através de um vocabulário que seja universal, em termos brasileiros. A conotação local é dada pela alfabetizadora, que vive ao lado do analfabeto. É claro que procuramos ampliar esse universo vocabular brasileiro, e fazer com que a integração se reforce sob o ponto de vista linguístico, portanto. Mas o tratamento, em termos metodológicos, didáticos, etc, é o mesmo em todas as regiões. Não sei se respondi convenientemente.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Somente para completar: se nos resultados dos seus trabalhos há algum desequilíbrio?

O SR. ARLINDO LOPES CORRÊA — Não há desequilíbrio. Apenas na zona urbana temos maior dificuldade de mobilização e esse seria talvez o único desequilíbrio que eu apontaria, o que é incrível.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Tem a palavra o Senador que quiser argüir o Sr. Presidente do MOBRAL.

O SR. JOÃO CALMON — Tenho tamanho apreço pelo MOBRAL e pelo seu presidente, que após 10 horas de depoimento do Professor Arlindo, eu não o massacraria com um exaustivo questionário. Eu encaminharei, posteriormente, por carta, a S. S. algumas indagações, que serão respondidas, estou certo, com a presteza de sempre.

A esta altura da noite, depois de bater recordes de resistência física, já mostrando grave desgaste das cordas vocais, o Presidente do MOBRAL merece esta homenagem. Se eu agisse de outra manei-

ra estaria prestando um desserviço ao Movimento Brasileiro de Alfabetização e, portanto, ao Brasil.

Eu me congratulo com o admirável servidor do nosso país, que é o Professor Arlindo Lopes Corrêa, por sua magnífica exposição e pela sua dedicação full time e full life à fascinante causa da educação. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

Antes de encerrar a reunião, esta Presidência deseja fazer uma comunicação.

Foi confirmado para amanhã, às 9,00 horas, o depoimento da Professora Maria Terezinha Tourinho Saraiva — ex-Secretária Executiva da Fundação MOBRAF, ex-Secretária de Educação do Estado da Guanabara, atual Secretária Municipal do Rio de Janeiro, membro do Conselho Federal de Educação — nesta mesma sala.

Ao encerrarmos esta reunião, temos que agradecer ao Dr. Arlindo Lopes Corrêa pela presteza com que atendeu à convocação desta CPI, e fazer sentir a S. Sª que o seu depoimento foi da melhor valia para a avaliação patriótica que essa Comissão Parlamentar de Inquérito se propôs, ao examinar o MOBRAF.

Está encerrada a reunião.

(Levantam-se a reunião às 21 horas e 10 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(*) 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1975

Às dez horas do dia cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala Clóvis Bevilacqua, sob a Presidência do Sr. Senador Accioly Filho, presentes os Srs. Senadores Gustavo Capanema, Henrique de La Rocque, Nelson Carneiro, José Lindoso, Leite Chaves, Helvídio Nunes, Itálvio Coelho, José Sarney e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Eurico Rezende, Orlando Zancaner, Heitor Dias e Paulo Brossard.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos constantes da pauta da Comissão, sendo dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, dada como aprovada.

Passa-se à apreciação das seguintes proposições: 1) Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Senado nº 136/75 — Dispõe sobre o tombamento de bens do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Relator: Senador Itálvio Coelho. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado unanimemente. 2) Projeto de Lei do Senado nº 72/75 — Complementar: Dá nova redação ao art. 4º do Ato Complementar nº 43, de 26-1-1969, que dispõe sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. 3) Projeto de Lei do Senado nº 172/75 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27-5-1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 4) Projeto de Lei do Senado nº 47/75 — Acrescenta § 5º, ao art. 37, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional do Trânsito. Relator: Senador Dirceu Cardoso. Parecer: constitucional e jurídico, com emenda. Aprovado. 5) Projeto de Lei do Senado nº 170/75 — Dispõe sobre a organização e o funcionamento de Movimentos Trabalhistas e Estudantil nos Partidos Políticos e dá outras providências. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: constitucional e jurídico, nos termos do substitutivo que apresenta. Aprovado. 6) Projeto de Lei do Senado nº 149/75 — Dispõe sobre o reajustamento do valor de benefícios no caso do aposentado que, nessa condição, retornou à atividade, dando nova redação ao art. 34 da Lei Orgânica da Previdência Social. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: pela prejudicialidade. Aprovado. 7) Projeto de Lei do Senado nº 114/75 — Acrescenta alínea ao art. 134 da CLT, dispondo sobre a ausência do empregado ao trabalho. Relator: Senador Dirceu Cardoso. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 8) Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Senado nº

58/75 — Regulamenta a profissão de sociólogo. Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: constitucional e jurídico com subemenda. Aprovado. 9) — Projetos de Lei do Senado nºs 46/73 — Reduz o prazo prescricional do direito de receber ou cobrar as importâncias devidas ao INPS de 30 para 5 anos, alterando o art. 144 da Lei nº 3.807, de 26-8-1960; 101/75 — Altera a redação do art. 144 da Lei nº 3.807, de 26-8-1960; 162/75 — Dá nova redação ao art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo prescrição quinquenal da dívida ativa do INPS. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico o PLS nº 46/73, nos termos do substitutivo que oferece e prejudicados os PLS nºs 101 e 162, de 1975. Aprovado. 10) Projeto de Lei do Senado nº 152/74 — Restabelece a grafia tradicional no nome das cidades tomadas pelo Patrimônio Histórico. Relator: Senador Dirceu Cardoso. Parecer: constitucional e jurídico, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Aprovado. 11) Projeto de Lei do Senado nº 148/75 — Dispõe sobre a locação, pelas instituições de previdência, de imóveis do tipo popular para segurados com renda inferior a dois salários mínimos. Relator: Senador Leite Chaves. Parecer: constitucional e jurídico. Favorável quanto ao mérito. Aprovado, votando com restrições o Sr. Senador Nelson Carneiro. 12) Projeto de Lei do Senado nº 165/75 — Determina que se proceda aos cálculos dos juros e correção monetária trimestral dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 13) Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei da Câmara nº 3/74 — Regula os contratos para a gravação e comercialização de discos musicais e ao Projeto de Lei do Senado nº 53/74 — torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias e científicas. Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 14) Projeto de Lei do Senado nº 106/75 — Estabelece o Programa da Refeição Básica para a população de baixa renda e dá outras providências. Relator: Senador José Sarney. Parecer: injurídico. O Sr. Senador Nelson Carneiro, a quem fora concedida vista do Projeto, devolve o processado com voto em separado concluindo pela constitucionalidade e juridicidade da proposição nos termos do substitutivo que oferece. Em discussão, falam os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Leite Chaves e José Sarney. Em votação, os Srs. Senadores José Lindoso e Itálvio Coelho acompanham o voto do Sr. Relator. Os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Dirceu Cardoso e Leite Chaves votam contra o parecer. O Sr. Presidente declara empatada a votação e que, na forma regimental, irá desempatar-la votando com o Sr. Relator. São feitas as seguintes declarações de voto: Senador

(*) Republicada por ter saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional II, de 8 de novembro.

Nelson Carneiro; vencido nos termos do voto em separado; Senador Dirceu Cardoso: Vencido nos termos do voto do Senador Nelson Carneiro; Senador Leite Chaves: acompanho o voto do Senador Nelson Carneiro. 15) Projeto de Lei do Senado nº 56/72 — Obriga as emissoras de televisão e rádio a promover programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: constitucional e jurídico solicitando, nos termos do art. 116 do Regimento Interno, a audiência da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas para que se pronuncie sobre o mérito. Aprovado. 16) Projeto de Lei do Senado nº 106/74 — Elimina desigualdade de tratamento no cálculo da complementação da aposentadoria de ferroviários. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: inconstitucional. Aprovado. 17) Projeto de Lei do Senado nº 140/75 — Altera a denominação do Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Dirceu Cardoso. Parecer: inconstitucional. Aprovado, votando pela injuridicidade o Sr. Senador Nelson Carneiro. 18) Ofício S nº 42/75, do Sr. Governador do Estado de Goiás, solicitando autorização ao Senado Federal no sentido de que possa obter, por intermédio do Grupo Real S.A., empréstimo externo no valor de 15 milhões de dólares (Projeto de Resolução da Comissão de Finanças). Relator: Senador Osires Teixeira. Concedida vista ao Sr. Senador Leite Chaves. 19) Projeto de Lei do Senado nº 154/75 — Complementar — Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7-9-70 e 8 de 3-12-70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17, de 12-12-73 e 19, de 25-6-74, que cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT). Relator: Senador José Sarney. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 20) Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício S nº 41/75 do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização ao Senado Federal para que possa aquele Estado contrair empréstimo externo no valor de 25 milhões de dólares. Relator: Senador Gustavo Capanema. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 21) Projeto de Lei do Senado nº 205/75 — Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28-2-67 — Código de Mineração alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14-3-67. Relator: Senador Itálio Coelho. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975

Às dez horas do dia doze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala Clóvis Bevilacqua, sob a presidência do Sr. Senador Accioly Filho, presentes os Srs. Senadores Gustavo Capanema, Helvídio Nunes, Leite Chaves, Itálio Coelho, Henrique de La Rocque, Heitor Dias, José Sarney, Paulo Brossard, José Lindoso e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Orlando Zancaner e Eurico Rezende.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão, sendo dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

Em seguida, passa-se à apreciação dos projetos constantes da pauta dos trabalhos: 1) Projeto de Lei do Senado nº 207/75 — Altera a redação do art. 7º da Lei nº 4.747 — Código Eleitoral — e dispõe sobre a isenção de multa prevista no art. 8º da mesma, e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico, apresentando uma emenda. Aprovado. 2) Projeto de Lei do Senado nº 192/75 — Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 6.162, de 6 de dezembro de 1974, aos órgãos relativamente autônomos, entidades da Administração Indireta e Fundações, resultantes de

unidades da Administração Direta Central do Distrito Federal. Relator: Senador Heitor Dias. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. 3) Projetos de Lei do Senado nºs 51/71 — Regula a propaganda comercial dos produtos industrializados do fumo; 59/71 — Disciplina a venda de cigarros a menores, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatório nos invólucros dos produtos de fumo o dístico: "CUIDADO! PREJUDICIAL À SAÚDE!"; 78/71 — Dispõe sobre propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas; 24/75 — Determina que os maços de cigarros tragam impressos na parte externa sua fórmula de composição. Relator: Senador José Sarney. Parecer: constitucional e jurídico o Substitutivo da Comissão de Saúde, nos termos da subemenda que oferece. Aprovado. 4) Projeto de Lei da Câmara nº 77/75 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.187, de 16 de dezembro de 1974, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício de 1975". Relator: Senador Heitor Dias. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. 5) Projeto de Lei do Senado nº 188/75 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de os "cartões de crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico, concluindo pela apresentação de duas emendas. Aprovado. 6) Projeto de Resolução da Comissão do Distrito Federal ao Ofício S nº 32/75 do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Relatório e o respectivo parecer prévio sobre as contas do Governo do Distrito Federal, no exercício de 1974. Relator: Senador Heitor Dias. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 7) Projeto de Lei do Senado nº 55/75 — Declara de utilidade pública o Grande Oriente do Brasil, os Grandes Orientes Estaduais e as Lojas a ele filiadas, existentes ou que vierem a ser organizadas no País. Relator: Senador Itálio Coelho. Parecer: constitucional e jurídico, nos termos da Emenda Substitutiva que oferece. Aprovado. 8) Projeto de Lei do Senado nº 158/75 — Dá nova redação ao item III do art. 21 da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974. Relator: Senador Paulo Brossard. Parecer: pela juridicidade. Aprovado. 9) Projeto de Lei do Senado nº 69/72 — Revoga a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária e Projeto de Lei do Senado nº 002/75 — Revoga a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que instituiu o sistema de sublegenda partidária. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: constitucionais e jurídicos. Contrário quanto ao mérito, por inconveniente. Aprovado, votando vencido o Sr. Senador Paulo Brossard. 10) Projeto de Lei do Senado nº 57/72 — Fixa em seis horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade, e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: ratifica o parecer anterior pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Aprovado. 11) Projeto de Lei do Senado nº 95/75 — Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Relator: Senador Henrique de La Rocque. Parecer: constitucional e jurídico, contrário quanto ao mérito. Aprovado, votando com restrições os Senhores Senadores Heitor Dias e Paulo Brossard. 12) Projeto de Lei da Câmara nº 22/75 e Emenda Substitutiva de Plenário — Torna obrigatória a venda avulsa de peças e acessórios destinados a reparação de veículos automotores. Relator: Senador Itálio Coelho. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Concedida vista ao Sr. Senador José Lindoso. 13) Ofício S nº 38/75 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Representação nº 929, do Estado de Goiás, inconstitucionalidade do art. 54, § 1º, b, da Lei nº 7.730/73 daquele Estado. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: pelo arquivamento. Concedida vista ao Sr. Senador Paulo Brossard. 14) Projeto de Decreto Legislativo nº 29/75 — Dispõe sobre o pecúlio parlamentar. Relator: Senador Itálio Coelho. Parecer: favorável. Aprovado. 15) Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício S nº 43/75, do Governador do Estado da Bahia, solicitando ao Senado Federal, autorização para contrair empréstimo externo no valor de 20 milhões de dólares norte-americanos, destinado à complementação de obras do Porto de Aratu e do Complexo Camaçari. Em discussão, usam da palavra os

Srs. Senadores Paulo Brossard, Leite Chaves, José Lindoso, Helvídio Nunes e o Sr. Relator. Em votação, é aprovado o parecer, vencido o Sr. Senador Paulo Brossard com a seguinte declaração de voto: vencido, o processo não contém elementos mínimos que permitam a autorização pretendida. Em vista do debate havido por ocasião da discussão do parecer, o Sr. Presidente diz que a Comissão, por consenso, decidiu que, doravante, devem ser exigidos nos processos de autorização para empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 42, IV, da Constituição) além de outros, esclarecimentos precisos sobre: a) condições de prazo, juros e garantias de pagamento; b) dívidas externas já contraídas pelo Estado e ainda não resgatadas; c) situação financeira do Estado, inclusive com o valor da dívida interna e consolidada. Além disso, a Comissão também decidiu sugerir que, por meio de reforma do Regimento Interno, se exclua do regime de urgência a apreciação dos pedidos de autorização para empréstimo externo. Das decisões do consenso, o Sr. Presidente informa que dará conhecimento ao Senhor Presidente do Senado Federal. 16) Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício S nº 46/75 do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando ao Senado Federal autorização para contrair empréstimo externo para aplicação em obras rodoviárias naquele Estado. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado, vencido o Sr. Senador Paulo Brossard conforme declaração de voto: vencido, o processo não contém elementos mínimos que permitam a autorização pretendida. 17) Projeto de Lei da Câmara nº 83/75 — Altera a organização do Conselho de Recursos da Previdência Social, modifica dispositivos do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: pela inconstitucionalidade do art. 2º do Projeto, apresentando uma emenda supressiva. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 85, de 1975 (CN), que "dispõe sobre acréscimos às alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1975

Às dezesseis horas do dia onze do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Luiz Cavalcante, Jarbas Passarinho, Helvídio Nunes, Henrique de La Rocque, Saldanha Derzi, Otair Becker e Roberto Saturnino e os Senhores Deputados Passos Porto, Vieira Lima, Octacílio Queiroz, Mário Alves Moreira e Juarez Batista, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 85, de 1975 (CN), que "dispõe sobre acréscimos às alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Paulo Guerra, Leite Chaves e Lázaro Barboza e os Senhores Deputados Ary Kffuri, Adriano Valente, Fernando Magalhães, Augusto Trein, Alves de Moraes e Jorge Moura.

Havendo número regimental, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Passos Porto, no exercício da Presidência, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Em seguida, é concedida a palavra ao Senhor Senador Helvídio Nunes, Relator da matéria, que emite parecer favorável à Mensagem nº 85, de 1975.

Posto em discussão e votação, o parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marília de Carvalho Brició, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Matos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quéricia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA**Suplentes**

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Osires Teixeira
5. José Esteves

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carreira

1. Eveldio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(113 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvécio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Orlando Zancaner

ARENA**Suplentes**

1. Matos Leão
2. Henrique de La Rocque
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Buena Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreir
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedita Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Torso Dutra
Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Torso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

ARENA

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barbosa
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

ARENA

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

ARENA

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petronio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvécio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brassard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperit — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

ARENA

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

ARENA

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricio

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvia Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

Suplentes

1. Mottos Leão
2. Gustavo Copanema
3. Alexandre Costa

ARENA

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudia Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES

E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

Suplentes

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

ARENA

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Juliano Lauro da Escóssia Nogueira — Ramal 314.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1975**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C. A. R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÊDA	09:00	C. D. F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C. E. C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C. C. J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C. S. P. G.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
	C. E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL	10:30	C. F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
10:30	C. R. E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C. M. E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
	C. A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO		C. L. S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
11:00	C. R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM	11:00	C. S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:30	C. S. N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÊDA		C. T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

TRÂNSITO

Legislação atualizada
Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados
Legislação especial e correlata
Ilícitos penais do Trânsito
Resoluções do CONTRAN
Notas — Comparações — Remissões
Furto de uso

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo 1, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,

nº 2, de 1972, e

nº 3, de 1972.

(formato bolso)

136 páginas

Preço: Cr\$ 6,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

Histórico da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

“Lei Orgânica dos Partidos Políticos”,

e de todas as Leis que a alteram

Edição: julho de 1974

2 tomos (956 páginas)

Preço: Cr\$ 70,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50